

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**A LUTA PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL EM
SANTA CATARINA**

GLÁUCIA GISÉLLE DE OLIVEIRA CAMPOS DE MENEZES

**Ilha de Santa Catarina
Setembro de 2002**



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

A LUTA PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL EM SANTA CATARINA.

Gláucia Gisélle de Oliveira Campos de Menezes

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pela Orientadora e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:

Profa. Dra. Luzinete Simões Minella
Orientadora

Profa. Dra. Estela Scheinvar
Membro

Profa. Dra. Janice Tirelli Ponte de Sousa
Membro

Prof. Dr. Erni José Seibel
Coordenador

Florianópolis, (SC), Setembro de 2002.

“As crianças devem estar entre os primeiros a se beneficiarem dos êxitos humanos, mas devem, por outro lado, estar entre os últimos a serem alcançados pelos erros e equívocos das gerações adultas”

UNICEF

GRATIDÃO – MEMÓRIA DO CORAÇÃO

(provérbio francês)

Ao olhar para trás percebo que o caminho solitário e dolorosamente trilhado, na verdade esteve o tempo todo repleto de pessoas que se doaram de uma forma ou de outra, para que eu chegasse até aqui e às quais serei eternamente devedora, especialmente:

- aos membros do Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil de Santa Catarina, pelo exemplo de dignidade, responsabilidade social e cidadania na luta pelos direitos de crianças e de adolescentes, submetidos à tirania do trabalho precoce;
- à Luzinete, mais que orientadora, por ter confiado na possibilidade deste trabalho desde nossa primeira conversa. A você, professora, meu respeito, carinho e admiração;
- aos meus filhos, que mais uma vez vivenciaram minhas ausências e meus “estresses” nas suas vidas, por toda a ajuda e apoio que recebi deles;
- ao Otávio, com quem tenho vivenciado, ao longo da vida em comum, a “difícil arte de amar”;
- à amiga/irmã AUCY, companheira de vida e trabalho, que esteve presente de forma muito particular na elaboração deste trabalho;
- aos colegas de Curso, pela solidariedade e respeito;
- à Albertina, pela constante torcida e preocupação com meu bem-estar material. Você é dez;
- à Fátima, pelo carinho, delicadeza, atenção e presteza no atendimento todas as vezes em que foi solicitada, grande menina;
- ao CNPQ e à CAPES, pela concessão das bolsas de estudos, que me possibilitaram tranquilidade material para realização deste estudo.
- à todos aqueles, e são muitos que, embora o nome não esteja aqui citado, o coração não esqueceu.

Este trabalho é o resultado do meu encontro e da convivência com todos vocês.

RESUMO

O objeto de análise deste estudo é a experiência participativa da sociedade civil organizada na implantação e implementação de políticas públicas para a erradicação do trabalho infantil. O *locus* dessa participação é o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente no Trabalho, de Santa Catarina. Enfoca-se principalmente o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil/PETI, principal política pública de âmbito nacional destinada a atender a criança (e o adolescente) inserida precocemente no processo produtivo. O aporte teórico que orienta a análise deste estudo é fundamentalmente compreensivo, pois permite perceber o processo histórico protagonizado pelos atores sociais, individuais e coletivos que constroem, partilham suas vivências e interagem socialmente. A investigação consistiu em um estudo de caso que privilegiou técnicas qualitativas de levantamento e de análise dos dados. A partir do resgate histórico dessa modalidade de participação política, pretendeu-se discutir questões que apontam para a relevância dessa experiência que sustenta a luta em defesa dos princípios democráticos, sobretudo na área da infância (e da adolescência). Observou-se ainda que, se tais experiências asseveram de antemão tantas possibilidades, também contêm em si mesmas fragilidades e contradições. Evidenciar, pois, a dialeticidade desse processo é parte do exercício deste estudo.

ABSTRACT

The object of analysis of this study is the participative experience of the organized civil society, in the implantation and implementation of public politics for the eradication of the infant work. The locus of this participation is the State Forum of Eradication of the Infant Work and Protection for Teenager Work of Santa Catarina. The focus is the Infant Work Eradication Program/PETI, the main public politics of national extent that is destined to assist children (and the teenagers) early inserted in the productive process. The theory contribution that guides the analysis of this study is fundamentally understanding, because this allows noticing the historical process played by the social actors, individual and collective, that builds, share their existences interact socially. The investigation consisted of a case study that privileged qualitative techniques of search and of analysis of the data. Starting from the historical rescue of this modality of political participation, it intended to discuss a subject that points the relevance of that experience that sustains the fight in defense of the democratic principles, above all in the area of the childhood (and of the adolescence). It was observed yet if such experiences assert ahead of time, so many possibilities, it also contains in themselves, fragility and contradictions. To evidence because, the dialect of that process is part of the exercise of this study.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO	12
2.1 FUNDAMENTAÇÃO	12
2.1.1 Políticas Públicas.....	13
2.1.2 Análise da literatura	14
2.2 METODOLOGIA.....	26
2.2.1 A construção do objeto de estudo.....	26
2.2.2 Articulando uma metodologia: um breve histórico do tema	28
3. AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O DEBATE ACERCA DA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	35
3.1 SITUANDO O DEBATE NO CONTEXTO INTERNACIONAL: AS NORMAS INTERNACIONAIS DO TRABALHO	36
3.2 O TRABALHO INFANTIL NO CONTEXTO NACIONAL: A NATUREZA E A DIMENSÃO DO PROBLEMA	40
3.2.1 Raízes da inserção precoce no mundo do trabalho.....	40
3.2.2 A legislação brasileira sobre o trabalho infantil.....	43
3.2.3 O trabalho infantil no Brasil no período recente.....	46
3.2.4 O trabalho infantil em Santa Catarina.....	47
4. O MOVIMENTO PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL PÓS-ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL	50
4.1 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: O NOVO DIREITO	51
4.2 A CRIAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.....	53
4.3 O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL/PETI: UMA ALAVANCA PARA A CIDADANIA OU UM PROGRAMA DE POLÍTICA COMPENSATÓRIA?.....	57
4.3.1 Características e especificidades fundamentais do PETI.....	58
4.3.2 Redimensionamento ou apropriação política do PETI?.....	60
4.3.2.1 Procedimentos operacionais para implantação e execução do PETI nos estados....	64

5. SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: O FÓRUM ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO O TRABALHO INFANTIL E DE PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE NO TRABALHO DE SANTA CATARINA.....	65
5.1 RECONSTRUINDO BREVEMENTE A HISTÓRIA.....	65
5.1.1 O Fórum Estadual “por dentro”.....	70
5.1.2 O Fórum Estadual e o PETI em Santa Catarina.....	86
5.1.3 O Fórum Estadual “por fora” segundo os membros entrevistados.....	88
5.1.3.1 Desempenho na implantação do PETI em Santa Catarina.....	89
5.1.3.2 Avaliação do refluxo participativo.....	94
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
ANEXOS	102

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fundamentalmente um estudo de caso que busca avaliar qualitativamente a participação e a mobilização na sociedade civil pela erradicação do trabalho infantil. Essa mobilização de diversos segmentos sociais e profissionais, ligados aos problemas da infância e adolescência, possibilitou a criação do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente no Trabalho de Santa Catarina¹, instalado em 1997. Enfoca-se mais especificamente neste estudo, a principal política pública social, nacional para o combate da exploração do trabalho precoce, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ou PETI², implantado em Santa Catarina, em 1999.

Em um sentido estrito, esta pesquisa se dirige ao objeto mais específico, o Fórum Estadual, um dos atores da política social mais próximo da realidade a ser transformada é, contudo, a natureza e o desempenho das políticas sociais em geral, destinadas à infância trabalhadora, que constituem o pano de fundo, contextualizando seu tema e as problemáticas essenciais.

Pillotti e Rizzini, afirmam ser inegável a magnitude das mudanças e da evolução das políticas sociais que pretendem assegurar os direitos básicos da criança e do adolescente no Brasil, como o Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA, promulgado em 1990, mas ressaltam que,

esta legislação de vanguarda coexiste, entretanto, com a forma mais brutal de violação dos direitos humanos, como é o extermínio sistemático de crianças em algumas cidades do país. Esta cruel situação evidencia o enorme limite ainda a ser superado entre a norma formal e as regras do jogo que imperam na vida cotidiana dos setores mais pobres da sociedade (PILLOTTI; RIZZINI, 1995, p.13).

Do ponto de vista histórico, a questão da exploração, dos abusos, da violência e crueldade, do desrespeito e descuido para com as crianças e adolescentes, se pode ser vista em outras formas sociais estratificadas, aparece com muito mais violência na sociedade moderna, industrial e tecnológica, que se instaurou em grande parte do planeta, a partir dos séculos XVII e XVIII. O modo de produção

¹ Em virtude da extensão do nome, convencionou-se daqui por diante chamá-lo apenas de Fórum Estadual.

² Esta é maneira como nos referiremos ao Programa neste estudo.

privilegiado por essa sociedade, o capitalismo que, com algumas exceções notáveis, mas reversíveis, impôs cada vez mais sua paisagem e suas duras condições de produção, desqualificando e destruindo todas as outras formas de produção e de vida. Por onde o capitalismo avança, erigindo os monumentos da civilização moderna, deixa também um rastro imenso de pobreza e crueldade constituído pelas populações desterritorializadas de seu modo de vida econômico-cultural.³

Nesse sentido, o problema da exploração do trabalho infantil e o de sua erradicação, aporte principal desta pesquisa, fato gerador da marginalização de crianças (o lado oposto e simétrico da exploração pelo trabalho) é também o problema de povos e populações desqualificadas pela e para a produção capitalista, já que nela as pessoas devem oferecer-se a um mercado de trabalho cada vez mais explorador e cruel, ou então, cair na indigência e na marginalização.

Essas populações, compostas também de milhões e milhões de crianças, no mundo inteiro constituem sérios riscos a uma sociedade cada vez mais rica e opulenta, e torna-se necessário estabelecer um controle, uma política social visando a identificação, o policiamento e certa assistência compensatória desses grupos, enquadrando-os em enunciados ideológicos precisos e sob a tutela de instituições especializadas.

FOUCAULT⁴ afirma que são nessas estratégias de poder que se devem entender os enunciados e axiomas que originaram as ciências humanas e também as ditas práticas humanistas e assistencialistas dentro do Capitalismo. Contudo, o mesmo autor diz que outras forças ou componentes podem modificar os enunciados e as práticas científicas e político-sociais para transformá-las a favor das ditas minorias (que são majorias numericamente), criando um desenvolvimento histórico singular que faz avançar tanto as lutas de emancipação e integração sociais de todos os seres humanos, quanto os conhecimentos histórico-sociais e político-econômicos, que por sua vez impulsionam movimentos sociais.⁵

³ Leia-se a esse respeito, entre tantas outras obras, o livro de Gilles Deleuze e Félix Guattari "O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia I". São Paulo, Imago, 1976.

⁴ Michel Foucault trata sobre os enunciados em função de estratégias sociais em "A Arqueologia do saber", a questão do Poder na "Microfísica do poder" e na "História da sexualidade I", e o papel das ciências humanas e as demais questões referidas são consideradas na obra "Vigiar e punir", especialmente no capítulo "As Disciplinas".

⁵ O conceito de minoria, amplamente discutido é aplicado para definir populações que se constituem pelas diferenças ou singularidades sociais, raciais, étnicas, etárias, sexuais, etc. e que são assim definidas não por sua quantidade numérica, por que podem ser majorias (as crianças e as mulheres,

Todavia, no caminho da pesquisa se faz necessário um recorte específico buscando-se um mínimo de objetividade a partir do qual seja possível refletir sobre as políticas públicas sociais, sobre os problemas concretos que resultam da severa realidade socioeconômica e político-histórica e as relações ambíguas entre aquelas políticas sociais e a realidade. A abordagem da temática enfocada implica um alto grau de complexidade teórica e de comprometimentos em termos de práxis. Ela envolve, entrecruzando, disciplinas e tendências teóricas e sociais tais como as diversas correntes das ciências sociais, políticas, econômicas e históricas, os movimentos sociais pró-infância e adolescência (diversificados em suas origens e, muitas vezes, em seus objetivos), os grupos políticos e partidários, a natureza e as estratégias das classes dominantes e dos sujeitos atingidos, etc.

Evidentemente, não se pretende realizar aqui uma abordagem integral e exaustiva das políticas sociais, de sua natureza, de seus objetos e de suas reais intenções. Assim, pretende-se analisar a partir de categorias qualitativas e descritivas, a implementação de uma dessas políticas sociais estatais (neste caso, reconstruindo a história da implantação do PETI em Santa Catarina, através do Fórum Estadual) e de seus confrontos e desvios em relação aos seus objetos, que são também o objeto dos movimentos sociais emancipatórios. Objetiva-se, portanto, caracterizar as políticas sociais públicas a partir de um caso específico, realçando o dinamismo das relações políticas protagonizadas pelos atores sociais que trabalham em prol dos direitos da criança e do adolescente que se manifestaram no referido Fórum Estadual.

Neste caso específico, a investigação parte do entendimento de que no Brasil, apesar dos avanços que ocorreram a partir da Constituição de 1988, quando foram criados os caminhos para a participação da sociedade civil organizada na definição e gestão das políticas públicas sociais, ainda persistem diversos problemas na elaboração dessas políticas. Entre eles estão a concentração de decisões nas mãos de poucos, a utilização das políticas públicas com fins eleitoreiros, a descontinuidade na sua aplicação, o descrédito na efetividade e na aplicabilidade da lei. Esse entendimento está subtendido na análise do tema.

Em relação ao objeto geral desta pesquisa, trata-se, a partir do caso específico e concreto, de esclarecer a natureza das políticas sociais e o tipo de

por exemplo), mas por não terem representatividade política, social, econômica, etc., estando sujeitas as discriminações e perseguições sociais e jurídicas.

modelo ou paradigma que elas representam e, conseqüentemente, de responder a algumas questões: Quais são seus fins e quais suas relações com o segmento social que elas se propõem a atender? Quais suas origens profundas e suas possibilidades evolutivas? [Qual seu poder de transformação da realidade?] A tentativa de responder a esse questionamento resulta numa descrição histórica e analítica da constituição do Fórum Estadual e da implantação e implementação do PETI no estado catarinense.

Enfim, esse texto constitui-se numa tentativa de reconstruir, de modo limitado, as formas objetivas que assumem as relações entre o estado e o movimento social: o embate político necessário, o saber transitar entre as diferentes tendências políticas, portanto, a dinâmica do processo e a correlação de forças que se estabelece entre esses atores principais que compõem o universo das relações políticas nesse campo.

Na segunda parte são explicitadas as condições teórico-metodológicas baseadas na análise compreensiva do estudo de caso, que buscou saber, que forças e protagonistas sociais significativos estão em interação na dinâmica da formulação, implantação, implementação e avaliação das políticas públicas sociais, tendo sempre em mente aquelas destinadas à infância e juventude carentes e inseridas precocemente no processo produtivo. Isto para que se possa saber quais os desafios a serem enfrentados pelas entidades e movimentos sociais partícipes na execução de uma determinada política social estatal, pois em apoio às leis que garantem os direitos desses sujeitos, muitas vezes eles ficam de “mãos amarradas” para fazer executá-las e implementar efetivamente uma política social transformadora, para além do assistencialismo e das leis da produção moderna. Enfatiza-se esse entendimento por ser o fio condutor da análise.

Na terceira parte aborda-se brevemente a literatura e a história das condições de vida das crianças na sociedade capitalista dentro do contexto brasileiro, verificando que a situação começa a despertar o interesse de alguns setores da sociedade no final do século XIX e início do século XX, com o final da escravidão, a formação da força de trabalho livre e o início do acelerado processo de industrialização e urbanização, nas principais cidades. Na seqüência, de um modo geral, foram resgatado alguns aspectos da trajetória histórica da luta e da mobilização dos movimentos sociais de defesa dos direitos das crianças, ao longo do século XX. Uma das reivindicações desses movimentos sociais refere-se à

erradicação do trabalho infantil. No tocante ao contexto nacional, destaca-se de forma mais específica o debate sobre o assunto emersso em meados da década de 80 e, estendido ao longo da década de 90, presentes até os dias deste estudo, tendo como cenário a mudança do regime político brasileiro, que passou a incorporar os princípios democráticos.

Na quarta parte, são analisados os movimentos pró-erradicação do trabalho infantil que se seguiram à promulgação do ECA abordando o reflexo das mazelas histórico-sociais que atingem as crianças e adolescentes brasileiros, a criação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Fórum Nacional/PETI) e as políticas sociais destinadas à questão, neste caso o PETI.

A quinta parte resgata o processo histórico de criação e instalação do Fórum Estadual, em Santa Catarina. Foram sistematizados os dados quantitativos que tratam da participação das entidades membros do Fórum Estadual, bem como as entrevistas que analisam os problemas políticos estruturais inerentes à implantação de políticas públicas no plano local.

Na parte final do trabalho, com base nos resultados da pesquisa, procura-se apontar limites e possibilidades de participação da sociedade civil organizada na implementação de uma determinada política social.

2. APORTE TEÓRICO- METODOLÓGICO

2.1 FUNDAMENTAÇÃO

Esta seção do trabalho tem o propósito de delimitar o objeto de estudo sem perder de vista o fato de que o conhecimento sobre o tema é um processo historicamente contextualizado e construído. Neste caso, a fundamentação teórica serve para iluminar e não para enquadrar a realidade observada, explorando as possibilidades de contribuição para o conhecimento científico.

As teorias e os estudiosos citados neste trabalho tecem a malha que envolve o entendimento construído acerca do assunto em tela, buscando apreendê-lo compreensivamente, mas sem a pretensão de abordá-lo exaustivamente.

Desse modo, privilegia-se neste esforço um enfoque analítico que se fundamenta na perspectiva de que o processo histórico é protagonizado pelos atores

sociais, individuais e coletivos, no âmbito sociopolítico e cultural, no qual eles constroem suas vivências, partilham delas e interagem socialmente. Reconhecendo que os espaços dessa construção são mediados pelos conflitos, entendemos que ela se encontra em relação direta com outros fatores que fazem parte das contingências que afetam a vida humana, como as crenças, a ética, os valores, a tradição, as escolhas, etc.

Inicialmente são tematizadas as principais categorias conceituais deste estudo: as políticas públicas e a infância enquanto objeto das políticas sociais, busca-se a definição do trabalho infantil e considera-se o papel dos movimentos sociais nas lutas pelos direitos de cidadania. É preciso ter claro que esta categorização não está delimitada de forma estanque nem seus elementos se sobrepõe, dado que são interdependentes, imbricados no mesmo processo histórico, portanto são vistos e melhores entendidos na dialeticidade das relações sociais. Posteriormente trata-se das questões metodológicas que dizem respeito, a construção do objeto, a escolha do método e as técnicas da pesquisa utilizadas.

2.1.1 *Políticas Públicas*

De modo geral entende-se por políticas públicas as ações deliberadas através das quais o Estado participa da organização e funcionamento dos diversos setores da sociedade, ou seja, como ele planeja atender às necessidades do conjunto da população. No entanto essas ações não são apenas expressões de uma forma de governar, mas resultados do enfrentamento de um complexo jogo de forças e interesses que estão presentes na sociedade. Assim, pode-se dizer que a política pública nasce da capacidade de negociação entre o governo e parcela da sociedade interessada, em que o Estado regulamenta e gerencia essa negociação.

No caso brasileiro, com a restauração da democracia a participação do cidadão na formulação, implementação, fiscalização e avaliação das políticas públicas têm sido amplamente incentivada. Em tese, desde 1988 as políticas públicas, especialmente as de natureza social, resultam de um dinâmico processo no qual governo e sociedade apresentam propostas e alternativas para cada setor.

Cumprе destacar brevemente a distinção existente entre as políticas públicas de natureza **social**, voltadas para atender às necessidades inerentes a cada setor (trabalho, habitação, saúde, educação, assistência, etc.) e aos investimentos de

infra-estrutura (rodovia, ferrovia, energia, aeroportos, telecomunicações, entre outros), daquelas **políticas** econômicas, de natureza econômica, que definem a aplicação do dinheiro público. Embora seja reconhecida a interdependência entre os investimentos em políticas sociais e a verba a eles destinada no orçamento da União, para fins desta pesquisa trataremos especificamente das primeiras.

2.1.2 *Análise da Literatura*

Inicialmente considera-se que no âmbito das Ciências Políticas, as discussões sobre a natureza das **políticas sociais** aconteceram muitas vezes em função de problemas de governo ou de Estado. Indagava-se se esse Estado deveria intervir ou não para remediar a pobreza, se a pobreza resultava fatalmente do processo econômico acumulador ou se era fruto da incapacidade das pessoas. A partir desse dilema das causas da pobreza e do papel do Estado, os paradigmas econômico-políticos, que são matrizes em relação às políticas sociais, constituíram-se e transformaram-se em lutas políticas e sociais, ora veladas, justificadas por teorias e políticas de estado, ora abertas, utilizando o recurso da contestação e, muitas vezes, da guerra. Exemplos desses paradigmas econômico-políticos em permanente conflito são o liberalismo, por um lado, e o marxismo, por outro. Entre estes dois modelos extremos haveria outros modelos, como a social-democracia, por exemplo.

Discutindo o pressuposto das principais contribuições teóricas Gerschman, que têm como ponto de partida as políticas sociais, chama a atenção para a diversidade de visões e definições da política social: coloca sinteticamente que a perspectiva liberal, tanto a clássica, quanto a conservadora, objetam qualquer intervenção estatal na economia e na correção das desigualdades sociais e defendem que as políticas sociais devem ter um papel mínimo. Uma corrente distante, os liberais democratas e sociais democratas, considera que o mercado, deixado em liberdade tende a destruir a si mesmo, gerando conflitos sociais que afetam a sociedade inteira. Portanto, o Estado deve intervir para regular o mercado e minimizar os efeitos de pobreza e marginalização induzidos pela ditadura do mercado. Uma outra perspectiva, a teoria pluralista, explica as políticas sociais como conseqüências da presença de múltiplos atores sociais e grupos de interesses que atuam numa determinada arena política, o que lhes possibilita tomar decisões a

respeito das políticas sociais. Numa outra abordagem, o marxismo clássico nega que o estado capitalista possa remediar situações que o mercado gerou, como o excesso de população empobrecida e excluída. Para o marxismo, uma política social estatal autêntica seria um atentado contra as instituições capitalistas, mas reconhece o esforço necessário, feito sob pressão, por parte do Estado para proteger a mão-de-obra trabalhadora sem sua intervenção, dificilmente patrões e operários chegariam a bom termo. Algumas abordagens marxistas mais recentes já incorporam uma preocupação mais específicas com as políticas sociais considerando a complexificação crescente do Estado capitalista atual, mas outras nem tanto (GERSCHMAN, 1989, p. 120-123).

Diante dos grandes dilemas que envolvem os processos de reformas e de mudanças sociais que contrariam os interesses da ordem estabelecida, a autora citada acima, questiona o alcance explicativo das teorias sobre política social, enfatizando particularmente aquelas que buscam uma causa, seja na estrutura, seja na pura vontade dos atores. Nesse sentido, ela se propõe a responder, a partir também de outros autores, à seguinte questão: poderia haver uma causa da política social como há causas para a explicação de fenômenos físicos? (GERSCHMAN, 1989, p.124).

A essa questão Gerschman e outros autores mais próximos de um paradigma da compreensão envolvendo a interpretação do sentido e dos múltiplos significados dos acontecimentos atribuídos pelos protagonistas em ação no campo social respondem negativamente. Segundo ela, não se pode pensar em uma causalidade, como preconiza a teoria social positivista, para os fenômenos político-sociais (sendo que as políticas sociais estatais, mesmo que somente como ideologia, é um destes fenômenos) como se originando de algo exterior a eles mesmos. O fenômeno social só pode ser entendido como algo produzido numa rede significativa e complexa, onde se manifestam forças e protagonistas humanos que imprimem o selo de seu sentido às coisas, e estas só podem ser entendidas dentro de uma totalidade complexa, que é o concreto em si mesmo, o social.

Buscando uma metodologia capaz de relacionar o conhecimento acerca da estrutura e das relações sociais presentes na sociedade capitalista, ela articula as contribuições da teoria marxista com as da teoria weberiana para tratar das políticas sociais, encontrando essa integração na contribuição proposta por Claus Offe. (GERSCHMAN, 1989, p.127).

Orientando-se para uma definição de política social, Gerschman se apóia no enfoque metodológico integrado desenvolvido por Claus Offe⁶. Segundo ela, o autor opera com dois níveis de análise teórica da política social a partir das relações construídas, que se articulam no plano especificamente político: o plano estrutural, a partir do qual Offe discute os limites estruturais do Estado capitalista que o impossibilita de atender a totalidade das demandas sociais para explicar a origem das políticas sociais. Essas políticas têm a finalidade de atender, de um lado, as necessidades de acumulação do estado capitalista e, de outro, de garantir a legitimidade do Estado pelas classes trabalhadoras e ainda de contribuir na constituição dessas classes. Nesse sentido ela explicita que,

A política social é entendida no plano estrutural como um instrumento de regulação política ou de criação de condições sócio-estruturais para que o trabalho assalariado funcione efetivamente como tal. Através da política social, o Estado vai regulamentar quem participa e quem não participa do mercado de trabalho. Para isso as formas de existência externa ao mercado precisam ser organizadas e sancionadas pelo Estado (GERSCHMAN, 1989, p.127).

Assim o Estado, organizador da vida social através da política social, torna-se o agente regulador, equacionando a questão das demandas político-sociais das classes sociais antagônicas, desviando da classe detentora dos meios de produção o foco de responsabilização e engendrando mecanismos de seletividade (seja de ordem estrutural, ideológica ou repressora) através de ações referentes ao mercado. Isso ocorre quando ele regula emprego e desemprego, quando retarda a entrada do segmento jovem no mercado de trabalho, alongando o tempo de permanência no sistema educacional e regulamentando o tempo para aposentadoria, quando estimula ou não a incorporação do segmento feminino no mercado, entre outros (GERSCHMAN, 1989, p.128).

O segundo plano é o das singularidades das políticas sociais, sob a perspectiva da análise weberiana, essas políticas são consideradas nas suas especificidades, naquilo que lhes é próprio e que as diferenciam das demais políticas. Nesse plano, os dados empíricos são analisados a partir "de dois eixos básicos: a) a explicação da evolução, modificações e inovações de uma política

⁶ Offe, Claus e Lenhardt, Gero. "Teoria do Estado e Política Social", in *Problemas estruturais do Estado Capitalista*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984. Citado in Gerschman (1989, p. 127 et seq.).

social dada, e b) a relação entre as estratégias de racionalização administrativa e a implementação de inovações políticas" (GERSCHMAN, 1989, p.127).

De acordo com ela, a integração desses enfoques, proposta por Offe, serve para visualizar os processos de reformas e de mudanças sociais, mas não no sentido de contrariar interesses da ordem estabelecida, dado que,

[...] às inovações nas políticas sociais obedecem a compatibilização de estratégias que se dão na esfera do político [...], como também, [...] criam condições iniciais de interações conflitivas entre grupos e classes sociais e seus resultados são não-previsíveis ou ambivalentes (GERSCHMAN, 1989, p. 128).

Nesse sentido, a possibilidade de análise das políticas sociais deve ser considerada a partir de um caso concreto, na sua singularidade, porque objetivos e resultados não podem ser avaliados a priori, mais do que isso, segundo a autora, importa pensar as condições sociais de implantação das normas de uma determinada política, "[...] tratar-se-ia mais de uma análise retrospectiva do que prospectiva" (GERSCHMAN, 1989, p.128).

Resumindo, seus aportes sobre a natureza das políticas sociais, definindo-as não em si mesmas, mas por suas relações com as classes, estruturas, processos e agentes sociais dentro de uma perspectiva pluralista (análise que se pauta na compreensão weberiana e na dialética marxista), Gerschman destaca as contribuições de estudiosos da realidade sociopolítica latino-americana⁷ que, articuladas à proposta de análise de Offe, podem deixar perceber a gênese e o comportamento das políticas públicas sociais, seus possíveis objetivos, bem como iluminar o conteúdo e a verdade de tais políticas. Para tanto, ela cita três fatores principais, resultantes do entrecruzamento dessas contribuições (GERSCHMAN, 1989, p.132).

⁷ Na obra *Empresariado, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*, Eli Diniz destaca nas relações entre o Estado e a Sociedade, o papel dos atores sociais, sem desconsiderar as determinações estruturais do atual Estado onde a implicação daqueles, a despeito dos interesses próprios, no que diz respeito as suas decisões, podem provocar mudanças e inovações. Em *Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira*, Vanderlei G. do Santos, trata do conceito de complexidade do social, referente ao processo de diferenciação social e multiplicação organizacional da sociedade capitalista. O surgimento de novos e heterogêneos grupos sociais, superando a tradicional e dicotômica divisão de classes sociais, e de novas formas organizativas, que mediatizam a ação destes movimentos e grupos sociais. De modo geral, Joachim Hirsch, Oscar Oszlak e Guilherme O'Donnel, chamam a atenção para as formas pelas quais o estado capitalista opera na transformação das exigências sociais em políticas. Discutem o processo de seletividade estrutural do estado capitalista, que engendra um sistema de filtros, através dos quais as demandas sociais poderão ou não virem a fazer parte de uma agenda viável de políticas específicas, vinculadas a interesses de classes não visíveis. A bibliografia completa consta em Gerschman, 1989.

O primeiro desses fatores é o papel dos atores sociais, fundamental na compreensão das inovações e mudanças no processo de racionalização administrativa solucionados via compatibilização ou adequação de estratégias políticas. Os atores específicos encampam essas políticas segundo seus interesses individuais, coletivos, de classe, etc.

Um segundo fator que condiciona o aparecimento e o direcionamento de uma política social é a complexificação do social, categoria proveniente de um perspectiva pluralista articulada ao enfoque marxista, que torna possível superar o modelo analítico das classes sociais dicotômicas e incompatíveis, modelo considerado por alguns estudiosos ultrapassado para explicar a formação societal atual. Este viés analítico capta o movimento de grupos sociais, que se superpõem à estrutura produtiva, são organizados de maneira específica e que expressam demandas sociais.

Um terceiro fator é a história dos problemas e das políticas sociais, que implica um recorte temporal ou diacrônico que mostre a evolução tanto da demanda social, quanto das respostas do Estado, às políticas sociais. Essa análise histórica ou retrospectiva, segundo Gerschman, poderia se integrar à análise de Offe, que se pauta em uma pesquisa empírica do plano singular das políticas sociais.

Neste estudo trata-se de políticas voltadas para a infância, não como um todo, mas da parcela desse segmento social que se encontra inserida precocemente no mercado de trabalho e que é objeto de uma política específica tratada mais adiante.

As categorias infância e criança são aqui entendidas na perspectiva de alguns estudiosos do social, como Sarmiento e Pinto (1997) e Martins (1993). Seus respectivos enfoques se referem à maneira através da qual elas são consideradas pela mentalidade social moderna, uma construção social que compreende “um conjunto de representações sociais e de crenças e para a qual se estruturaram dispositivos de socialização e controle que a instituíram como categoria social própria” (SARMENTO e PINTO, 1997, p.11).

Nesse sentido, entendemos que as condições e circunstâncias que determinam a concepção da infância e da criança no processo histórico são adequadas às condições estruturais e conjunturais de cada sociedade e a elas sujeitas. Portanto, cabe ressaltar que a real natureza da sociedade em que se vive e que elegeu o trabalho como seu valor máximo é condicionada pela lógica do

mercado de trabalho, da burocracia estatal, pela coisificação do homem e das relações em prol de um modelo de desenvolvimento político-econômico que privilegia os interesses do capital.

No caso da infância e da criança trabalhadora, é fundamental a contribuição de Martins para entender a participação delas na moderna sociedade capitalista. Ele ressalta que nessa sociedade as crianças são objeto de interesses invisíveis, são também instrumentos de ampliação de uma riqueza que não pertence nem chega a elas, não melhora suas condições de vida nem a de suas famílias. De acordo com seu ponto de vista, mesmo que a criança não tenha sido integrada ao mercado de trabalho, "ela está sendo dominada pela disciplina do trabalho, quando lançada ao deus-dará da luta pela vida, e pela disciplina da burocracia pública, quando submetida ao cativeiro das instituições de tutela" (MARTINS, 1993, p.14).

→ Portanto, a infância como uma questão pública é um fenômeno moderno que ganhou visibilidade com as mudanças e transformações ocorridas no mundo do trabalho e que, conseqüentemente, afetaram a vida familiar na luta pela sobrevivência. Sem muita precisão, foi a partir de meados do século XIX que formalmente a infância deixou de ser uma questão de ordem privada e foi alçada à condição de tutela pública. Esse processo envolveu grande polêmica e oportunizou discussões de caráter moral, religioso, humanitário, político, econômico e cultural, ao longo de sua trajetória.

Desde então, persiste um relativo interesse e preocupação para com a infância por parte dos agentes políticos do Estado e da sociedade, interesse e preocupação que se acentuaram consideravelmente no final do século XX devido à ostensiva dramaticidade dos problemas que atingem esse segmento social e são decorrentes do modelo de desenvolvimento social burguês adotado, que privilegia o sistema de acumulação capitalista (DUQUE-ARRAZOLA, 1997, p. 357-358).

Especificamente no caso brasileiro, a história da intervenção social na infância constitui-se numa longa trajetória que pode ser resumida na passagem desse segmento social da condição de menor, objeto de compaixão/repressão, à de criança/adolescente, sujeito pleno de direitos (DUQUE-ARRAZOLA, 1997, p. 357-358). Pode-se inferir que, no Brasil, a história da infância enquanto questão pública é marcada por uma clivagem, que tem por resultado, o que Rizinni, bem sintetiza como sendo um dos piores subprodutos dessa história, ou seja, em suas palavras: "a reprodução do abismo social no mundo infanto-juvenil, onde se opõem crianças e

adolescentes, propriamente ditos, a menores e a meninos de rua" (RIZINNI, 1995, p. 385).

Considerando a bibliografia, percebe-se que o processo histórico do atendimento social à infância no Brasil constitui-se de avanços e retrocessos no sentido da promoção e da valorização desse segmento social, variando de acordo com as transformações conjunturais ocorridas no cenário nacional desde o período colonial até os dias atuais e conservando o assistencialismo e o intervencionismo repressivo como suas características fundamentais (MARCÍLIO, 1998; DUQUE-ARRAZOLA, 1997).

Do ponto de vista da análise histórica, é facilmente constatado o crônico e gradual afastamento do poder estatal das questões relacionadas à infância. Tal afastamento é revelado, sobretudo, no caráter das políticas sociais implantadas em fins o século XIX e durante praticamente todo o século passado, destinadas mais a atenuar o conflito social e a atender a apelos de setores dominantes, que exigiam uma intervenção mais enfática de sua parte, no problema relativo ao bem-estar infantil (MARCÍLIO, 1998). Este entendimento leva-nos a pressupor que a questão da infância (e, conseqüentemente da adolescência também) tem sido compreendida pelas políticas sociais como a tentativa de equalizar o 'problema do menor' que tornou-se cada vez mais complexo ao longo do século XX (MARCÍLIO, 1998, p.195).

Em consonância com Marcílio (1998), Pillotti acrescenta ainda que o atendimento à infância, no Brasil, pode ser caracterizado como: o resultado de uma estreita ligação clientelística, entre a tradição caritativa e filantrópica (religiosa e moralista, voltada para socorrer o abandono físico e moral) e o Estado brasileiro, ligação que se desenvolveu desde aquele período e que perdura até nossos dias,

com pouca transparência pública, controlada por uma elite de intelectuais e políticos, por membros da hierarquia eclesiástica, [...] e pelas primeira damas, que freqüentemente apelam para a sociedade civil, solicitando voluntariedade e ajuda material para obras de beneficência [...], buscando cobrir omissões do Estado (PILLOTTI, 1995, p.37).

Há também a manutenção de uma estreita e peculiar relação entre as esferas política e privada de atendimento (voltadas para as ações de controle, repressão e manutenção da ordem), que, nos dizeres de Faleiros foram "combinando autoritarismo, descaso ou omissão com clientelismo, populismo e um privilegiamento

- f) O Estado estimula, em suas políticas e instituições, o encaminhamento da criança ao trabalho subalterno. Exemplos mais flagrantes são a baixa de idade para trabalhar, na Constituição de 1967 e a política do “Bom Menino” no Governo José Sarney.
- g) O Estatuto da Criança e do Adolescente, introduz o paradigma de proibição do trabalho infantil, reforça uma política de profissionalização e de proteção ao trabalho juvenil com todos os direitos.
- h) Setores do Estado, grupos e movimentos sociais, organismos internacionais como a OIT, se articulam para a erradicação do trabalho infantil (FALEIROS, 1995, p. 96).

De acordo com o exposto, e observando amplamente a história do atendimento à infância no Brasil, percebe-se, entre outros aspectos, que as propostas e encaminhamentos de políticas para esse segmento social, desde o período já citado, foram se estruturando de acordo com a correlação de forças existentes na sociedade e de acordo com a hegemonia dos grupos de interesses que articulam e combinam estratégias e ações de natureza assistencialistas e repressivas em confronto com grupos e movimento sociais de defesa dos direitos da criança.

Segundo Vigevani (1989, p. 130-31), a ampliação dos movimentos sociais surgidos em meados de 70 e início da década seguinte, introduziram uma questão nova em relação às décadas passadas. Esse novo é entendido como uma contraproposta às formas tradicionais de desenvolver a luta e a organização social. Traz uma nova mentalidade e uma nova cultura política de base, capaz de generalizar ideologicamente, a partir do patamar inferior da escala social, a idéia da possibilidade de criação de uma nova forma social e de uma reformulação do aparelho e das políticas estatais, introduzindo o debate acerca da conscientização dos direitos do cidadão. Esses movimentos relevam a idéia de cidadania para além da proposta liberal advinda das elites dominantes do século XVIII, que aportam a idéia de liberdade e igualdade de direitos, reivindicando direitos políticos e sociais amplos e resgatando a idéia da participação política.

A luta pela redemocratização do país, na década de 80, abordada mais adiante, despertou um interesse analítico crescentemente ampliado dos estudiosos

da Sociologia e da Política (tendo em conta basicamente a produção nacional), conforme destaca Nascimento, “[...] não apenas quanto à constituição de uma nova sociedade civil, com organizações mais consistentes e representativas, como também quanto às mudanças nos padrões dos valores e comportamentos políticos” (NASCIMENTO, 1998, p. 33).

Com efeito, o novo regime político instaurado no país desde 1988, apresentou demandas e expectativas por parte dos movimentos sociais que mobilizaram, incorporaram e atualizaram os pressupostos da cidadania, colocando-a quase como condição de consolidação da democracia.

Em concordância com o exposto acima, Scherer-Warren (1999) define os movimentos sociais como formas coletivas de reação ao contexto histórico-social nos quais estão inseridos. Esses movimentos reagem contra contextos de autoritarismo e repressão política, fazem avançar propostas de democracia direta, de base ou representativa, questionam a distribuição do poder, reagem à centralidade das decisões. Avançam idéias de autonomies locais e de autogestão, se opõem a modelo de exploração econômica, concentrador de renda, trazem propostas de novas formas de produção e de vida comunitária. Nesse processo, os atores dos movimentos sociais de base ampliam a consciência de seus direitos de cidadão e pressionam, cada vez mais, o Estado a garanti-los.

Segundo Scherer-Warren, esses sujeitos coletivos são

os que perpetuam a memória histórica de processos civilizatórios emancipadores, que constroem a indignação diante da reatualização de problemas antigos e das reconfigurações das misérias humanas e que sonham com a possibilidade de contribuir para a produção de uma sociedade mais justa e feliz (SCHERER-WARREN, 1999, p.11).

Na visão dessa autora a categoria movimentos sociais é abrangente e engloba a de sujeitos sociais e a de associativismo civil. Sujeito social refere-se a um agente autocriador e autônomo que assume uma postura construtiva e positiva em relação às mudanças sociais, ao outro e à diferença. Touraine afirma que,

o sujeito é a vontade de um indivíduo agir e de ser reconhecido como ator. [...] tornar-se o agente de uma obra coletiva [...] É pela relação estabelecida com o outro como sujeito que o indivíduo deixa de ser um elemento de funcionamento do sistema social e se torna criador de si mesmo e produtor da sociedade (TOURAINE, 1994, p. 213-45 apud SCHERER-WARREN, 1999, p. 15).

Na década de 80, de uma forma geral, as principais demandas e conquistas dos movimentos sociais foram os Conselhos Paritários, entendidos como espaços de participação da sociedade nas instâncias governamentais que planejam, implementam e avaliam as políticas públicas. Assim, as pressões por participação resultaram no fortalecimento das instâncias municipais, ampliando consideravelmente suas competências e responsabilidades para com a organização e a manutenção dos serviços básicos. Essas exigências foram atendidas e regulamentadas na Constituição de 1988.

Mais especificamente, houve uma expressiva mobilização em torno do tema da violação dos direitos infantis e de todas as formas de exploração das crianças, e o trabalho infantil foi um deles, conforme veremos mais adiante. Assim, o resultado mais significativo do debate e da reflexão social acerca do problema da criança (e do adolescente), travados entre os diversos movimentos sociais comprometidos com a questão e o Estado, foi a promulgação do ECA, que passou a definir de forma peculiar as políticas sociais correspondentes a esse segmento social.

Entretanto, no atual contexto de economia globalizada colocam-se novos problemas sociais que exigem solução por parte da sociedade civil. Opondo-se às respostas neoliberais⁸, os movimentos sociais direcionam-se a uma pluralidade de questões fundamentais, como por exemplo, a exclusão social, ampliando os espaços de discussão, incluindo organizações não-governamentais na gestão das políticas setoriais e exigindo a gradativa transparência no trato da coisa pública.

Segundo Scherer-Warren, além do formato organizativo (redes, parcerias, iniciativas cidadãs, campanhas de solidariedade) e do conteúdo das ações (sentido de cidadania, justiça social, qualidade de vida), uma das diferenças fundamentais entre os movimentos sociais que atuaram no período autoritário e os do pós- 88, são as formas de se relacionar com o Estado: no primeiro preferiram atuar com autonomia, em oposição ao Estado; já no período pós- autoritário "as associações civis buscam abrir interlocuções com os governos, notadamente os locais. Todavia essas organizações tentam resguardar suas identidades específicas e uma relativa

⁸ Segundo Scherer-Warren (1999), trata-se de um conjunto heterogêneo de diretrizes econômico-político-ideológicas, propostas por representantes dos interesses do mercado, tendo em vista a organização e adequação do capitalismo em escala mundial frente aos desafios da globalização da economia.

autonomia para o equacionamento de suas propostas políticas” (SCHERER-WARREN, 1999, p.63).

Atualmente são reconhecidas várias formas e espaços de participação e atuação dos movimentos sociais em políticas públicas sociais: nos canais institucionais (conselhos setoriais, fóruns intersetoriais, coordenadorias específicas, programas de serviços), nas campanhas emergenciais e ações sociais voluntárias locais, nos fóruns temáticos permanentes e ou conjunturais que contribuem com reflexões e propostas para formulação de políticas públicas sociais. (SCHERER-WARREN, 1999, p.63). É no âmbito destes últimos que se desenvolve este estudo.

Na década de 90, os fóruns temáticos internacionais, nacionais e locais se legitimaram enquanto espaços públicos de discussão dos dilemas sociais. Segundo a fala de Jean Pierre Leroy, em entrevista a uma emissora de TV no ano de 2001,

[...] o fórum é, antes de tudo um espaço de debates, reuniões para um mesmo fim, com interesses comuns que são tratados com certa informalidade. É um espaço de participação, e essa participação é resultado de um processo no sentido literal de algo em movimento, se transformando, que não tem fim, que é lento (informação verbal).

Para Carvalho, os fóruns se constituem como iniciativas da sociedade civil caracterizadas pela diversidade e pluralidade dos sujeitos envolvidos: sindicatos, movimentos sociais, organizações populares, ONGs, entidades profissionais, universidades, técnicos ou militantes avulsos além de representantes dos diversos setores do Estado. “[...] São também novas formas de ação e de organização mais ágeis e informais que interpelam os governos, desafiando-os e participando da elaboração de políticas públicas mais voltadas ao interesse comum ao mesmo tempo em que provocam mudanças na cultura da sociedade” (CARVALHO, 2002).

Considerando o exposto acima, os fóruns temáticos situam-se como espaços de participação referendados, onde se pode observar, nas relações que se estabelecem entre o Estado e a sociedade, como se dá a formulação, implantação e avaliação de políticas sociais específicas e ao mesmo tempo o permanente dinamismo do processo de mobilização e de luta inerentes ao movimento social.

Para fins deste estudo, elegeu-se o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente no Trabalho, de Santa Catarina, como objeto de pesquisa. Nele se pretende, através da recuperação de sua trajetória histórica, buscar subsídios para uma avaliação da experiência de

participação de entidades civis na implantação e implementação de políticas sociais voltadas para a infância e adolescência que trabalha, e que tiveram grande repercussão nacional a partir de meados de 1980.

2.2 METODOLOGIA

2.2.1 *A Construção do Objeto de Estudo*

Segundo Abramo (1979:59), a escolha de um tema de pesquisa apóia-se de um modo geral em dois fatores: os de ordem **pessoal** e os de ordem **coletiva**. Os primeiros estão diretamente relacionados às motivações íntimas e às preferências por determinados aspectos da realidade social; os segundos são condicionados socialmente e tem haver com a fase histórica da sociedade em que o pesquisador está inserido, os interesses de classe, as influências exercida pelos grupos de referências, as solicitações pragmáticas do meio social e comunitário, o compromisso com a área de formação e as pressões difusas do meio acadêmico, entre outros, levando o pesquisador a escolher entre este ou aquele assunto. No entanto, é muito pouco nítida a distinção entre esses condicionantes e, nesse sentido, o autor define o tema de pesquisa como um fato social em si e que, portanto, pode ser explicado sociologicamente.

Considero como ponto de partida minha inserção, em meados de 1998, como membro do Fórum Estadual, o que me fez pensar nesse espaço como um local de aprendizagem e também de conhecimento. Espaço esse, que se revelava aos meus olhos idealistas, estupefatos e embebidos de senso comum, rico de potencialidade transformadora da dramática realidade que diz respeito a milhares de crianças que integram precocemente o processo produtivo em diversas partes do mundo, do país e, mais especificamente do Estado de Santa Catarina.

Para o meu olhar ingênuo, nesse espaço se configurava harmoniosamente um objetivo comum, articulado sob a égide de diferentes interesses, olhares e saberes sobre o tema em questão, manifestado pelos diversos representantes das entidades membros - a ser tratado mais detalhadamente na parte cinco -, que se propunham a pensar estratégias para erradicar o trabalho infantil em Santa Catarina

levando em consideração o arcabouço jurídico existente que incorpora a doutrina da proteção integral, tratado mais adiante.

Aparentemente consciente (pelo menos em nível teórico), da propalada complexidade que envolve toda e qualquer estratégia de luta contra uma chaga social constituída na própria estrutura - como o trabalho infantil -, o Fórum Estadual tem se deparado com uma realidade ainda mais complexa e diversa, sobretudo no sentido de como efetivar, na prática, as diversas ações, tendo em vista as metas enunciadas pela organização.

Grosso modo, do ponto de vista da sua estrutura organizativa, o Fórum Estadual é composto por um grupo de pessoas, representantes de entidades ou apenas cidadãos, que se relacionam tendo em vista a realização de um interesse coletivo. É sobremaneira uma relação fluida, estando em constante movimento, precisando ser construída e reconstruída a cada encontro, reunião e assembléia, como também precisa ser construído o consenso em torno das questões discutidas neste espaço.

Durante um desses encontros, do qual participei, comecei a perceber e foi se tornando evidente para mim um certo paradoxo: à medida que a discussão acontecia, parecia existir consenso a respeito da questão da erradicação do trabalho infantil, objetivo e razão de ser do próprio Fórum Estadual no sentido teórico: na efetivação da prática, todavia, várias questões relativizavam o problema. No meu modo de ver, tais questões não estavam presentes, conscientemente, no discurso de grande parte dos membros da organização em tela. Isso se revelava para mim nas concepções e nos valores expressados por eles, especialmente nas propostas de ações, que enfatizavam mais as indiscutíveis conseqüências morais, intelectuais, sociais, físicas e espirituais do trabalho infantil, do que propriamente as formas de intervenção capazes de transformar a realidade, sobretudo quando elas esbarravam nas dificuldades de ordem estrutural e institucional. Essa percepção, um tanto confusa no início, gerou em mim uma angústia que parecia não ter solução.

Algum tempo depois e já cursando o Mestrado, decidi pensar na possibilidade de escolher esse dilema como objeto de minha dissertação para obtenção do título de mestre em Sociologia Política. Partindo da situação supracitada e inspirando-me em Neto, decidi transformá-la num questionamento que me permitisse "ultrapassar a simples descoberta para, através da criatividade, produzir conhecimento" (NETO, 1998, p.52).

Nesse sentido, problematizei aquela angústia, seguindo, a princípio este raciocínio: se há no Brasil, reconhecidamente, uma enorme distância entre a legislação que prevê a erradicação do Trabalho Infantil e a realidade social, desigual, injusta e excludente, das crianças, sobretudo daquelas oriundas dos contingentes de baixa renda, da pobreza e até da miséria absoluta, para quem foi criada essa normativa? A quem ela realmente atinge? Qual a percepção dos membros desse Fórum Estadual acerca da erradicação do trabalho infantil? Como promover uma adequação entre o conteúdo normativo e a realidade referente ao trabalho infantil existente no Estado?

Desse momento em diante meu olhar passou a ser o de uma pesquisadora. Tentando me transformar numa “estranha nesse universo tão familiar”, conforme entendido por Da Matta (1983, p. 157), apresentei a proposta de pesquisa: analisar qual o grau de adequação da legislação que preconiza a erradicação do trabalho infantil à realidade sociopolítica e cultural do estado, buscando compreender, a partir das políticas implantadas e implementadas no Estado de Santa Catarina através do Fórum Estadual, se estas anulam ou atenuam as conquistas que anunciam.

Os sujeitos dessa investigação portanto são o Fórum Estadual e os seus membros, neste caso as pessoas/representantes interessadas e envolvidas com as questões relativas à infância trabalhadora e que particularmente vinham desenvolvendo atividades de crítica ao fenômeno junto a entidades governamentais e à sociedade, sendo, portanto, a meu ver, os mais qualificados dada sua própria atuação.

2.2.2 Articulando uma metodologia: um breve histórico do tema

Após definir o objeto de interesse deste estudo, impô-se a necessidade de pensar como levar a cabo tal empreendimento, em outras palavras, como realizar o trabalho de campo.

A definição de campo concebida nessa pesquisa baseia-se em Neto, que o toma como um recorte espacial delimitado, “[...] representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação” (NETO, 1998, p.53).

Na busca da realidade objetiva⁹ importa demarcar os limites do fazer científico, e desse modo, a meu ver, um ponto importante a ser mencionado é o abordado, de forma bastante interessante, por Demo(1985), quando ele chama a atenção para a relatividade da discussão, colocando que ela é interminável e que não pode ser naturalmente suprimida, cabendo ao investigador interrompê-la a certa altura por conveniência externa, nunca por exaustividade interna. Ele considera a demarcação científica como uma proposta, entre outras possíveis. No seu entender, é uma forma de ver a Ciência, evitando os dois extremos: o dogmatismo, que faz da ciência um meio e um instrumento de justificação da ideologia, e o relativismo metodológico, que funda sua validade, validando todas as outras posições. Nesse sentido, a Ciência é vista como um processo que está sempre se fazendo e sendo assim, não se pode construir posições definitivas.

Nessa visão de ciência compreende-se que o objeto de estudo é construído. E aceita-se o entendimento do autor acima tratado acerca dessa construção. Considerando as particularidades das Ciências Humanas e Sociais em relação às naturais e exatas, ele coloca que não se trabalha com uma realidade pura e simplesmente de forma imediata e direta, mas com a realidade que se consegue ver e captar. Parte-se de um determinado ponto, problematizável; interpreta-se a realidade porque o fato não fala por si só, ele é passível de várias interpretações, e aí entra a marca do pesquisador, ele não capta a realidade assim como ela é, mas como ele a vê (DEMO, 1985, p. 42-43).

Assim, uma vez decidido o tema, o trabalho devia ser metodologicamente organizado, sob pena de não funcionar¹⁰. A necessidade do método, nos dizeres de Abramo (1979, p.24), impõe-se para substituir as divagações descomprometidas com os fatos. O pesquisador delineia então um plano básico de atividades, baseado num considerável número de informações acerca do assunto escolhido, que subsidie minimamente a premissa da exeqüibilidade do estudo.

Dentre os diversos métodos de investigação científica, optei pelo estudo de caso, contribuição (emprestada da medicina) de uma tradição de pesquisa antropológica. De acordo com Goldenberg, o método não se resume a uma "[...] técnica específica, mas a uma análise holística, a mais completa possível"

⁹ Ver esse sentido de realidade objetiva em Aguiar (1978).

¹⁰ Empréstimo de Thiollent, (1985).

(GOLDENBERG, 1997, p.33), onde a unidade social é considerada em sua totalidade, construída pelo pesquisador, tendo por objetivo compreender o objeto a partir de seus próprios termos, em estado natural ou pelos menos nas condições mais naturais possíveis, portanto, não em laboratório, seja ele um indivíduo, uma comunidade, uma instituição, um programa, uma entidade...

No modo de ver da autora acima citada, a escolha do objeto deve ser claramente explicitada. Essa escolha depende de sua representatividade e da sensibilidade e experiência do pesquisador e não apenas de características objetivas do fenômeno estudado. Deve ser claramente explicitada a escolha das características a serem privilegiadas, bem como as dificuldades e limites da pesquisa (como entrou no campo, através de quem, as pessoas que deram entrevistas e as que se recusaram a dá-las, as perguntas que não foram respondidas, as contradições encontradas, a (in)coerência das respostas).

Rabitti, pesquisadora da educação, destaca ainda que a finalidade desse método não é "[...] a pesquisa da causalidade, mas a compreensão daquele caso particular em sua complexidade" (RABITTI, 1999, p.30). Isso se reflete na intenção de generalização, própria da ciência, na utilização do estudo de caso. Em se tratando de um caso singular, seus resultados não prevêm a generalização do tipo científica, construída e alcançada através da experimentação e da indução com intuito de atingir uma população de casos. É uma generalização diferente, pois pessoas e experiências são diferentes, então "[...] o pesquisador antes, e o leitor depois, captam no sistema estudado, analogias e diferenças em relação a sua própria experiência. [...] Daí a necessidade de oferecer um material rico e particularizado" (RABITTI, 1999, p.35). Segundo a mesma autora, "o caso pode até não ser representativo", mas o estudo aprofundado de um problema, como o proposto, pode iluminar e clarear outras experiências de mesma ordem.

Os limites dessa forma de trabalho devem ser considerados pelo pesquisador. Nesse sentido, Goldenberg (1997), aponta para a necessidade de se ter sempre presente que o estudo de caso corresponde a uma parte bem reduzida e representativa de uma totalidade, pois a sensação de dominar o tema, por conhecê-lo em profundidade, pode levar o pesquisador a enveredar-se por desvios tais como: generalizar os dados, apoiar-se mais na intuição que num quadro teórico apropriado, entre outros.

Assim decidi por um aporte teórico-metodológico heterogêneo, capaz de abarcar, do ponto de vista operacional, a dinâmica do processo em questão e o seu sentido dele para os atores envolvidos. Busquei aliar as contribuições teórico-metodológicas de análise e avaliação qualitativa de Políticas Públicas Sociais, especialmente a avaliação participativa do ponto de vista social e político, ao método do estudo de caso e suas respectivas técnicas.

Cabe neste ponto retomar a premissa da exeqüibilidade do estudo. Pode acontecer que, por uma série de fatores, uma pesquisa se demonstre impraticável, ainda que o pesquisador tenha tomado certos cuidados, tenha preparado uma relação de problemáticas e expectativas, além do planejamento do trabalho de campo; foi o que sucedeu no caso desta pesquisa.

Tendo em vista meu interesse inicial de analisar o grau de adequação da legislação que preconiza a erradicação do trabalho infantil à realidade sociopolítica e cultural do estado, buscando compreendê-la a partir das políticas implantadas e implementadas no Estado de Santa Catarina através do Fórum Estadual, pensei em trabalhar com uma amostra intencional de aproximadamente 12 representantes das entidades membros do Fórum Estadual, divididos, em partes iguais, entre representantes de organizações governamentais e de entidades não-governamentais, com o intuito de confrontar e comparar as diferentes perspectivas e responder a meu objetivo geral, conforme o projeto de pesquisa apresentado.

No entanto, dei-me conta de que essa escolha traria uma série de limites, pela complexidade de fazer uma apreciação das diversas instituições e com isso estender demasiadamente o trabalho de campo. Além disso, a preparação para inserção no mestrado, a elaboração e qualificação do projeto da pesquisa, aliadas ao cumprimento obrigatório da carga horária curricular do respectivo curso e outras questões de natureza particular, limitaram minha presença nas assembleias ordinárias e extraordinárias do Fórum Estadual, no período correspondente ao último trimestre do ano de 1999 e o decorrer do ano subsequente, a mais ou menos cinco comparecimentos, devidamente registrados em atas, restringindo a minha participação nas atividades do Fórum Estadual à condição de ouvinte, dado ao pouco tempo que eu dispunha para assumir a responsabilidade de cumprir qualquer tarefa junto às comissões temáticas.

Concomitantemente ao referido período, operou-se na dinâmica interna do Fórum Estadual uma visível mudança, provocada, a meu ver, pela inserção do

Estado de Santa Catarina no Programa do Governo Federal voltado para a erradicação do trabalho infantil - PETI (uma conquista do Fórum Estadual, objeto desse estudo, que será aprofundado mais adiante) - constatada na minha (re)entrada no campo de estudo, fato que me obrigou a redimensionar o projeto inicial da pesquisa.

Dessa forma, caía por terra, todo aquele questionamento feito anteriormente. Aquela indefinição aparente que eu percebia no conjunto das concepções dos membros do Fórum Estadual, acerca das alternativas pensadas, para a efetiva erradicação do trabalho infantil, parecia não mais existir naquele momento. Era como se o PETI fosse a resposta mágica, capaz de unir o discurso, se tornando o principal instrumento transformador da realidade. Para tanto bastava ao Fórum Estadual “arregaçar as mangas” e colocá-lo a funcionar em todo o estado.

Com isso, parecia não se justificar mais o questionamento junto ao grupo escolhido sobre a adequação da legislação à realidade. Em certa medida, e com toda sua parcialidade, a política social governamental para erradicação do trabalho infantil, foi uma resposta ao impositivo legal, e sua implantação era algo indiscutível. No entanto, sua implementação era uma outra história e foi para esse aspecto que se voltou meu olhar.

Assim, desde que iniciei o trabalho de campo, passei a observar atentamente esse movimento, e as novas circunstâncias acabaram determinando um ajuste de enfoque operacional mais para a ordem do método, da pesquisa.

Cumpru relatar que durante o processo acima descrito eu tinha a sensação de que o objeto de estudo antes definido se desvanecia. Eu estava por demais preocupada em atender aos critérios de cientificidade da pesquisa, muito embora os vários manuais de metodologia e análise do social, das mais diversas perspectivas e enfoques, me deixassem ciente da complexidade e da falta de consenso dessa discussão, sem omitir a sua relevância sobre a peculiaridade do caráter científico inerente às atividades de pesquisas nas Ciências Sociais (ABRAMO, 1979; THIOLLENT, 1985; DEMO, 1985; BECKER, 1993; AGUIAR, 1978). Decidi então que valeria a pena investir na pesquisa da experiência protagonizada pelos atores em tela.

Dessa forma, adequuei o meu objeto, reformulando-o a partir dos elementos presentes na realidade que se desenrolava sob meus olhos, optando por fazer uma

avaliação qualitativa, pouco tradicional¹¹ em relação às existentes, da participação de sujeitos coletivos (o Fórum Estadual) na formulação, na implantação e implementação de políticas sociais (o PETI), registrando esse momento e o protagonismo dos sujeitos históricos.

Definido o objeto, decidi que o trabalho de campo seguiria, na direção da observação da realidade acima descrita, em dois movimentos concomitantes: o primeiro, de observação do Fórum Estadual por dentro, descrevendo-o retrospectivamente sua constituição, sua estrutura organizacional e operacional, traçando, a partir de suas características heterogêneas, o seu perfil, buscando avaliar a sua capacidade de sensibilizar e mobilizar as entidades membros a assumirem seu papel e responsabilidade social naquilo a que se propunham no âmbito do Fórum Estadual. Os critérios empíricos utilizados nessa avaliação foram a adesão, a permanência e a evasão das entidades membros, no período compreendido entre os anos de 1996 e 2000.

O segundo movimento a ser destacado é o Fórum Estadual por fora, seu impacto enquanto entidade representada e representante, porta-voz de um discurso uníssono junto e em correlação com as demais forças sociais e políticas envolvidas na implementação da principal política social para a erradicação do trabalho infantil, considerando a breve descrição de duas experiências nesse sentido, ocorridas nas localidades de Morro da Fumaça e de Florianópolis.

As diretrizes práticas que orientaram essa pesquisa constituíram-se das seguintes fontes de dados: de entrevistas, técnica bastante generalizada no trabalho de campo, sobretudo na pesquisa qualitativa, entendida como uma conversa entre pesquisador e sujeitos-objetos com propósitos estabelecidos. O relato dos atores, obtidos a partir de estímulos verbais, são dados coletados, objetivos e subjetivos, capazes de resgatar uma determinada realidade que está sendo focalizada. Baseada em Abramo (1979), privilegiou-se neste estudo a entrevista temática onde o informante discorre livremente sobre o tema proposto pelo pesquisador.

Tendo em vista o objetivo proposto no presente trabalho, optou-se por uma amostra intencional escolhida do universo constituído pelos membros representantes do Fórum Estadual na função de coordenadores, ao longo dos anos pesquisados. Esta escolha baseou-se na pressuposição de que os mesmos são cruciais para o

¹¹ Ver estudo acerca das diversas formas de avaliação de políticas públicas em Rico (1998).

conhecimento do universo pesquisado. Para tanto, foi considerado como critério definidor, para além da posição ocupada por tais membros, o tempo de permanência e o grau de interação e envolvimento deles com a estrutura organizativa e operacional das atividades do Fórum Estadual.

Os entrevistados estiveram prontamente acessíveis, em nenhum momento criaram dificuldades ou embaraços às informações, no entanto, considera-se o fator tempo nosso principal limite, tendo em vista a intensa agenda e a pouca disponibilidade dos entrevistados ficou-se sujeito as suas possibilidades. Houve entrevista que levou três meses para ser realizada, sendo marcada, desmarcada e remarcada. As entrevistas demandaram um tempo aproximado de oito meses para serem concluídas. Nesse espaço de tempo, realizou-se seis entrevistas onde cada um pode expressar seu ponto de vista diante do tema abordado.

A apreciação dos dados coletados possibilitou a reconstrução da história do Fórum Estadual e permitiu vislumbrar, mediante o testemunho histórico, o processo participativo na implementação de uma política pública.

Além disso utilizou-se ainda como fonte de dados, a memória da minha experiência enquanto membro partícipe do Fórum Estadual; consulta bibliográfica, acadêmica, documental e jornalística (esta consulta incluiu material bibliográfico teórico/conceitual, documentos tais como textos legais, atas¹², encaminhamentos e registros oficiais, diagnósticos e dados oficiais contendo estatísticas sobre o trabalho infantil no âmbito Internacional, nacional e no Estado de Santa Catarina, reportagens publicadas e veiculadas pela mídia).

Corroborando o explicitado acima, acrescentam-se ainda as sugestões metodológicas, esclarecedoras e fundamentadoras apresentadas por Gadelha, baseado em Becker, que aponta aspectos relevantes a serem contemplados num estudo de caso,

quando da descrição retrospectiva e análise da experiência: modalidades de atividades e interação, aquelas mais frequentes e estáveis, os conteúdos e as consequências das interações, localização das pessoas/grupos e funcionamentos organizacionais, expectativas implícitas, situações consideradas conflituosas, documentos e etc. (GADELHA, 1998, p.84).

¹² Ver exemplo em anexo.

3. AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O DEBATE ACERCA DA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

A amplitude de perspectivas que envolvem o estudo da questão social e política da infância, de um modo geral, implicam que se considere todo um complexo conjunto de relações, materiais e abstratas, que trazem à reflexão o processo constitutivo do ser humano integral em diferentes contextos sociais e históricos. Nesse sentido, conforme já explicitado anteriormente, sem pretender ser reducionista, privilegia-se resgatar a trajetória do debate acerca do trabalho infantil, situando-o no marco de um contexto social específico: a sociedade capitalista ocidental.

Como destaca Faleiros (1995, p. 95-96), o encaminhamento de crianças ao trabalho subalterno tem sido a estratégia recorrente das políticas de atendimento desenvolvidas pelo estado, com a conivência da sociedade, que o concebe não como um problema, mas como solução. Assim, mais que historicizar, interessa-nos destacar como vão se descortinando, no processo histórico, as dimensões sobre as quais o discurso que se impõe a respeito do trabalho infantil ideologicamente se cala.

Essa parte revê brevemente, a partir da bibliografia consultada, a emergência e a configuração do debate sobre o tema em questão, por parte de agentes públicos, governamentais e não-governamentais, sobretudo nas últimas décadas do século XX. Para tanto, enfatiza-se a dimensão processual das relações entre o Estado e a sociedade, que culminou no movimento de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, ocorridos dentro e fora do Brasil, situa-se ainda o Estado de Santa Catarina, como limite geográfico desse estudo.

Inicialmente contextualizam-se historicamente as normas internacionais e nacionais que regulamentam o trabalho infantil, além de traçar um breve panorama da situação de exploração econômica da força de trabalho precoce no Brasil e, mais especificamente, no Estado de Santa Catarina.

Busca-se retratar brevemente a situação de intensa exploração humana imposta a milhares de crianças e adolescentes e como o debate acerca do trabalho infantil foi emergindo na sociedade, dentro e fora do País, e como esta mesma

sociedade foi propondo mudanças nas leis e nas iniciativas destinadas à criança e ao adolescente.

3.1 SITUANDO O DEBATE NO CONTEXTO INTERNACIONAL: AS NORMAS INTERNACIONAIS DO TRABALHO

Ao longo da década de 90 observa-se uma ampliação, em nível mundial, do debate público que tematiza os efeitos e as conseqüências biopsicossociais, decorrentes dos processos produtivos que utilizam mão-de-obra infantil. No entanto, é inquestionável que a maioria das crianças, em todas as sociedades, sempre trabalharam de uma maneira ou de outra. Isto significa dizer que este não é um fato novo na história da humanidade. O que tem variado, de acordo com o tempo e o contexto, são as ocupações e as condições de trabalho.

Historicamente, a superexploração da mão-de-obra infantil é citada na bibliografia disponível como uma das conseqüências da revolução industrial. A partir dela, estabeleceu-se uma nova divisão social do trabalho, que criou condições favoráveis - hierarquização, simplificação e automatização de tarefas, gerando oportunidades para aqueles que não tinham formação. A incorporação desse segmento social ao trabalho industrial tem, na região de Lancashire (Inglaterra), dos séculos XVIII e XIX, seu exemplo mais cruel, minuciosamente descrito por Karl Marx na obra *O Capital*.

O novo modelo econômico de produção que se impunha e a desumana condição de exploração a que eram submetidas as crianças, no período acima citado, fizeram emergir os primeiros movimentos públicos - que chegam a se confundir com a origem do Direito Trabalhista. Esses movimentos passaram a exigir dos governos garantias legais que regulamentassem e limitassem as questões referentes ao trabalho, tendo resultado nas primeiras medidas de controle dos abusos contra a classe trabalhadora em geral e de preocupação com o trabalho infanto-juvenil, culminando com a elaboração de várias leis que previam uma idade mínima para o trabalho em diversos países do continente europeu.

No início do século XX, o Tratado de Versalhes criou a Organização Internacional do Trabalho¹³ - OIT, estruturalmente constituída por representantes do

¹³ Este organismo é amplamente conhecido pelas letras iniciais do seu nome, por isso, neste trabalho serão utilizadas somente as letras iniciais quando nos referirmos a ele, ou seja, OIT.

Governo, dos empregadores e dos trabalhadores, cuja missão, imbuída de espírito humanitário, é garantir, através de normas internacionais, condições dignas aos trabalhadores das indústrias, sobretudo àqueles mais vulneráveis às situações de exploração do capital, como é o caso específico das crianças. Desde então, esse organismo é o responsável pelo controle e a emissão de normas acerca das relações no mundo do trabalho, dando garantias mínimas e assegurando direitos fundamentais conquistados pelos trabalhadores.

No que se refere especificamente ao trabalho infantil, a OIT expediu, em 1919, mesmo ano de sua criação, a Convenção¹⁴ de número 5, que proíbe o trabalho de crianças até 14 anos em estabelecimentos industriais, e a Convenção de número 6, que proíbe o trabalho noturno na indústria daqueles com menos de 18 anos adotou posteriormente outras convenções sobre a idade mínima, até que em 1973, elaborou sua mais importante Convenção, a de número 138, que incorporou e unificou as demais convenções já editadas sobre o tema. A referida Convenção, define em seu artigo primeiro, que a idade mínima para o trabalho infantil não deve ser inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em qualquer hipótese, não deve ser inferior a 15 anos. Impossibilitada de ser atendida por todos os países-membros, esta determinação foi flexibilizada para aqueles com deficiências econômicas e educacionais, permitindo que a idade mínima para o trabalho fosse de 14 anos, mas preconiza que estes países se coloquem em processo de adaptação visando a elevação progressiva desse limite de idade. (VERONESE; CUSTÓDIO, 1997, p. 78-82; BELLAMY, 1997, p. 17-24; DAL-ROSSO; RESENDE, 1985, p.83-84; COLUCCI, 2001).

No entanto, por motivos que não cabem aqui ser considerados, mas que têm a ver com o descompasso entre os interesses do capital, a pressão e as exigências da sociedade civil organizada, principalmente aquelas ligadas à defesa dos direitos humanos, a Convenção 138 da OIT não tem encontrado a **anuência** de todos os

¹⁴ Os instrumentos jurídicos-políticos utilizados pela OIT para emissão de normas internacionais de trabalho são as Resoluções, as Convenções e as Recomendações. A Convenção é um instrumento sujeito a ratificações pelos países-membros da Organização e, uma vez ratificada, reveste-se da condição jurídica de um tratado internacional, isto é, obriga o Estado signatário a cumprir e fazer cumprir, no âmbito nacional, as suas disposições. (OIT:1995). No caso brasileiro, o tratado internacional é incorporado à legislação do país através de um Decreto Presidencial, publicado no Diário Oficial da União, que, com a promulgação, passa a ter equivalência à lei ordinária.

países-membros, inclusive do Brasil, que somente ratificou este tratado internacional em dezembro de 1999, sem no entanto promulgá-lo¹⁵.

Em virtude das resistências encontradas mas, sem poder ignorar a magnitude e urgência do problema, a OIT aprovou, em junho de 1999, na cidade de Genebra, a Convenção número 182, que proíbe as piores formas de trabalho, exercido por crianças e adolescentes com idade até 18 anos, e obriga os países-membros a erradicá-las imediatamente, entre elas: a escravidão, o trabalho forçado e obrigatório, a exploração sexual econômica, o tráfico de drogas e qualquer tipo de trabalho ou ocupação que os exponha a riscos morais, de saúde e de segurança. Essa Convenção foi promulgada pelo Brasil em setembro de 2000. (COLUCCI, 2001).

De acordo com a OIT, o número de crianças em atividade laboral em todo o mundo chega a centenas de milhões, estima-se que seja algo em torno de 120 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 e 14 anos atingidas diretamente e 250 milhões se forem agregadas aquelas para as quais o trabalho é atividade secundária. Esses números referem, em sua grande maioria, ao que ocorre na Ásia, na África e na América Latina, que na África e na América Latina a proporção de crianças que trabalham é de uma em cada três e de uma em cada cinco crianças respectivamente. Os números vêm aumentando desde os anos 80 devido ao agravamento da crise econômica e às transformações das relações trabalhistas. A grande maioria trabalha para suas próprias famílias, nas áreas urbanas e rurais e muitas delas estão expostas a situações potencialmente perigosas e de exploração¹⁶.

¹⁵ O depósito feito pelo Brasil na OIT não foi aceito porque contempla a possibilidade de trabalho entre 14 e 16 anos na condição de aprendiz. A questão do Trabalho Educativo, prevista no artigo 68 da Lei 8069/90-ECA, que prevê o direito a profissionalização e a proteção ao trabalho, ainda é tema controverso, que tem suscitado debate acalorado entre os especialistas, dada a ambigüidade e falta de clareza do que seja e das necessidades de quem realmente ela atende, se do Estado, da sociedade ou do adolescente; esta preocupação se justifica em virtude da violação dos direitos dos adolescentes submetidos aos programas de profissionalização, pois na realidade são explorados.

¹⁶ A OIT considera as estatísticas existentes altamente inadequadas e pouco confiáveis. O processo de coleta de dados oficiais, levantados pelos governos, tem sido bastante limitado, pois omite e exclui crianças que trabalham nos países industrializados, as que estão empregadas no setor informal, as que estão fora das escolas, as que têm menos de 10 anos, as que fazem trabalhos domésticos: seja para as próprias famílias ou seja trabalho servil para outras famílias, e por uma série de formas de trabalhos que não são incluídas na pesquisa e cobertas pelas estatísticas. Uma pesquisa recente e limitada, do Unicef indica um número aproximado de 73 milhões de crianças com idades entre 10 e 14 anos empregadas em todo mundo, podendo chegar a 250 milhões o número dela nas idades compreendidas entre 5 e 14 anos e que se encontram em atividades laborais (Relatório Situação Mundial da Infância).

É consenso entre instituições e pesquisadores a complexidade que envolve o trabalho infantil: há vários fatores associados a essa prática, dentre os quais a pobreza, a falta de acesso à educação e os limites impostos pela tradição (preconceito racial, de classe, de gênero e outros). A exploração do trabalho infantil se dá de várias formas e distribui-se num grande rol de atividades: os trabalhos domésticos, o trabalho forçado e escravo, a exploração sexual comercial, o trabalho de rua, o trabalho para a família, o trabalho de meninas, o trabalho industrial e agrícola. A ocorrência desse fenômeno é concomitante em todas as regiões do mundo e nenhum caso ocorre isoladamente, mas nos países menos desenvolvidos, esta prática é amplamente difundida.

Ao definir a noção de trabalho infantil baseado numa idade mínima, organismos internacionais como a OIT e o Fundo das Nações Unidas para a Infância/UNICEF, observam que a conceitualização desse tipo de trabalho não é simples nem clara, por isso a generalização classificatória das várias formas de trabalho inaceitáveis contribui para confundir e simplificar demais a compreensão do fenômeno, além de dificultar a eliminação dos abusos. Essas entidades internacionais consideram a atividade laboral exercida pelas crianças ao longo de um "continuum", em cujas extremidades encontram-se: a) o trabalho destrutivo ou explorador, que envolve situações de riscos cujos impactos negativos incidem diretamente sobre o desenvolvimento psicológico, emocional e intelectual das crianças. As instituições recomendam com insistência a eliminação desse tipo de trabalho em todos os países; b) o trabalho considerado benéfico, exercido após os 15 anos de idade, que promove e reforça o desenvolvimento físico, espiritual, mental ou social da criança, sem prejudicar a educação, o descanso e a recreação. Constitui parte essencial na formação da criança como também uma maneira de transmitir o patrimônio sociocultural de uma geração para outra. Portanto, é necessário estabelecer criticamente a distinção entre um e outro e também avaliar e considerar estratégias de proteção para as muitas formas de trabalho infantil situadas na área intermediária entre uma extremidade e outra (OIT, 1993, BELLAMY, 1997, p. 24).

Nas últimas décadas do século XX, a causa da criança ganhou relevância e reconhecimento internacional. A Convenção dos Direitos da Criança, assinada em 1989 na cidade de Nova York, incorporou a doutrina da proteção integral, tornando-se marco legal e paradigmático porque eleva a criança à condição de cidadã, de

sujeito de direitos, a quem são destinadas proteções específicas e prioritárias, por serem reconhecidas suas necessidades especiais, como direitos inalienáveis, garantidos sob forma de lei. O avanço da conscientização internacional a esse respeito, obriga os países signatários da Convenção a um reordenamento jurídico institucional.

Nesse contexto, a abolição do trabalho infantil é incorporado ao conjunto dos grandes dilemas sociais das atualidades a reclamar solução. Perante essa realidade, a OIT lança no ano de 1992, em seis países, entre eles o Brasil, o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil, o IPEC, cuja ação principal é baseada na mobilização da sociedade em torno do tema, buscando alternativa para mudar a realidade. A partir de então o Brasil, e outros países em desenvolvimento obrigaram-se a reconhecer e a assumir o compromisso de erradicar o trabalho infantil.

3.2 TRABALHO INFANTIL NO CONTEXTO NACIONAL: A NATUREZA E A DIMENSÃO DO PROBLEMA

No Brasil o combate ao trabalho infantil constitui-se em um dos principais desafios da atual agenda social. Tendo raízes profundas na história nacional, o problema, acentuado pelo desemprego estrutural que acompanha a reordenação da economia mundial, vem ganhando visibilidade no âmbito doméstico tanto quanto no internacional.

Embora o Brasil tenha ratificado a Convenção 138 da OIT¹⁷, a que define a idade mínima para o trabalho infantil e tenha promulgado a Convenção 182 sobre as piores formas de trabalho, milhões de crianças continuam trabalhando sob condições injustas e arriscadas, realizando tarefas impróprias para sua idade, comprometendo sua integridade física e psicossocial.

¹⁷ No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, fixou o nível mais baixo admitido pela OIT, proibindo o trabalho infantil a menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz. A partir de 1998 a Emenda Constitucional nº 20 alterou a idade mínima para o trabalho comum **de 14 para 16 anos**, e para o trabalho na condição de aprendiz para 14 anos.

3.2.1 *Raízes da inserção precoce no mundo do trabalho*

Num primeiro impulso, a pobreza estrutural, associada às desigualdades sociais, é colocada quase que unanimemente como fator causal da exploração do trabalho das crianças. Embora seja necessário reconhecer a existência de um mercado que absorve o labor desse contingente, o trabalho infantil no Brasil relaciona-se também a outros fatores – que não são de ordem econômica – ancorados numa mentalidade social que admite o trabalho como uma solução e não como um elemento desencadeador de problemas, conforme já se destacou.

O processo histórico de formação da força produtiva nacional, desde seu início, mesclou a necessidade, o oportunismo, a incompreensão como argumentos explicativos, entre outros, do trabalho precoce e ilegal. A razão mais evidente é a pobreza que obriga a maioria dos pais a oferecer a mão-de-obra dos seus filhos como forma de compor a renda familiar. A incorporação crescente de crianças ao mercado formal e informal, de trabalho responde aos efeitos perversos da tradicional má distribuição de renda, do baixo nível de emprego e dos baixos salários das famílias praticados neste País (CERVINI; BURGER, 1996, p.17-46).

A raiz da exploração do trabalho infantil no Brasil, segundo os historiadores e cientista sociais, pesquisadores¹⁸ do tema, remonta ao período colonial, onde crianças negras e indígenas já eram precocemente incorporadas ao trabalho. Essa exploração persistiu e ampliou-se através dos diversos períodos constitutivos da formação político-social brasileira chegando até os dias atuais.

Cada período se apropriou de forma específica e adequada à sua atividade econômica, da força de trabalho infantil, fosse no campo ou na cidade, mas um fator sempre esteve presente, perdurando e agravando-se com o passar dos tempos: a indistinção entre o trabalho executado por um adulto e o executado pela criança, geralmente acompanhado de exacerbada violência disciplinar e crueldade.

Do Brasil colonial ao Brasil republicano, o mundo do trabalho produziu e reproduziu distintas realidade infantis: a das crianças protegidas, pertencentes

¹⁸ Sobre as raízes históricas do trabalho infantil no Brasil, consideramos fundamentais, sem desmerecer os demais, os trabalhos de Irene Rizzini (1995), Irma Rizzini (1999), Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura (2000), Ana Dourado, Christine Dabat, Teresa Corrêa Araújo (2000), Delma Pessanha Neves (1999), José de Souza Martins (1993), Ayrton Fausto e Rubem Cervini (1996), Mauricio Roberto da Silva (2000). A bibliografia completa consta no final deste trabalho.

famílias burguesas e nobres da época, e a realidade da infância nas famílias pobres, de operários, de abandonados e de indigentes.

Com o fim da escravidão, o contingente de negros, entregue a própria sorte, foi fator determinante para o surgimento de uma mão-de-obra barata e desqualificada, que vai encontrar na venda de sua força de trabalho o único meio de garantir a sobrevivência.

A inserção do país na complexa lógica capitalista modificou gradualmente o cenário nacional. A chegada dos imigrantes europeus e asiáticos, e o impulso industrial acentuaram a presença de trabalhadores mirins na atividade produtiva. A incorporação da atividade laborativa de crianças nas indústrias têxteis, na metalurgia, nas oficinas, nas confecções entre outros, demonstram o emprego indiscriminado de crianças em funções para as quais não estavam preparadas, expondo-as a toda sorte de riscos.

O custo extremamente barato dessa mão-de-obra favorecia sobremaneira a acumulação, como destaca Moura, comentando acerca da exploração da força de trabalho abundante de imigrantes, que compunham os primórdios do movimento operário no início do século passado, e que concorriam com a oferta da força de trabalho constituída por crianças e adolescentes,

[...] A exploração do trabalho se dava por meio da compressão salarial do trabalhador adulto de sexo masculino; da exploração da mão-de-obra feminina [...]; e refletia claramente o fato de que sobre a infância e a adolescência pesava decisivamente a determinação do empresariado em reduzir os custos da produção (MOURA, 2000, p. 262).

Nesse sentido ainda, o projeto de modernização nacional, implantado entre os anos 50 e 60 aprofundou a desigualdade existente entre as regiões do país, provocando o êxodo de milhares de famílias rurais para as áreas urbanas que absorveram uma mão-de-obra inexperiente e desqualificada, estabelecendo uma relação salarial extremamente desigual e injusta.

A despeito do crescimento e expansão da economia nacional nos anos 70, esta relação salarial contribuiu para aumentar os índices de pobreza, ampliando o número de crianças nos trabalhos informais do setor de serviços e nas ruas a procura de trabalho e para contribuir com o orçamento familiar (SABÓIA, 1996). Assim a proliferação do trabalho infanto-juvenil refletia fielmente o baixo padrão de vida das famílias, baseado em salários irrisórios e custo de vida elevado.

aspectos, através da vitória da ideologia do trabalho enquanto ética moralizadora, que inculcou no homem ocidental moderno a idéia de trabalho como atividade redentora, nobre e formadora do homem de bem e, por conseguinte, do bom cidadão, além de ser o meio legítimo para a aquisição de riquezas e ascensão social. Essa ideologia tem justificado, até os dias de hoje, a inserção de crianças e adolescentes, especificamente os mais pobres, nas atividades produtivas, como a resposta mais eficiente contra o comportamento desviante e a marginalidade.

Influenciado pela legislação inglesa, data do ano de 1891 o primeiro Decreto-lei nacional, de nº 13.113, preocupado com trabalho de crianças nas indústrias. Esse proibiu o trabalho noturno aos menores de 15 anos e definia a idade mínima para qualquer forma de trabalho antes de 12 anos. Não obstante a legislação existente, nunca houve uma fiscalização por parte dos órgãos competentes da justiça pública, os excessos com relação à exploração da mão-de-obra infantil continuaram, sobretudo no setor fabril (MOURA, 2000).

Conforme a bibliografia consultada, no início do período republicano a população infanto-juvenil das camadas sociais menos favorecidas foi 'convocada' a dar sua contribuição na construção da nova identidade nacional. Dourado et al. (2000, p. 412), ressaltam o sentimento da elite dominante nesse período, que sustentava oportunamente o caráter anti-séptico do trabalho, quando diz que nesse contexto, "a alternativa para os filhos dos pobres seria a sua transformação em cidadãos úteis para o País, assegurando a organização moral da sociedade".

Segundo Colucci, já nessa época, início do século XX, foi instalado o "Comitê Popular de Agitação contra a Exploração de Menores nas Fábricas", pois, segundo o relato de estudiosos da época "existiam crianças que, a partir dos 5 anos de idade, trabalhavam na condição de aprendizes, recebendo salários irrisórios, exercendo jornadas de trabalho excessivas, inclusive no período noturno, expostas a agentes insalubres e perigosos, sendo comum, ainda, acidentes de trabalho" (COLUCCI, 2001-mimeo).

A prescrição constitucional de 1923 manteve a idade mínima de 12 anos para o ingresso no trabalho, determinação ratificada posteriormente pelo Código de Menores, em 1927. Só houve mudanças com a Constituição Federal de 1934, que elevou para 14 anos a idade para iniciação de trabalho. Esta disposição legal foi mantida pelas Cartas Constitucionais de 1937, e 1946, sofrendo um retrocesso em 1967, no governo militar quando a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, fixou a

idade mínima de 12 anos para ingresso nas atividades produtivas e ao mesmo tempo determinou a obrigatoriedade do ensino primário, público e gratuito nos estabelecimentos oficiais àqueles com idade entre 7 e 14 anos (PINTO, 1997; NEVES, 1999; COLUCCI, 2001).

Não se pode deixar de mencionar que o primeiro governo democrático, pós-ditadura, manteve o retrocesso no que diz respeito aos direitos da criança. Conforme resgata Pinto (1997), O Programa Bom Menino, de 1987, é exemplar nesse sentido. Ele permitiu a contratação a partir de 12 anos, sem restrições, e estipulou uma bolsa-salário no valor de $\frac{1}{2}$ salário mínimo a ser pago pelo empregador, isentando-o ainda dos encargos sociais. A principal exigência imposta as crianças para garantir o emprego é a obrigatoriedade da frequência às aulas.

✓ No final da década de 70 e meados da de 80, a pressão internacional, e a dos movimentos sociais urbanos e rurais, e dos sindicatos, permitiu o renascimento das lutas sociais coletivas na defesa dos direitos básicos dos trabalhadores, e suas exigências abrangem naturalmente as crianças. O resultado da participação ativa das várias esferas da sociedade junto à Assembléia Nacional Constituinte está expresso na atual Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988, representando um marco histórico no avanço das conquistas com proclamação de uma série de novos direitos (FAUSTO; CERVINI, 1996).

✓ A Constituição Federal de 1988, elevou a idade mínima para o ingresso no trabalho para 14 anos e até 18 anos, com autorização do responsável legal. Anos após, a Emenda constitucional nº 20, de 16 de dezembro de 1998, estabeleceu o limite mínimo em 16 anos, mas a partir dos 14 anos, foi autorizado o trabalho da criança na condição de aprendiz e mantida a proibição no que se refere às atividades laborativas em condições insalubres, perigosas ou penosas antes dos 18 anos.

Finalmente, conforme já dissemos, o Congresso Nacional, aprovou respectivamente os textos das Convenções 138 e 182 da OIT, e em 12 de setembro de 2000, foi promulgada a Convenção 182, ficando pendente a promulgação da 138.

Desde 1990, o Brasil, através de um novo ordenamento jurídico, a Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, superou o modelo da doutrina da situação irregular pelo paradigma da proteção integral, incorporando no seu texto a concepção sustentadora da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, aprovada pela

ONU em 1989. A nova legislação elevou a criança a categoria de sujeitos de direitos, a quem são destinadas proteções específicas e prioritárias, entre elas, as que asseguram a abolição efetiva do trabalho infantil.

3.2.3 O Trabalho Infantil no Brasil no período recente

Em 1996, o governo brasileiro, através do Ministério do Trabalho e do Emprego, tornou público um diagnóstico preliminar dos focos do trabalho da criança e do adolescente. Nele estão indicados 75 tipos de atividades exercidas por crianças e adolescentes inseridos no mercado de trabalho, e identifica ainda, o impacto e as conseqüências dessas atividades no desenvolvimento da criança a curto e a longo prazo, que vão desde os riscos físicos (ergonômicos, mecânicos, biológicos, químicos), aos morais e intelectuais. O mais comum é o afastamento da escola, o que certamente dificultará sua inserção profissional, mais adiante, num mercado cada vez mais exigente de profissionais qualificados. Assim, sem muitas alternativas, o trabalhador precoce tende a reproduzir o quadro de pobreza e exclusão social em que vive.

O quadro²⁰ abaixo apresenta os números estimados do trabalho infantil no Brasil.

Total /regiões-	População	Ocupados	%
Brasil	42.796.259	6.493.295	15,71
Centro-Oeste	2.999.970	427.174	14,24
Nordeste	14.036.643	2.851.303	20,31
Norte	2.533.841	343.451	13,55
Sudeste	17.013.496	1.797.176	10,56
Sul	6.212.309	1.074.191	17,29

Figura 1 - Número total e distribuição regional da população ocupada com idade compreendida entre 5 e 17 anos, (PNAD/1999).

²⁰ Os dados nacionais apresentados nesta pesquisa foram retirados de uma tabela organizada por Colucci (2001). Os dados estaduais, apresentados em seguida foram produzidos pelo Dieese/SC. Ambas tabelas estão baseadas na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio/PNAD de 1999. Até a redação desta pesquisa estes, são considerados os dados oficiais mais recentes, pois o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE não disponibilizou, até a presente data, os dados do Censo 2000.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio/PNAD de 1999, o Brasil possui um número estimado de 42.796.259 crianças e adolescentes na faixa etária compreendida entre 5 e 17 anos, distribuídos nas cinco regiões. Destes, 6.493.295 ou 15,71% do número total, estão ocupados.

O indicador acima citado estima ainda que a população com idade entre 10 e 14 anos é de 16.995.368 e que, deste total, 2.9 milhões trabalham. É importante destacar que nos últimos 5 anos, de um modo geral, houve uma redução no número de crianças trabalhadoras, em virtude das intervenções ocorridas ao longo da década de 90 direcionadas à minimização do fenômeno. No entanto, as estatísticas registram que na faixa etária acima citada, tem aumentado o número de trabalhadores em relação aos dados de anos anteriores. A região Sul, considerada a mais desenvolvida e com melhor qualidade de vida, surpreende pelo elevado número de casos de exploração do trabalho infantil. Nessa região, a grande maioria das crianças trabalhadoras estão ocupadas em atividades agrícolas, distribuídas em pequenas e médias propriedades.

Considera-se ainda que uma das conseqüências negativas mais evidente deste fenômeno está refletida nos altos índices de infrequência escolar da população infanto-juvenil, fato amplamente denunciado pelos estudiosos do tema.

O atual contexto mundial de progressiva ampliação do fenômeno de globalização das relações econômicas, a flexibilização da aplicação das leis, a deterioração das relações de trabalho, a falta de equidade na distribuição das riquezas, a falta de política de geração de emprego e renda por parte dos governos são alguns dos fatores que contribuem para a persistência e o agravamento do problema da inserção de crianças no mercado de trabalho formal e informal.

3.2.4 *O trabalho infantil em Santa Catarina*

Voltando aos limites desta pesquisa, o Estado de Santa Catarina guarda estreita correspondência com o contexto nacional no que se refere à exploração da força de trabalho precoce.

No diagnóstico realizado pela Delegacia Regional do Trabalho/DRT de Santa Catarina em 1996 e 1997, foi constatada a participação infantil em diversas e importantes atividades econômicas, rurais e urbanas, do estado: na cultura da maçã e do alho, na fumicultura, na olericultura (na produção de tomate, batata, cebola...),

na produção e extração de madeira, nas cristalarias, no setor calçadista, nas olarias e cerâmicas, nas carvoarias, na construção civil, na prestação de serviços.

Mas sabe-se que o fenômeno da exploração econômica de crianças, neste estado, é bem mais ampla. A informalidade e a clandestinidade de diversos tipos de atividades, como em todo o País, camufla a sua utilização expressiva e dificulta o dimensionamento do fenômeno. Há crianças trabalhando no comércio ambulante (vendendo balas, cartões/adesivos, canetas, flores...), catando papel e latas e na panfletagem. Outras se distribuem entre a mendicância, o furto e roubo organizado, o tráfico de drogas, a prostituição, e em outras atividades semelhantes. Esse último tipo de atividade de exploração infantil, vem alcançando índices alarmantes nas principais cidades do estado.

As tabelas a seguir, evidenciam as taxas de participação do trabalho infantil em Santa Catarina, segundo a PNAD de 1999.

Tabela 1 - População residente e ocupados por sexo e grupos etário

Grupos etários	População residente		Homens		Mulheres	
	Total	% ocupados sobre o total	Total	% ocupados sobre o total	Total	% ocupados sobre o total
5 a 14 anos	1.037.070	107.603 10,38 %	521.160	66.308 12,72 %	515.910	41.295 8,00 %
5 a 9 anos	489.157	22.688 4,64 %	250.686	15.707 6,27 %	238.471	6.981 2,93 %
10 a 14 anos	547.913	84.915 15,50 %	270.474	50.601 18,71 %	277.439	34.314 12,37 %
15 a 17 anos	336.177	152.965 45,50 %	179.725	95.969 53,40 %	156.452	56.996 36,43 %

Fonte: IBGE/PNAD 1999. Elaboração: DIEESE/SC

A tabela acima mostra uma população residente em Santa Catarina totalizando 1.373.247 pessoas, na faixa etária compreendida entre 5 e 17 anos. Deste total, 547.913, ou seja, 39,9%, pertencem a faixa etária compreendida entre 10 e 14 anos. Em relação ao total mencionado, essa faixa etária apresenta o percentual de 15,50 % de crianças que trabalham, o que equivale ao número de 84.915 trabalhadores. Observa-se ainda que 59,6% deles são meninos.

Tabela 2 - Pessoas ocupadas em atividades agrícolas segundo o sexo

Grupos etário	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
Total ocupados	759.034	100 %	427.500	100 %	331.534	100 %
5 a 14 anos	85.500	11,3 %	52.930	12,4 %	32.570	9,8 %
5 a 9 anos	22.106	2,9 %	15.125	3,5 %	6.981	2,1 %
10 a 14 anos	63.394	8,4 %	37.805	8,8 %	25.589	7,7 %
15 a 17 anos	55.255	7,3 %	34.898	8,2 %	20.357	6,1 %

Fonte: IBGE/PNAD 1999. Elaboração: DIEESE/SC

De acordo com os números da tabela acima, de um universo total de ocupados em atividades agrícolas de 759.034, 18.54% , equivalente a 140.755, são pessoas com idades compreendidas entre 5 e 17 anos, onde predomina o grupo etário de 10 a 14 anos, que representa 45, 03%, ou seja, 63. 394 trabalhadores precoces, representados da seguinte forma: 59, 63%, que corresponde a 37.805, são meninos e 47,37%, que equivale a 25.589 meninas, o torna evidente a predominância de meninos trabalhadores nas atividades agrícolas, nessa faixa etária.

Tabela 3 -Pessoas ocupadas em atividades não agrícolas segundo o sexo

Grupos etário	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
Total ocupados	1.872.254	100 %	1. 132.431	100 %	739. 823	100 %
5 a 14 anos	22. 103	1,2 %	13.378	1,2 %	8.725	1,2 %
5 a 9 anos	582	0,0 %	582	0,1 %	0	0,0 %
10 a 14 anos	21. 521	1,1 %	12.796	1,1 %	8.725	1,2 %
15 a 17 anos	97. 710	5,2 %	61.071	5,4 %	36.639	5,0 %

Fonte: IBGE/PNAD 1999. Elaboração: DIEESE/SC

Segundo a tabela 3, de um total de 1.872.254 ocupados em atividades não agrícolas, 6,4%, que numericamente equivale a 119.813 pessoas, pertence a faixa etária de 5 a 17 anos. Nesses tipos de atividades a predominância de trabalhadores encontra-se no grupo etário compreendido entre 15 e 17 anos. Isto não significa que seja irrelevante a exploração da força de trabalho da população dos demais grupos, com idades inferiores ao apontado. Sobretudo, se considerarmos a relatividade dos dados.

Embora o Estado de Santa Catarina seja considerado um dos mais desenvolvidos do país e no qual a população detém um dos mais altos níveis de qualidade de vida, no entanto, não difere muito dos demais estados da União, quanto á exploração do trabalho infantil, conforme ficou demonstrado pelos dados.

4. O MOVIMENTO PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL PÓS- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

A seção anterior contextualiza brevemente o processo histórico em que se insere o debate acerca do trabalho infantil e as características dele. Permite vislumbrar como essa questão foi ganhando espaço na agenda internacional, tornando-se uma prioridade seu enfrentamento. Trata-se de uma questão de direitos humanos, sobretudo a partir da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959/ONU), marco do movimento de conscientização no sentido de rever a concepção de criança e, por conseguinte, do adolescente, tanto nas relações privadas, como, principalmente, na esfera das políticas públicas.

Nesta seção, considerando os indícios fornecidos no anterior, aborda-se o tema a partir dos eventos ocorridos principalmente no Brasil, em meados da década de 1980, que se refletem nos dias atuais e que têm articulado mais numerosos e significativos esforços na busca de soluções para o problema. Em razão disso, começamos nosso enfoque a partir dessa época.

Destaca-se, nesse ponto, um pressuposto metodológico que norteará a construção deste recorte -a forma de inserção e abordagem do pesquisador. Considerando que se construirá um "cenário - artificial porque construído, enquanto texto e, portanto, dotado de regras próprias a esta construção" (NEVES, 1999, p.202), a partir de diferentes fontes de dados - textos, documentos históricos e elementos colhidos em palestras, seminários-, e o que interessa ressaltar é a dinâmica dos processos e das relações que se constroem e fazem acontecer.

Nesse sentido, a apresentação dos respectivos eventos a serem destacados, nos tópicos abaixo enumerados se conduzirá a partir das intenções constantes nos seus postulados e do registro no contexto histórico de suas emergências e implantações. Não cabe aqui uma avaliação de suas eficácias, mas a expectativa positiva que moveu os diversos atores envolvidos nas suas constituições enquanto fator fundamental para a viabilização e para canalização das energias necessárias à superação dos limites e das dificuldades para a concretização dos mesmos.

4.1 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: O NOVO DIREITO

As décadas de 80 e 90 foram inéditas no que se refere à mobilização e transformação social. Arrefecem e surgem, nesse período de luta pela redemocratização da sociedade brasileira, vários movimentos sociais em defesa de grupos minoritários e excluídos, bem como de mudanças no regime de governo através de eleições diretas e de uma nova Constituição.

No bojo desse processo, surge também o movimento pelos direitos de crianças e adolescentes, reivindicando, especialmente: a superação de velhas práticas repressivas, que encaravam a criança e o adolescente pobre como uma ameaça e um perigo; o rompimento com as políticas institucionais assistencialistas, correcionais e de isolamento, propondo uma nova forma de trabalhar com meninos e meninas de rua; o reconhecimento de que as crianças e os adolescentes têm direitos como cidadãos e ainda a formulação de novas leis que incorporem esses ideais.

A conjuntura sociopolítica do período pré-Constituinte, conforme referenda a bibliografia consultada²¹, foi de intensa mobilização ética, social e política, envolvendo, além dos movimentos sociais, representantes do mundo jurídico, do Estado, grupos e organismos de cooperação multilaterais, entre outros. A Constituição Brasileira de 1988, cognominada Constituição Cidadã, resgatou em seu texto os valores democráticos na consciência sociopolítica nacional. A forte mobilização em torno dos direitos de crianças e adolescentes, resultou na conquista de uma nova legislação para esses sujeitos, inaugurando um novo Direito da criança e do adolescente, fundamentado na participação popular e respaldado pela regulamentação da Lei Federal 8.069/90 que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA.

• O ECA, conforme já se destacou, reflete o momento histórico brasileiro e as mazelas que atingem a população infanto-juvenil. Constituindo-se num instrumento de proteção, seus 227 artigos, sob o princípio da prioridade absoluta, regulamentam normas de conduta obrigatória e exigível por indivíduos e entidades, introduzindo considerações inovadoras que alteram radicalmente o modo de atenção à criança e ao adolescente. Esse novo paradigma, baseado na lei, tem influenciado de forma

²¹ Ver Rizzini (1995), Fausto e Cervini (1996), Silva (2000).

contingente a realidade, traçando diretrizes para a municipalização e descentralização político-administrativa do atendimento e ainda, alterando a gestão pública das políticas voltadas para esses sujeitos, propiciando a participação comunitária na formulação, acompanhamento, controle e avaliação dos serviços locais através da implantação de uma rede de atendimento específica e a partir da criação de Conselhos Tutelares, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/CONANDA, dos Conselhos de Direitos estaduais e municipais e também da criação dos fundos municipais para a criança e o adolescente.

Resumidamente, observa-se que nas duas últimas décadas os desdobramentos dos eventos em torno da condição social da criança e do adolescente no Brasil trouxeram expressivas transformações legais no campo das conquistas e efetivação dos seus direitos individuais e coletivos. Essas transformações passaram a exigir um amplo reordenamento jurídico-institucional dos organismos que atuam na área, mobilizando a sociedade em torno de diversas questões igualmente importantes que afetam essa população tais como a violência, a exploração sexual de crianças, os adolescentes em conflito com a lei e entre elas a questão do trabalho infantil.

Desde então, a sociedade que naturalizou como necessária a exploração econômica da força de trabalho de crianças na cadeia produtiva, passa a dispor de um conjunto de leis que prevê, enfaticamente, sua erradicação, estabelecendo, conforme já dito anteriormente, um limite mínimo de idade para o ingresso no mercado de trabalho e dotando de regulamentação protetiva a profissionalização do adolescente.

O trabalho infantil passa a ser entendido como fator de exclusão social, de segregação e de reprodução da pobreza pelos diversos organismos e entidades da sociedade, que têm demonstrado, discursivamente, amadurecimento e disposição para enfrentar a complexidade desse fenômeno, mobilizando-se para erradicá-lo e buscando alternativas para mudar a realidade.

4.2 A CRIAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Cumprir destacar que considerando as iniciativas estaduais precedentes historicamente atuantes no campo da denúncia e da repressão ao trabalho infantil²² e de fundamental importância no sentido de potencializar e de possibilitar a ampliação do debate de sensibilização e mobilização dos vários segmentos sociais em torno do tema, aborda-se aqui o período mais recente da luta para erradicá-lo no cenário nacional.

Frente ao quadro supra descrito, várias iniciativas em âmbito governamental e não governamental foram tomadas no sentido de criar condições reais e legitimamente amparadas e de promover uma ação voltada para a eliminação do trabalho infantil, reconhecendo-se como imprescindível a garantia da participação e do compromisso efetivo e integrado dos diversos segmentos sociais envolvidos em políticas e programas de prevenção e combate ao trabalho precoce.

A pressão internacional diante das violações dos direitos humanos, as constantes denúncias de exploração do trabalho infantil na mídia com repercussões externas e a atuação da OIT com o Programa IPEC, desde 1992, em parceria com o UNICEF, possibilitaram o aprofundamento do compromisso de empresários, trabalhadores, governos e ONGs na luta pela erradicação dessa forma de exploração, culminando, no ano de 1994, com a criação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil -Fórum Nacional/PETI, que conta com o apoio técnico-financeiro do IPEC/OIT.

Inicialmente composto por representantes de 30 organizações²³, governamentais, não-governamentais, entidades sindicais patronais e de

²² O trabalho de vários autores aqui citados resgatam historicamente o rico processo de organização comunitária dos trabalhadores nas várias regiões do País onde a luta contra o trabalho infantil já fazia parte de pautas reivindicativas e que se encontram documentados na forma de estudos e relatórios de pesquisas de instituições oficiais, públicas e privadas, universidades e centros de pesquisas, entre eles: a Comissão da Pastoral da Terra e o Centro Josué de Castro, que registram uma história de comprometimento e indignação.

²³ Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE). Associação Nacional dos procuradores do Trabalho (ANPT). Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas (ANAMATRA). Centrais Sindicais (CUT, CGTe Força Sindical). Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB/Cáritas brasileira). Confederação Nacional da Indústria (CNI). Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de

trabalhadores, entre outros parceiros, além de organismos de cooperação financeira, o Fórum Nacional/PETI tem como objetivo precípuo discutir ações que visam prevenir e erradicar o trabalho infantil nas diversas áreas econômicas além de dar proteção ao adolescente no trabalho, combater a exploração em atividades a eles proibidas e ainda contribuir para a implementação de políticas públicas que impeçam a entrada no mercado de trabalho de adolescentes que não tenham concluído o ensino fundamental obrigatório.

Busca, ainda, viabilizar estratégias de sustentação econômica para as famílias, através de programas e projetos sociais de geração de renda e emprego, de forma que estas possam melhorar suas condições objetivas de criação dos filhos, distinguindo-se das propostas de projetos sociais anteriores, voltados para a população economicamente carente e cujo foco esteve centrado ora somente nos membros adultos da família, ora nas crianças. Neste caso, o público alvo dos programas e projetos é o grupo familiar, a quem são destinados os serviços, tendo em vista dar o suporte mínimo para que ele assuma seu papel social específico.

Reclamando a sensibilização e a conscientização da sociedade acerca de suas responsabilidades, o Fórum Nacional/PETI, torna-se assim, um importante espaço interinstitucional de discussões e articulações de ações que enfatizam, principalmente, mas não exclusivamente, as situações em que a saúde e integridade física e moral das crianças são expostas, promovendo: a produção de materiais e campanhas de informações, a capacitação e formação de pessoal, a criação de banco de dados, o apoio técnico-financeiro a projetos locais de geração de renda e capacitação profissional, a fiscalização em estabelecimentos comerciais e industriais, o levantamento e verificação de denúncias relativas ao trabalho infantil, bem como o incentivo à criação de organismos e espaços estaduais de articulação e desenvolvimento de ações voltadas aos seus objetivos.

Deficiência (CORDE). Fórum Contra a Violência no Campo. Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ministério do Trabalho/Secretaria de Fiscalização e Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (Coordenadoria do Fórum). Ministério Público do Trabalho (MPT). Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Ministério da Justiça (MJ). Ministério da Saúde (MS). Ministério da Previdência e Assistência Social/Secretaria de Assistência Social (MPAS/SAS). Ministério das Relações Exteriores (MRE). Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR). Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Procuradoria Geral da República (PGR). Programa Comunidade Solidária. Pensamento Nacional da Base Empresarial (PNBE). Sindicato Nacional dos Agentes de Inspeção do Trabalho (SINAIT).

Desde sua criação até o momento presente, à medida em que aprofunda o conhecimento acerca da gravidade e complexidade da realidade nacional do trabalho infantil, o Fórum Nacional/PETI vem experimentando metodologias de trabalho cada vez mais regionalizadas e pactuadas, envolvendo a sociedade local e as instâncias governamentais. Surge então, no ano de 1996, o Programa de Ações Integradas/ PAI²⁴.

Através do Programa PAI, o Fórum Nacional/PETI passa a discutir propostas de ação para os estados, priorizando as localidades onde predomina o uso da mão-de-obra de crianças em grande escala, focalizando sobretudo as atividades em que a população infanto-juvenil se encontra particularmente em situação penosa de risco e/ou prejuízo para a formação integral, incluindo o comprometimento de sua frequência escolar.

Assim, o Fórum Nacional/PETI prioriza inicialmente em suas ações e intervenções as atividades econômicas de produção do Carvão Vegetal no Estado do Mato Grosso do Sul e, posteriormente, a produção da cana-de-açúcar na Zona da Mata, Sul de Pernambuco e no Estado do Rio de Janeiro e também a produção do sisal, no Estado da Bahia (CAMPOS, et al., 1999).

O principal instrumento de ação, entre outros, nos casos acima referidos, é a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI, (discutido adiante), que prevê a concessão de um auxílio financeiro às famílias e jornada escolar

²⁴ A metodologia de elaboração desse Programa consiste em:

- I. mobilizar entidades locais, levantar a situação geral e sensibilizar os atores e os governos locais, com vistas a formar comitês regionais compostos por organizações locais da sociedade civil e por representantes dos governos federal, estadual e municipal;
- II. elaborar um diagnóstico da situação por meio de uma pesquisa qualitativa e quantitativa (número de crianças, número de escolas, quantitativo de docentes, de postos de saúde etc) e um estudo socioeconômico da região e de suas alternativas econômicas;
- III. fazer um planejamento estratégico com atores locais;
- IV. identificar os recursos técnicos e financeiros dos membros do Fórum Nacional/PETI-governos estadual e municipal- que permitam a execução das propostas feitas no planejamento estratégico e analisar a viabilidade de sua implementação;
- V. elaborar um documento de consolidação das propostas sugeridas pelos órgãos locais e pelos membros do Fórum Nacional/PETI;
- VI. selecionar e detalhar, por setor, projetos que comporão o PAI;
- VII. negociar as parcerias dos membros do Fórum Nacional/PETI com os governos do estado e do município para destinar recursos aos projetos;
- VIII. definir mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação do PAI.

ampliada, para retirar as crianças do trabalho com o carvão, a cana-de-açúcar e o sisal²⁵ e atendê-las convenientemente.

Partindo de observações e de interesses diferentes, as avaliações das ações e intervenções na realidade propostas pelo PAI, do Fórum Nacional/PETI, realizadas até o presente momento têm enfatizado mais, na atual conjuntura, a importância de seus sub-produtos do que propriamente sua finalidade última, que é erradicar o trabalho infantil e dar proteção ao adolescente no trabalho.²⁶

Nesse sentido, Raphael, comentando (mas não justificando), a dificuldade de atingir objetivos tão ambiciosos, mas não menos importantes, numa realidade tão complexa, e em tão pouco tempo, chama a atenção para a importância do “efeito-demonstrador” desse Programa, que é “gerar uma metodologia eficaz na eliminação do trabalho infantil possível de ser multiplicada. Da mesma forma, o estabelecimento de uma plataforma de ações exequíveis que possa ser reivindicada pelos movimentos e a identificação de maneiras de reorientar o gasto público para esse setor” (RAPHAEL, 1998, p. 5).

Ou seja, a autora contemporiza a parcialidade do alcance da experiência, colocando-a para a sociedade, que, de forma organizada, pode se apropriar dessas experiências e transformar seus princípios em políticas públicas universais e mais efetivas, a médio e a longo prazo.

Atualmente, o Fórum Nacional/PETI integra representantes de 43 entidades dos diversos setores da sociedade e tem reconhecida sua participação no avanço do debate que se estabeleceu sobre esse tema. As suas ações se expandiram e hoje cobrem quase todo o território nacional.

Em contrapartida, nesse ínterim, as estatísticas oficiais de 1999, como já dissemos, demonstram que o percentual de pessoas ocupadas de 5 a 17 anos de idade tem se mantido em queda, se comparado aos números de 1995. No entanto, embora a redução do trabalho infantil seja animadora, nossa realidade apresenta um número estimado de 53 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza, com renda familiar per capita de R\$ 110,00; desse total, aproximadamente 21 milhões são indigentes.

²⁵ Ver análises sobre as ações do Program de Erradicação do Trabalho Infantil: Neves (1999), Irma Rizzini (2000), Dourado et al (2000), Silva (2000).

²⁶ Ver, Campos et al, (1999); Neves (1999); Silva (2000).

Portanto, a luta para melhorar as condições de vida das famílias e, por consequência, de crianças e adolescentes do País esbarra na própria realidade social em que estão inseridos e torna-se um desafio para aqueles que pensam as estratégias políticas para combater sua mazelas.

4.3 O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, PETI: UMA ALAVANCA PARA A CIDADANIA OU UM PROGRAMA DE POLÍTICA COMPENSATÓRIA?

No momento atual, o Fórum Nacional/PETI se apresenta como um dos principais movimentos sociais e interinstitucionais, em defesa da criança, especificamente voltado para o combate ao trabalho infantil e priorizando o planejamento e a articulação de ações conjuntas e integradas.

A composição do Fórum Nacional/PETI, conforme já comentou-se, é pautada na participação e no comprometimento dos diversos setores representativos da sociedade civil, das organizações governamentais e não governamentais, dos empregadores e dos trabalhadores, entre outros, envolvidos com o tema. Isso tem permitido que o enfrentamento da realidade do trabalho infantil se dê em movimentos de co-responsabilidade e parceria. Essa modalidade de organização, mais flexível, pouco hierarquizada e verticalizada, permite identificar o papel de cada entidade integrante e suas respectivas atribuições oficiais e, dessa forma, articular suas relações funcionais em torno de uma causa comum, pela assunção de cada um de seus papéis sociais e competências institucionais.

Inspirado em experiências conhecidas como bolsa-escola, anteriormente desenvolvidas pelo governo do Distrito Federal com a parceria e apoio financeiro do UNICEF – que vai apoiar a expansão dessa modalidade de Programa para outras localidades –, o governo federal, representado por algumas de suas instituições integrantes do Fórum Nacional/PETI, anuncia, no ano de 1996, um plano que visa oferecer bolsa-escola a várias localidades brasileiras.

Nesse intuito criou-se, no âmbito do Fórum Nacional/PETI, uma das mais importantes estratégia de intervenção articulada, denominada Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ou PETI, que gerou o Programa Bolsa Cidadã e a Jornada Ampliada. Um mecanismo de complementação de renda visando famílias que têm seus filhos trabalhando precocemente e que dependem desses

rendimentos para a sua sobrevivência, a fim de assegurar a essas crianças o seu direito à educação, nas condições já discutidas anteriormente.

4.3.1 *Características e Especificidades Fundamentais do PETI*

Originalmente idealizados dentro de uma concepção interinstitucional, os objetivos do PETI são fundamentados em diretrizes internacionais consagradas, que proíbem e prevêm a eliminação imediata das formas entendidas como perversas e intoleráveis do trabalho infantil, e na Constituição Federal, que determina em seu artigo 277 que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesse sentido, o Programa PETI se articula amplamente a um conjunto de investimentos na área da promoção social, deflagrados pelo governo federal, definidos a partir de uma concepção de garantias de vida mínima, ou seja, do acesso a recursos básicos no que tange à saúde, à escolaridade, ao lazer e à habitação.

Destina-se às famílias reconhecidamente portadoras de maior carência financeira, material e sociocultural, com crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos, submetidos ou sujeitos a trabalhos caracterizados como insalubres, degradantes, penosos e de exploração na zona rural. Significa, em outras palavras, que todas as crianças que estivessem trabalhando ou ameaçadas de..., eram incluídas no PETI.

Em sua origem o PETI era operacionalizado, no âmbito dos estados previamente escolhidos pelo Fórum Nacional/PETI, através do repasse de recursos federais, e o valor inicial da bolsa Criança Cidadã consistia em 50 reais, destinados às famílias, e mais 25 reais para constituição complementar dos recursos do município a serem investidos especificamente nas atividades da Jornada Ampliada e nas estratégias locais de geração de renda e emprego, visando o fortalecimento emancipatório das famílias.

A bolsa tem caráter emergencial e temporário, sendo ofertada por um período de dois anos, tendo as famílias, conforme já foi dito, o compromisso de retirar seus filhos do trabalho e mantê-los na escola e na jornada ampliada, sob pena de perderem o benefício.

Após a implantação do PETI nos Estados do Mato-Grosso do Sul, do Rio-de-Janeiro, Pernambuco e Bahia, outros estados foram contemplados, bem como foram envolvidas outras atividades laborais. A partir de 1998, foi ampliado para a região citrícola do Sergipe e para o garimpo, no município de Ariquemes, Estado de Rondônia, entre outros. A partir de 1999, ele expandiu-se em alguns estados já contemplados e foi implantado em diversas atividades dos estados da Região Sudeste e Sul, entre eles Santa Catarina, passando também a atender crianças e adolescentes trabalhadores, residentes nas áreas urbanas, prioritariamente aqueles que trabalham nos "lixões".

O quadro a seguir demonstra visualmente a evolução e ampliação do PETI, desde sua origem até as estimativa para o ano 2000.

Figura 2 - Distribuição anual do Programa de Bolsas Criança Cidadã.²⁷

Ano	Número de Municípios	Número de crianças e adolescentes alcançados	Recursos R\$
1996	17	3.710	931.500,00
1997	48	37.025	14.435.880,00
1998	140	117.200	39.521.432,50
1999	230	145.564	2.639.388,54
2000	-	362.00*	182.000.000,00*

*números estimados para o ano de 2000

Segundo informações contidas no manual operacional do PETI 2000, a meta do Programa é erradicar, com o apoio dos diversos setores e segmentos do governo e da sociedade civil, todas as atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas e degradantes, devendo atender, nos próximos 3 anos, a cerca de 886 mil crianças e adolescentes e aproximadamente a 434 mil famílias.

²⁷ Os dados apresentados neste quadro foram organizados por Glauber Maciel dos Santos, Coordenador de Projetos Especiais da Secretaria de Inspeção do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, apresentados no Seminário da Região Sul, "Proteção Integral para Crianças e Adolescentes: Fiscalização do trabalho, saúde e aprendizagem", organizado pela Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina, ocorrido em Florianópolis, nos dias 18 e 19 de setembro de 2000.

4.3.2 *Redimensionamento ou Apropriação Política do PETI?*

No final do ano de 1999, o governo federal incluiu o PETI no seu Plano Plurianual correspondente aos anos de 2000 e 2002, integrando-o ao conjunto de ações previstas, envolvendo os Ministérios da Previdência e Assistência Social; Trabalho e Emprego, Educação e Desporto, Integração Nacional, Saúde e Justiça, sob o acompanhamento da Casa Civil da Presidência da República. Seu desenho original foi substancialmente modificado, sobretudo no que toca à participação do Fórum Nacional /PETI, tornando-se uma macro-política nacional, intergovernamental de caráter intersetorial.

O PETI transforma-se no principal instrumento da política governamental de combate à exploração do trabalho infantil, voltado exclusivamente para sua eliminação nas atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas e degradantes, mobilizando, para tanto, a participação e integração pactuada dentro das competências das várias esferas do governo federal, estadual e municipal, em diversos setores: na assistência social, na educação, no trabalho, na justiça e na saúde, e considerando ainda a participação recomendada de alguns setores da sociedade civil, aglutinados numa Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil, a ser constituída pelos governos distrital, estadual e municipal, de caráter consultivo e propositivo, e que tem como objetivo contribuir para a implantação e implementação do PETI.

Com a reformulação, o PETI passa a ter critérios que especificam e selecionam sua abrangência. No modelo originalmente construído no âmbito do Fórum Nacional – PETI, até 1999 estava prevista a inclusão de crianças e adolescentes em situação de ameaça de trabalho infantil, ou seja, ele intervinha na prevenção, desde que comprovada a carência econômica da família; as crianças e os adolescentes necessariamente não precisavam estar trabalhando. O novo formato do PETI incide exclusivamente sobre aqueles que, comprovadamente, com o seu trabalho, contribuem com a renda do grupo familiar. Sua ação agora envolve além, da zona rural, a população infanto-juvenil trabalhadora das zonas urbanas, especificando duas formas de atendimento:

Zona urbana: crianças e adolescentes com idade compreendida entre 7 e 14 anos, que estejam trabalhando nos “lixões”, no comércio, em feiras e como

crianças e adolescentes na faixa etária dos 5 aos 17 anos ocupados no País, segundo a PNAD de 99. Os quadros a seguir demonstram a ampliação do Programa, depois de reformulado, até meados do ano 2000, e a previsão de implementação até 2003.

Figura 3 - Atendimento PETI: estimativa de expansão/ implantação no biênio 2000-2002.

Crianças e adolescentes			
Zona urbana		Zona rural	
07 a 14 anos	266 mil	07 a 14 anos	600 mil
07 a 09 anos	35 mil	07 a 09 anos	114 mil
10 a 14 anos	231 mil	10 a 14 anos	430 mil

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social/Secretaria de Assistência Social; Anais do seminário realizado em Florianópolis /SC no ano 2000.

5. SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: O FÓRUM ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E DE PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE NO TRABALHO DE SANTA CATARINA

5.1 RECONSTRUINDO BREVEMENTE A HISTÓRIA

O texto a seguir foi construído a partir de diferentes fontes de dados, entrevistas, textos e documentos, no qual se procurou resgatar o processo histórico de constituição do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente no Trabalho, do Estado de Santa Catarina e situar os atores envolvidos nesse processo.

Na década de 90, a mobilização em torno do ECA que enfatiza a proteção à criança, buscando defendê-la de todas as formas de abuso e violência de um modo geral, e de sua implementação, possibilitou, conforme já assinalamos, o surgimento no cenário nacional de movimentos coletivos específicos, articulados e integrados ao plano estadual e local, organizados na forma de comissões e fóruns temáticos. Esses movimentos somaram esforços na arena político-social em torno da construção do respeito a crianças e adolescentes.

Santa Catarina também marcou sua presença no grande debate acerca da construção do novo enfoque e da nova postura em relação às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social desenvolvido na década de 80, em âmbito nacional.

A exemplo do ocorrido no contexto federal, foi também o amplo movimento social de vários protagonistas do estado quem convocou, liderou e uniu esforços na busca de alternativas e de mudanças no formato do atendimento às crianças e adolescentes, na construção de novas formas de pensar e agir de maneira mais contundente na dura realidade da população infanto-juvenil.

A regulamentação do ECA, conforme já o dissemos, implicou um amplo reordenamento jurídico-institucional protagonizado por intensas mobilizações envolvendo setores e representantes do governo do estado e da sociedade civil organizada ligados a questões específicas em defesa dos direitos da criança e do adolescente, reordenamento que vai contrapor-se à tradicional cultura política praticada na administração pública de Santa Catarina. (MORAIS, 1998).

Nesse sentido, Moraes destaca a organização e a mobilização de várias pessoas e entidades do estado, que, superando diferenças ideológicas e sociais fundiram seus interesses em torno da causa da infância e da adolescência na luta política pela conquista de seus direitos, assegurou a efetiva participação do governo estadual no processo de mudanças do panorama legal. A partir da regulamentação da lei federal recém-aprovada – o ECA –, criou-se, em janeiro de 1991, através da Lei Estadual 8.230/91, o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente/CEDCA, órgão deliberativo e controlador de todas as ações em nível estadual vinculadas aos direitos de crianças e adolescentes, demonstrando, assim, o grau de consciência e compromisso político do movimento social organizado com os princípios constitucionais conquistados em 88 (MORAIS, 1998, p. 61).

A efetivação dos preceitos do ECA, como já se destacou, engloba uma série complexa de mudanças nas política básicas e fundamentais (saúde, habitação, educação, transporte, trabalho) e nos seus desdobramentos. Essas mudanças têm sido objeto de intensas mobilizações em defesa da cidadania, dos direitos humanos e dos direitos das crianças e dos adolescentes; no entanto, a mobilização tem se dado de forma mais pontual e focalizada, fragmentando o movimento inicial em torno da aprovação do ECA em núcleos de mobilização que congregam pessoas e organizações em torno de temáticas específicas, todas ligadas à defesa e à promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

Foi com esse sentido que surgiu o Fórum Nacional/PETI, conforme já assinalamos, que incentivou a formação de comissões e fóruns estaduais e municipais em prol da erradicação e prevenção do trabalho infantil e da proteção ao adolescente trabalhador.

A criação do Fórum Estadual é resultante de uma intensa mobilização nas esferas das organizações governamentais e não-governamentais do estado e também da necessidade de desenvolver um trabalho com vistas a integrar essas organizações num objetivo comum em torno dos preceitos estatutistas.

De acordo com os dados registrados em documentos históricos e coletados em entrevistas, foi a partir de um diagnóstico sobre o trabalho infantil e adolescente no Estado de Santa Catarina, elaborado, por determinação federal, pela *Comissão do Trabalho da Criança e do Adolescente*, constituída no âmbito da Delegacia Regional do Trabalho – DRT/SC, em 1996, que se tornou possível a desmistificação

da imagem do estado, considerado até então como um paraíso para a população infanto-juvenil.

A criação da Comissão do Trabalho da Criança e do Adolescente/DRT e o trabalho desenvolvido por ela foi fundamental no processo de desvelamento e de conhecimento da realidade degradante de exploração da mão-de-obra infanto-juvenil no estado. O diagnóstico, feito num curtíssimo espaço de tempo e reconhecidamente parcial, constata oficialmente a existência do silencioso e silenciado trabalho infantil nas mais diversas atividades econômicas que contribuem para a riqueza do estado.

Os depoimentos e os documentos examinados relatam que em setembro de 1996 as pessoas partícipes da Comissão, chocadas com a realidade constatada, tomaram a iniciativa de convocar uma reunião, à qual compareceram representantes de 18 entidades²⁸ (entre governamentais e não-governamentais) do estado, envolvidas no movimento pela garantia e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, com o objetivo de colocar a sociedade a par do fato e articular conjuntamente formas de intervenção. Na pauta registrada destacavam-se a entrega de uma cópia e um breve comentário sobre o Diagnóstico do Trabalho de Crianças e de Adolescentes no Estado de Santa Catarina aos representantes das entidades presentes e as expectativas da comissão quanto à participação e ao comprometimento das entidades no encaminhamento e equacionamento das questões (problemas) levantadas no diagnóstico.

Reconhecida pelas entidades presentes à reunião a extrema importância do chamamento da Comissão e frente à realidade desvelada pelo diagnóstico, os presentes decidiram pelo enfrentamento do problema. No entanto, depararam-se com várias dificuldades de conhecimento, de entendimento e de operacionalização das questões relativas à problemática discutida que não poderiam ser ignoradas.

²⁸ Entidades representadas e presentes na reunião da Comissão que assinaram a lista de comparecimento: Pastoral do Menor, Comitê contra o Trabalho Infantil, NECAD/ Núcleo de estudos da Criança e do Adolescente da UFSC, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família: DAFA/Departamento de Apoio a Família, Ministério da Previdência e Assistência Social: SEAS/ Secretaria de Assistência Social, Conselho Tutelar de Florianópolis, Secretaria Municipal de Habitação de São José, SENAI/ Serviço Nacional da Indústria, Fundação Fé e Alegria, NUCA/ Núcleo da Criança e do Adolescente da UDESC, Ministério Público do Trabalho, CEDCA/Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria de Estado da Educação, Ministério Público Estadual: Centro das Promotorias da Infância, Conselho Tutelar de São José, PROMENOR/Florianópolis, AFLOV/ Associação Florianopolitana de Voluntárias, DRT/Delegacia Regional d Trabalho de Santa Catarina.

Essas dificuldades geraram um consenso entre os presentes: a necessidade de criação de uma linguagem comum e afinada sobre a questão do trabalho infanto-juvenil, o que implicava, conseqüentemente, a participação em encontros, reuniões, debates e discussões para dirimir dúvidas, elaborar estratégias, traçar metas, aprimorar, partilhar conhecimentos e aparar arestas, com vistas à organização de uma pauta mínima de trabalhos a serem desenvolvidos conjuntamente em prol da causa comum.

A idéia da criação do Fórum surgiu como resposta à necessidade de um espaço que promovesse uma melhor articulação entre as diversas entidades (governamentais e não-governamentais) capazes de atuar na eliminação do trabalho infantil em Santa Catarina, bem como de dar proteção ao adolescente trabalhador em decorrência da realidade de exploração do trabalho infanto-juvenil retratada no documento elaborado pela DRT/SC.

Vale salientar a importância do trabalho desenvolvido pela Comissão nos meses anteriores (desde setembro de 1996) à instalação do Fórum, pois em decorrência dos dados levantados e da investigação de denúncias que começaram a ocorrer sobre a exploração do trabalho de crianças e o desrespeito aos direitos dos adolescentes trabalhadores, essa Comissão já articulava ações e intervinha em vários municípios do estado de onde recebera denúncias, confirmadas ou não, sobre condições de trabalho insalubres e degradantes, como, por exemplo, na indústria de calçados, nas carvoarias, olarias, em atividades de entrega de jornal, em lavouras de fumo, entre outros.

Houve casos em que a Comissão atuou de forma repressiva – uma de suas atribuições legais – no combate à exploração econômica da força de trabalho infanto-juvenil, acionando a própria DRT, o Ministério Público do Trabalho e a Promotoria da Infância e da Juventude, como se deu, por exemplo, no caso da fábrica de *prendedores de roupas* Sofia, no Município de Ibicaré, interior do estado, onde a Prefeitura do município tinha um programa que intermediava a utilização do trabalho de mais de 90 crianças. Esse caso foi tema de trabalho acadêmico e também foi amplamente divulgado nos principais veículos de comunicação estadual. Outro episódio marcante foi a intervenção da Comissão na questão da utilização de crianças e adolescentes na atividade do setor jornalístico, na entrega e distribuição de jornais de grande circulação no estado. Graças à intervenção ocorrida, desde 1997

considera-se erradicada essa forma de exploração do trabalho de crianças e adolescentes no Estado de Santa Catarina.

As ações da Comissão sempre buscaram promover a mobilização, a sensibilização e a participação da sociedade civil organizada e das entidades governamentais e não-governamentais, numa tentativa de oportunizar a integração de esforços para possíveis formas de atuação conjunta voltadas para a erradicação do trabalho infantil. Para tanto, desenvolveu as seguintes ações:

Empreendeu visitas com o objetivo de sensibilizar diversas instituições e entidades da sociedade civil com capacidade de intervir na questão em tela.

Visitou vários municípios onde houve denúncias, constatadas ou não, de utilização da mão-de-obra infanto-juvenil e de desrespeito aos seus direitos, buscando sensibilizar a comunidade local e envolvê-la na luta pela erradicação do trabalho infantil.

Participou de eventos promovidos pelas diversas áreas afins – seminários, palestras, encontros e outros –, buscando integrar esforços na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Enfim, mesmo antes de ser formalmente instalado, o Fórum Estadual já dispunha de um considerável número de ações desenvolvidas no intuito de promover a erradicação do trabalho infantil no estado e já contava com o apoio e a confiança das entidades governamentais e não-governamentais e da sociedade civil organizada.

O Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho foi oficialmente instalado no dia 2 de junho de 1997, na sede da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, em solenidade presidida pelo Senhor Ministro do Trabalho, Paulo de Tarso Almeida Paiva. De caráter interinstitucional, foi composto por organizações governamentais e não-governamentais, representantes de trabalhadores, de empresários, do poder judiciário, da Igreja, conforme consta na ata de instalação, contando ainda com o apoio do Governo Federal e do Fórum Nacional/PETI. O Fórum passou então a ser coordenado por uma comissão indicada, formada por representantes da Delegacia Regional do Trabalho, do Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente da

Universidade Federal de Santa Catarina – NECAD/UFSC –, do Comitê Catarinense Independente contra o Trabalho Infantil, ficando inicialmente sediado na DRT.

Seu principal objetivo é subsidiar ações específicas e articuladas visando prevenir e erradicar o trabalho infantil e garantir os direitos do adolescente que trabalha, bem como discutir temas, fatos e ações relativas ao seu objetivo precípua: estabelecer parcerias entre as entidades membros do Fórum, visando o atendimento integral de crianças e adolescentes, e também divulgar os fatos e contribuir para a formação da opinião pública, mobilizando-a a respeito do trabalho da criança e do adolescente.

5.1.1 O Fórum Estadual “por dentro”

Concomitantemente à celeridade da mobilização e das intervenções colocadas em curso, o Fórum Estadual atinha-se à sua estruturação e organização através de ações necessárias à garantia da operacionalização dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos, bem como ao planejamento e à discussão das atividades burocráticas, à assunção dos papéis e das responsabilidades das ações de acordo com as atribuições de cada entidade partícipe, assim como às questões relativas à estrutura física do Fórum Estadual – sede, mobiliário, telefone, fax, veículos, recursos humanos, etc. – que passaram a exigir uma divisão de trabalho semelhante à de qualquer organização, mas que não funcionassem de forma verticalizada.

Assim, ficou estabelecido que o Fórum Estadual se reuniria em assembleias ordinárias uma vez a cada mês, em data e hora a serem estabelecidas e fixadas previamente, podendo variar algumas vezes por um período equivalente a cinco horas, aproximadamente, na tentativa de conciliar a disponibilidade e as agendas da maioria dos seus membros. Em caso de necessidade, poderia ser convocada uma reunião em caráter extraordinário. Os impasses são decididos mediante voto simples da maioria presente. Nessas assembleias são discutidas todas as estratégias e planos de trabalhos a serem desenvolvidos pelas entidades ao longo do mês e esse é o espaço onde se delibera acerca de todas as ações do Fórum Estadual.

Desde a data de oficialização de sua existência até o ano desta pesquisa, o Fórum, em sua trajetória histórica, tem sido representado por pessoas e entidades eleitas diretamente pelos membros, no sistema de gestão colegiada, para direcionar

e coordenar todas as suas atividades. Sem contar com a coordenadoria inicial, já assinalada, foram eleitas até o momento os seguintes representantes e entidades, configurando as seguintes coordenações:

Maio/1998:

- Ministério Público do Trabalho/PRT – Egon Koerner – Coordenador
- Delegacia Regional do Trabalho – Dulce Souza – Vice-coordenadora
- Universidade do Estado de Santa Catarina – Elizabete Anderle – 1ª Secretária
- Central Única dos Trabalhadores – Moacir Rubini – 2º Secretário.

Agosto/1998:

- Delegacia Regional do Trabalho – Dulce Souza – Coordenadora
- FUNDACENTRO – Mary Ângela Barcelos – Vice-coordenadora
- Universidade do Estado de Santa Catarina – Elizabete Anderle – 1ª Secretária
- Central Única dos Trabalhadores – Moacir Rubini – 2º Secretário

Abril/1999:

- Ministério Público do Trabalho – Viviane Colucci – Coordenadora
- Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho – Ana Teresa Souza Lima – Sub-coordenadora
- AMATRA XII – Carlos Alberto de Castro – 1º Secretário
- FETEEESC – Moacir Rubini – 2º Secretário

2000/2002:

- Ministério Público do Trabalho – Viviane Colucci – Coordenadora
- Delegacia Regional do Trabalho – Daniele Eastwood G. Neves – Coordenadora
- Fundação Mauricio Sirotsky Sobrinho – Ana Tereza Souza Lima – Coordenadora

- Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de Santa Catarina e Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais da Criança e do Adolescente da UFSC – André Viana Custódio – Coordenador
- Associação dos Conselheiros Tutelares de Santa Catarina – Marcelo Galvão Fogaça de Almeida – Coordenador
- Mirian Regiane Moren – Ministério Público do Trabalho - Secretária
- Juliano Meneghel - Ministério Público do Trabalho - Secretário

Um outro desafio para o Fórum Estadual tem sido o espaço físico necessário para sediá-lo. Nesses anos de existência, as entidades-membro têm-se revezado para garantir uma estrutura mínima onde se possa abrigar e organizar o material produzido, bem como para garantir o espaço para os encontros e assembléias periodicamente realizados. Assim, do início de setembro até 30 de outubro de 1996 esteve sediado na Delegacia Regional do Trabalho. De 30 de Outubro de 1996 a 25 de fevereiro de 1999 esteve na FAED/Universidade do Estado de Santa Catarina; e, a partir de 25 de fevereiro de 1999 até o presente momento, encontra-se no Ministério Público/ Procuradoria Regional do Trabalho.

A organização e a divisão do trabalho no interior do Fórum foram realizadas através da criação de comissões temáticas, compostas por pessoas e entidades com atribuições institucionais correlatas a elas e com efetiva potencialidade para concretizar as proposições assumidas. Essas comissões apresentam nas assembléias extraordinárias os resultados de suas ações e os submetem à discussão e aprovação de todos. Foram criadas as seguintes comissões:

1998:

- Comissão de Legislação
- Comissão de Bancos de Dados
- Comissão de Comunicação
- Comissão de Capacitação

Maio/1999:

- Comissão de Capacitação
- Comissão de Conhecimento da Realidade
- Comissão de Seminário

Setembro/1999:

- Comissão de Conhecimento da Realidade
- Comissões Regionais

2000:

- Comissão de Capacitação
- Comissão de Conhecimento Rural
- Comissão de Comunicação
- Comissão Sul
- Comissão Oeste

Dessas comissões, as que têm realizado um trabalho mais efetivo e que vêm se desenvolvendo e aperfeiçoando em todos estes anos são as Comissões de Seminários, de Capacitação e de Comunicação. Acerca do conhecimento da realidade muito pouco se avançou para além dos levantamentos feitos inicialmente pela DRT, que constam nos dois diagnósticos elaborados, o de 1996 e o de 1998 que complementa o primeiro, cujos dados reconhecidamente não refletem a realidade do trabalho infantil no estado. O Fórum Estadual ainda trabalha com os dados estatísticos das PNADs e do DIEESE referentes ao ano de 1999.

Apesar dos desafios e dos limites impostos pelo próprio processo de construção do fazer coletivo e por uma série de contingências de natureza humana, o Fórum Estadual tem desenvolvido, no âmbito do estado, uma série de atividades que avançaram no sentido de modificar a realidade local afetada pelo trabalho infantil, tendo sempre presente o sentido da articulação e integração com o movimento nacional através da relação e do contato permanente com o Fórum

Nacional/PETI e com outras agências governamentais e não-governamentais comprometidas com a causa.

Ao longo dos últimos quatro anos, têm sido inúmeras as participações das entidades membros representativas do Fórum Estadual como convidados em eventos dentro e fora do estado ou auxiliando na organização e no apoio a outras entidades semelhantes. Isso tem servido para divulgar e fortalecer o Fórum Estadual, além de ser uma estratégia política que contribui para seu reconhecimento e que dá legitimidade às suas ações.

Destacam-se aqui alguns desses eventos com o intuito de demonstrar a intensa atividade e a demanda de tempo, compromisso e responsabilidade exigida dos membros do Fórum Estadual, considerando que os mesmos desempenham outras atividades profissionais ou ocupam cargos e papéis definidos nas instituições às quais estão vinculados, para as quais foram formalmente escolhidos e com as quais estão comprometidos em primeiro lugar.

Encontro para Erradicação do Trabalho Infantil no Meio Oeste Catarinense, ocorrido em 25 de setembro de 1997, no município de Ibicaré/SC, com o objetivo de discutir o programa da Prefeitura que intermediava a utilização de 90 crianças na montagem de prendedores de roupas para a Empresa Sofia, com sede em Lages. Esse evento foi organizado pelo Fórum Estadual e reuniu aproximadamente 300 participantes, entre representantes do poder local, famílias das crianças e membros da comunidade em geral.

Ainda em 1997 houve o II Seminário Estadual sobre o Trabalho Infanto-Juvenil, ocorrido nos dias 7 a 8 de outubro, no auditório da sede da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB, em Florianópolis/SC. Os objetivos desse evento, que contou com participação de aproximadamente 150 pessoas, eram os seguintes:

- Aprofundar a compreensão sobre o trabalho infanto-juvenil, detendo-se em uma avaliação das estratégias atuais para o seu enfrentamento.
- Traçar um panorama sobre as estratégias atuais de enfrentamento ao trabalho infanto-juvenil, tanto em nível internacional quanto nacional e estadual.

- Aprofundar as alternativas colocadas a partir do Estado; bem como suas possibilidades.
- Tematizar as estratégias colocadas pelo movimento social de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Compareceram aproximadamente 150 integrantes

Em 27 de fevereiro de 1998, em virtude da incorporação do Estado de Santa Catarina ao roteiro de passagem da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil, houve um encontro no Plenarinho da Assembléia Legislativa de Florianópolis/SC, denominado *Integração e Lançamento da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil do Estado de Santa Catarina*, para discutir o assunto ". O que é relevante nesse fato é que o desvio no roteiro da Marcha Global se deu em virtude da repercussão da intervenção e da presença do Fórum no caso de Ibicaré.

Em 19 de março de 1998 aconteceu o I Seminário Regional de Erradicação do Trabalho Infantil de Lages, realizado no auditório do Colégio Industrial desse município, cujos objetivos centrais eram:

- Discutir os Programas Sócio-Educativos (sic) existentes na região.
- Desmistificar o Trabalho Infantil e do Adolescente.

O III Seminário Estadual sobre o Trabalho Infanto-Juvenil foi realizado no 8 de outubro de 1998, no auditório do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis/SC. Por ser um evento de grande alcance, mobilizou pessoas de todo o estado envolvidas no processo de discussão acerca da erradicação do trabalho infantil em Santa Catarina e da proteção ao adolescente que trabalha. Portanto, seu principal objetivo era aprofundar a compreensão sobre o trabalho educativo, a educação profissional e o papel da escola, tendo em vista a erradicação do trabalho infantil e a proteção do adolescente no trabalho. O evento contou com a presença de aproximadamente 200 participantes.

O Fórum promoveu em 31 de março de 1999 uma Oficina de Capacitação para Agentes de Combate ao Trabalho Infantil na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC - Florianópolis/SC, objetivando a sistematização de ações junto aos agentes que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente para que, de modo permanente e integrado com os outros agentes comunitários, busquem, gradual e progressivamente, a eliminação de toda e qualquer forma de trabalho que tolha direitos da criança e do adolescente e promovam o acesso à escola e à formação de cidadania.

O IV Seminário Estadual sobre o Trabalho Infanto-Juvenil foi realizado nos dias 7 e 8 de outubro de 1999, no auditório do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC. Seu intuito era:

- Aprofundar a compreensão sobre a idade mínima para o trabalho.
- Contextualizar a questão do trabalho infantil em âmbito internacional, nacional e local.
- Debater formas de integração entre instituições envolvidas com a questão da criança e do adolescente.

Realização da I Palestra sobre o Trabalho Infanto-Juvenil – Aspectos Jurídicos, em 22 de novembro de 1999, na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Esse evento selou o compromisso de representantes da região sul do estado, que tem um elevado índice de trabalho infantil e de exploração de adolescentes, na luta pela sua erradicação.

Seminário sobre Erradicação do Trabalho Infantil, realizado no dia 29 de novembro de 1999, no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em Florianópolis/SC e que fazia parte do projeto do Fórum de se articular com a Universidade, tendo em vista uma parceria. Objetivava sensibilizar e mobilizar esse centro acadêmico para a causa. O evento organizado pelo Fórum teve o apoio do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, que ficou encarregado de providenciar o espaço físico e

divulgar o evento na Universidade. Mas acabou não se realizando, pois as únicas pessoas presentes foram seus organizadores.

Nos dias 8 e 9 de novembro de 2000 realizou-se o V Seminário Estadual sobre o Trabalho Infante-Juvenil, no auditório da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis/SC. Contou com a presença aproximada de 150 participantes. Esse evento objetivava:

- Debater as ações das instituições governamentais e não-governamentais no combate ao trabalho infantil e na proteção ao adolescente trabalhador nos 10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Discutir os riscos do trabalho precoce, os comprometimentos na saúde e as implicações legais.
- Definir propostas de ações integradas para o combate do trabalho infantil e proteção do adolescente trabalhador.

Além de grandes eventos voltados à mobilização e à sensibilização pública, o Fórum Estadual desenvolveu várias ações de intervenção na realidade estadual e local, de forma pontual e focalizando questões bem específicas. À medida que seu trabalho se tornava mais conhecido, passou a ser mais solicitado e atuante, exigindo dos seus participantes uma dedicação cada vez mais intensa. Em sua agenda, além das assembléias ordinárias e extraordinárias, constavam também as reuniões das comissões temáticas e a presença em seminários e eventos no interior e fora do estado, conforme se verifica em alguns registros documentados:

Intervenção na questão de adolescentes que trabalhavam como jornalheiros para o Jornal Diário Catarinense.

Reuniões no Município de Araranguá sobre o programa *O Futuro é Agora*, promovido pela AFUBRA e SINDIFUMO.

Visita ao Patronato Anjo da Guarda, que abriga crianças e adolescentes abandonados, motivada por denúncia de problemas, inclusive relativos ao trabalho de crianças e adolescentes. Foram feitos contatos com os responsáveis pela entidade e com outros segmentos da comunidade a fim

de que providências fossem tomadas, inclusive para o retorno de muitos dos abrigados a suas famílias.

Visita à Casa Família Rural, em Orleans, onde estudam adolescentes. O objetivo do programa dessa instituição é fixar o adolescente ao campo, repassar assuntos relacionados a culturas, segurança e não utilização de agrotóxicos.

Reunião com o Promotor do Município de São João Batista, Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários de Educação e de Saúde para garantir a criação dos Conselhos de Direitos e Conselho Tutelar no Município. Em São João Batista há muitos adolescentes trabalhando em indústrias de calçados.

Reunião com Prefeito, Presidente do Conselho Municipal de Direitos, Conselho Tutelar e Promotora de Justiça do Município de São João Batista para discutir a retirada de crianças e adolescentes das fábricas de calçados.

Participação no Seminário de Conscientização dos Trabalhadores em Olarias e Cerâmicas do Município de Tijucas e região. Estiveram presentes representantes de várias entidades para discutir atividades na fabricação de cerâmicas que estão sendo desenvolvidas por crianças e adolescentes. Nesse evento foi criada uma comissão, que contará com o apoio da UNIVALI, para diagnosticar a realidade.

Reunião em Canelinha com representantes dos principais setores da comunidade local para discutir formas de erradicar o trabalho de crianças e adolescentes em olarias.

Reunião com o Prefeito do Município de Tijucas sobre a existência de crianças e adolescentes trabalhando em olarias.

Reunião com Prefeito do Município de Itajaí sobre a utilização de crianças e adolescentes em atividades ligadas à pesca.

Palestras no Seminário de Combate ao Trabalho Infantil, promovido pela CGT, OIT e IPEC, em Criciúma, em maio de 1998.

Criação de Comissões Regionais do Oeste e Sul do estado, com o objetivo de atuarem em problemas mais localizados.

Indicação dos municípios que foram beneficiados por 1050 bolsas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Acompanhamento da implantação do PETI nos municípios de Içara, Morro da Fumaça e Jaguaruna.

Participação em reuniões nos municípios em que foi implantado o PETI, visando articulações com a comunidade local.

Participação no Planejamento Estratégico da OIT e no Seminário sobre Políticas de Combate ao Trabalho Infantil, realizado em Brasília.

O Fórum Estadual também tem apresentado moções e similares junto aos organismos federais manifestando o posicionamento assumido diante de questões que ferem ou alteram o princípio da proteção integral: Participação na Comissão Tripartite da DRT que analisou o texto da Convenção 138/OIT; Moção de arquivamento do Projeto de Lei 77/97 (469-B/95 – Câmara Federal), referente ao Trabalho Educativo; encaminhamento de Ofício ao Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego solicitando que conste da declaração que deve acompanhar o processo de depósito de ratificação da convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho, que na República Federativa do Brasil a admissão para o emprego ou trabalho de qualquer natureza seja permitida apenas a partir de 16 anos de idade, entre outras moções.

Nos últimos quatro anos o Fórum Estadual ainda elaborou, editou e distribuiu duas cartilhas: 1) Erradicação do Trabalho Infantil e a Proteção ao Trabalho do Adolescente – Junho/1997; e 2) O Trabalho Educativo – A Erradicação do Trabalho Infantil e a Proteção do Adolescente no Trabalho – Abril/1999; o informativo ERRADICAR²⁹ – Jornal do Fórum – Outubro/1999 e produziu ainda um vídeo que mostra a situação de exploração do trabalho infanto-juvenil em várias atividades econômicas no estado.

²⁹ Ver em anexo

Convém destacar que a adesão ao Fórum Estadual tem caráter voluntário, e a participação e o compromisso de seus integrantes constitui um desafio a ser constantemente retomado. Nele se exige mais que um vínculo orgânico das pessoas e entidades representadas, exige-se uma postura permeada pelo sentido ético dos seus integrantes, testemunhada pelo compromisso e pela responsabilidade político-social assumidos, o próprio reconhecimento enquanto sujeitos que transformam e constroem a história.

Esses aspectos têm-se constituído num grande desafio, principalmente levando em conta a incipiente mentalidade democrática e participativa dos cidadãos, para a continuidade dos trabalhos e a representação política e social do Fórum, coesa e coerente em seu discurso e sua prática com os objetivos a que se propõe.

Abordar elementos da organização operativa do Fórum na sua trajetória histórica serve para demonstrar a importância da adesão pessoal à causa e da validade da luta pela continuidade do Fórum Estadual. Nos dois últimos anos (2000 e 2001) tem-se verificado uma crescente queda na média de frequência das entidades integrantes do Fórum nos eventos, tendo em vista o representativo número de entidades que assinaram carta de adesão³⁰. O quorum das reuniões, durante o período estudado, apontou uma crescente evasão dos seus membros, enquanto, paradoxalmente, o Fórum Estadual avançava significativamente em relação à capacidade organizativa e à maturidade política dos seus integrantes, particularmente percebida no empenho daqueles que têm o compromisso e a responsabilidade de coordená-lo por serem seus representantes oficiais legitimamente eleitos.

O quadro e o gráfico apresentados a seguir permitem visualizar melhor a realidade acima descrita:

³⁰ No final de 2000 mais de 40 entidades constavam da lista de integrantes do Fórum Estadual.

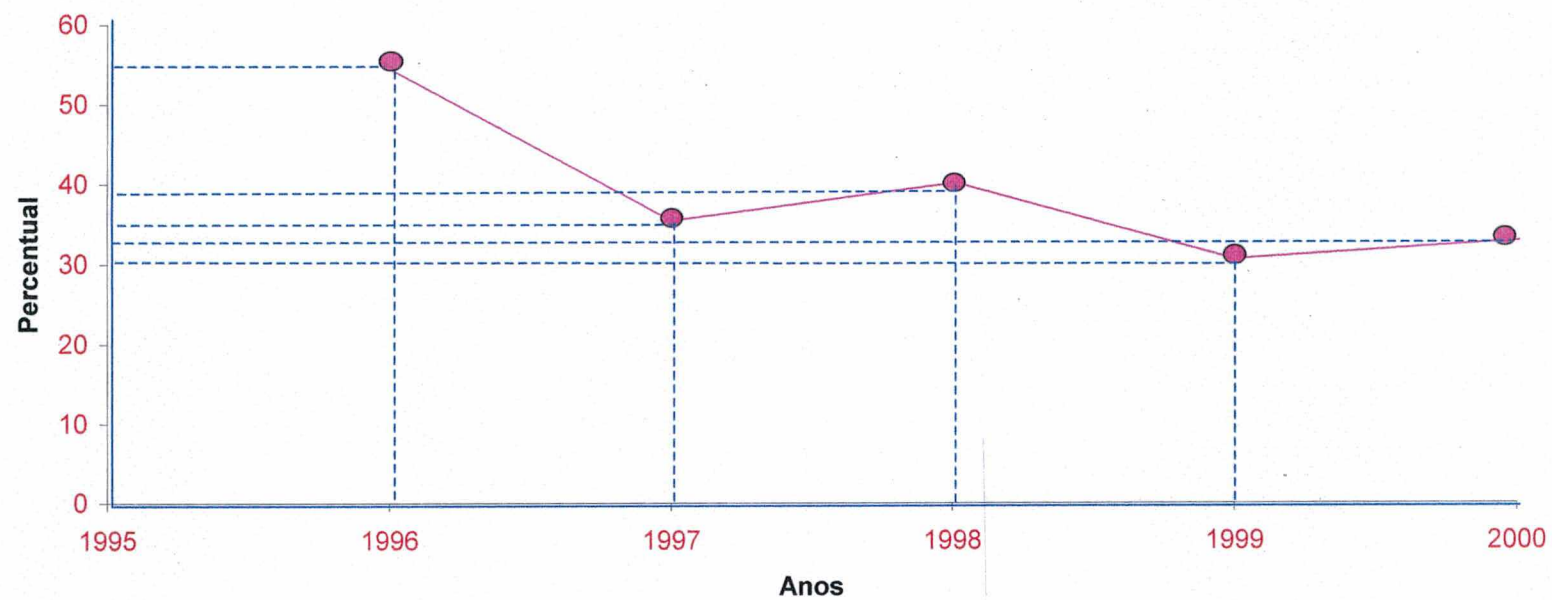
Quadro. 3 - Distribuição de Frequência de Entidades Membro do fórum Estadual, por datas de Assembléias, Ordinárias e Extraordinárias.

Período: 1996- 2000

[illegible]

GRÁFICO 1

**Média dos Percentuais de Frequência das Entidades Membros do Fórum Estadual
nas Assembléias por ano.**



Fonte: Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente no Trabalho.

LEGENDAS REFERENTES AO QUADRO 3 E AO GRÁFICO 1

– Legenda 1: numeração no quadro correspondente à entidade

- 1- Ação Mulher Trabalhista/ SC
- 2- Associação Florianopolitana de Voluntários/AFLOV
- 3- Associação dos Conselheiros Tutelares de Santa Catarina/ACCT
- 4- Associação dos Magistrados do Trabalho/AMATRA
- 5- Confederação Geral dos Trabalhadores/CGT/SC
- 6- Comitê Catarinense Independente Contra o Trabalho Infantil
- 7- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/CEDCA
- 8- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Criciúma/CMDCA
- 9- Conselho Tutelar de Florianópolis
- 10- Conselho Tutelar de São José
- 11- Delegacia Regional do Trabalho/DRT/GECTIPAS/SC
- 12- Escola Sul da Central Única dos Trabalhadores/CUT
- 13- Federação das Indústrias de Santa Catarina/FIESC
- 14- Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de Santa Catarina /FETEESC
- 15- Fundação Fé e Alegria do Brasil/Regional SC
- 16- Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho/FUNDACENTRO
- 17- Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho/FMSS
- 18- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/MNMMR
- 19- Ministério Público do Estado/ Centro de Promotorias da Infância/CPI
- 20- Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho/MPT-PRT
- 21- Ordem dos Advogados do Brasil/Observatório Social
- 22- Prefeitura Municipal de Florianópolis/Secretaria de Saúde
- 23- Prefeitura Municipal de Florianópolis/Secretaria Municipal da Educação
- 24- Prefeitura Municipal de Itajaí/Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente
- 25- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura/DAS
- 26- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família/SDF
- 27- Secretaria de Estado da Educação e do Desporto
- 28- Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina
- 29- Serviço Nacional da Indústria/SENAI
- 30- Sociedade Promocional do Menor Trabalhador/PROMENOR
- 31- Sub Delegacia Regional do Trabalho de Chapecó/DRT/SC
- 32- Universidade do Estado de Santa Catarina/Núcleo da Criança e do Adolescente-NUCA
- 33- Universidade do Extremo Sul Catarinense/UNESC
- 34- Secretaria de Estado de Assistência Social/SEAS-MPAS
- 35- Universidade Federal de Santa Catarina/Ciências da Educação/CED
- 36- Universidade Federal de Santa Catarina /Núcleo de Transformação no mundo do trabalho/NTMT

- 37- Universidade Federal de Santa Catarina /Núcleo de Estudo da Criança, do Adolescente e da Família/NECAD
- 38- Universidade Federal de Santa Catarina/Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais da Criança e do Adolescente/NEJUSCA
- 39- Universidade Federal de Santa Catarina/Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
- 40- Universidade do Sul Catarinense/UNISUL

– Legenda 2: referente ao número de assembléias/ dia, mês e ano

Mês \ Ano	1996		1997		1998		1999		2000	
	a	04/09	a	23/04	a	9/02	a	25/03	a	03/02
	b	16/09	b	29/04	b	13/02	b	24/06	b	22/02
	c	30/09	c	12/05	c	19/02	c	29/07	c	23/02
	d	14/10	d	19/05	d	18/03	d	26/08	d	15/03
	e	23/10	e	29/05	e	02/04	e	30/09	e	30/03
	f	08/11	f	12/06	f	23/04	f	29/10	f	27/04
	g	18/11	g	18/08	g	14/05	g	17/11	g	25/05
			h	28/08	h	03/06	h	26/11	h	16/06
			i	04/09	i	25/06			i	20/06
			j	15/09	j	30/07			j	31/08
			l	23/09	l	27/08			l	28/09
			m	29/09	m	24/09			m	30/11
			n	03/10	n	29/10			n	14/12
			o	30/10	o	07/12				
			p	27/11	p	17/12				
			q	18/12						
TOTAL		07		16		15		08		13

Conforme já destacado, no ano de 1996 reuniram-se 18 entidades, entre governamentais e não-governamentais, atendendo a convite da já constituída Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil, resultando na criação do Fórum Estadual. Dessas, 17 aderiram inicialmente.

Observando o quadro número 3, percebe-se que houve um total de 7 reuniões/assembléias no ano de 1996. Na primeira assembléia oficial da Comissão, já com o *status* de Fórum, ocorrida em 4/9/1996, estiveram presentes 16 entidades, número correspondente a 94% de participação. No entanto, na última assembléia, ocorrida no respectivo ano (dia 18 de novembro), apenas quatro entidades compareceram, ou seja, houve apenas 23% de participação.

A média geral de participação das entidades membros no Fórum Estadual no ano acima referido foi de 8 por assembleia, número correspondente a 50% de participação.

No ano de 1997 registrou-se um total de 16 assembleias e de 28 entidades participantes. Nesse ano, 9 entidades compareceram na primeira assembleia, ocorrida em 23 de abril de 1997, correspondendo a 32% de participação. Na última assembleia, ocorrida em 18 de dezembro do ano citado, estiveram presentes 15 entidades, significando 54% de comparecimento.

Uma média geral de 9 entidades membros do Fórum Estadual compareceram às assembleias no ano de 1997, o que corresponde a 32% de participação do total de 28 entidades.

Em 1998 foi registrado um número de 33 entidades membros do Fórum Estadual, que participaram de um total de 15 assembleias ocorridas ao longo desse ano. Estiveram na primeira assembleia 11 entidades, o que equivale a 33% de participação. À última assembleia compareceram 13 entidades, e isso corresponde a 39%.

A média de comparecimento das entidades membros do Fórum estadual em 1998 foi de 12 por assembleia, significando 36% de participação.

No ano de 1999, embora haja o registro de 12 assembleias, só constam 8 listas de comparecimento assinadas. Não obstante, 39 entidades participaram do Fórum Estadual nesse ano. À primeira assembleia ocorrida compareceram 6 entidades e na última 13 entidades estiveram presentes. Na primeira o percentual médio de comparecimento ficou em 15% e na última, em 33%.

A média geral de comparecimento das entidades membros do Fórum Estadual no ano de 1999 foi de 12 por assembleia, correspondendo a 28% de participação.

No ano de 2000, 40 entidades integravam o Fórum Estadual. Nesse ano registrou-se a realização de 13 assembleias. Da primeira participaram 12 entidades, equivalendo a uma média de 30% de participação, e da última 8 entidades, correspondendo a 20% de comparecimento.

A média geral de participação das entidades no referido ano ficou em 12 por assembleia. O percentual médio é de 30% de participação, considerando o número total de entidades.

No momento histórico atual observam-se, de um modo geral, o esvaziamento dos mais diversos espaços de participação política e o esfriamento da temática da erradicação do trabalho infantil, com a implantação de programas e projetos governamentais voltados à questão. O Fórum Estadual reflete esse momento: verifica-se sua fragilidade político-institucional, provocada pela evasão e o pouco comprometimento de entidades membros, acentuados desde a implantação do PETI no Estado de Santa Catarina, assunto que veremos a seguir.

5.1.2 *O Fórum Estadual e o PETI em Santa Catarina*

Conforme já assinalado, o PETI foi implantado em Santa Catarina em novembro de 1999. Nesse caso, o papel desempenhado pelo Fórum Estadual de articulador da vinda desse Programa para o estado foi incontestavelmente determinante.

Nos documentos e entrevistas realizadas, observa-se o esforço intenso do Fórum Estadual, nesses cinco anos de existência, no sentido de transformar a realidade de crianças e adolescentes trabalhadores.

O Fórum Estadual esteve presente em várias reuniões realizadas em muitos municípios no interior do estado, com o intuito de debater em conjunto com a comunidade local a transformação dos paradigmas culturais ligados ao trabalho infanto-juvenil, e, ao mesmo tempo, procurou se manter integrado ao debate em nível nacional, sobretudo se articulando com o Fórum Nacional/PETI, o que lhe permitiu reivindicar a implantação deste programa no estado, baseado nos levantamentos existentes que apontam localidades nas quais a problemática do trabalho infanto-juvenil é mais expressiva. O contato com a SEAS/MPAS, ressaltando esses dados, garantiu a inclusão de Santa Catarina no PETI.

Assim, no ano de 1999, de início foram concedidas ao estado, 1.050 bolsas criança- cidadã, a serem distribuídas de acordo com indicação do Fórum Estadual. Os municípios beneficiados com o Programa deveriam ser da zona rural. Dessa forma, receberam indicações o setor das olarias e o setor calçadista, contemplando inicialmente os municípios de Canelinhas, São João Batista, Sangão, Morro da Fumaça, Treze de Maio e Içara, porque, entre outros fatores baseados nos dados da DRT/SC, esses municípios congregam o maior contingente de crianças nas condições de trabalho especificados pelo PETI.

O quadro a seguir sistematiza a demanda atendida pelo PETI em Santa Catarina no período estudado.

Figura 5 – Caracterização da implementação do PETI em Santa Catarina - novembro de 1999 a julho 2001- com investimento do governo federal.

Total de municípios implementados	área urbana	09
	área rural	41
Número total de crianças atendidas		10.756
Valor total em reais da bolsa criança-cidadã/mês por criança	repassse à família	316.015,00
	Repassse ao Município (jornada ampliada)	183.710,00
Valor em reais da bolsa criança-cidadã/mês por criança	repassse à família	25,00
	Repassse ao Município (jornada ampliada)	20,00

Fonte – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família/SEAS, SC, Gerência do PETI

Segundo os dados do IBGE/PNAD de 1999, elaborados pelo DIEESE/SC, já apontados anteriormente, residem em Santa Catarina, 1.037.070 crianças na faixa etária entre 5 e 14 anos, a faixa etária focalizada pelo PETI. Desse total, 107.603 trabalham, o que corresponde, em termos percentuais, a 10, 4%.

O número total de crianças atendidas pelo PETI no referido período é 10.756 que corresponde a aproximadamente 10% do total das crianças que trabalham nessa faixa etária em Santa Catarina, segundo os dados apontados no quadro acima.

Até esse período, 50 municípios aderiram ao PETI. Segundo os dados da SEAS, o PETI foi implantado em 6 municípios em 1999, 20 municípios em 2000 e 24 em 2001. O investimento do governo federal nos respectivos anos foi de R\$47.250,00, R\$235.100,00 e R\$205.940,00.

Um fato observado nos dados ao longo desses dois anos e meio é que não houve uma adesão significativa dos municípios ao PETI, se considerarmos que, em Santa Catarina, o trabalho infantil está difundido em praticamente todos os 293 municípios.

Atualmente, para além do recorte temporal que interessa a esta pesquisa, os dados da SEAS apontam uma adesão de 116 municípios no período compreendido

entre o segundo semestre de 2001 e todo o ano de 2002, atingindo a meta de 12.752 bolsas criança-cidadã, perfazendo assim um investimento do governo federal de R\$575.340,00/mês. Isso significa que, desde sua implementação em 1999 até o momento presente, 166 municípios aderiram ao PETI, que atende atualmente a um total de 23.508 crianças.

Não obstante o fato de o número de municípios que implementaram o PETI ter aumentado de 50 – em meados de 2001 – (17% do total de municípios do estado), para 166 – em 2002 – (56% do mesmo total), o que corresponde a um crescimento de 232% na quantidade de municípios, a totalidade de bolsas correspondente ao primeiro período, que era de 10.756, (10% do total de crianças que trabalham) passou para 23.508 bolsas (22% de crianças do mesmo total), ou seja, só alcançou 118,5% de crescimento.

Apesar de os dados demonstrarem expressivo acréscimo no número de adesão de municípios, não houve a mesma proporcionalidade no número de crianças atingidas pelo PETI, portanto, o quadro de exploração de mão de obra infantil no estado não se alterou muito.

Assim, as páginas a seguir, que tratam da fala dos entrevistados, pretendem evidenciar, além dos resultados apontados na leitura dos dados acima, os limites e também as possibilidades do processo participativo na implementação de uma determinada política pública. Permitem também perceber a dinâmica desse processo e compreender parte do universo que compõe as relações políticas entre os atores envolvidos, como o compromisso e a responsabilidade social, a autonomia política, a concentração de decisão nas mãos de alguns, a correlação de forças que se estabelece entre Estado e movimento social, entre outros.

5.1.3 O Fórum Estadual “por fora” segundo os membros entrevistados

De acordo com a proposta de avaliar qualitativamente a participação e a mobilização da sociedade civil organizada pela erradicação do trabalho infantil no Estado de Santa Catarina e considerando os critérios adotados na seleção da amostra de entrevistados, critérios esses já explicitados na primeira parte, foram destacados em suas falas alguns aspectos mais diretamente vinculados aos objetivos deste estudo.

Para melhor compreensão da leitura, deve-se levar em consideração o resgate histórico da constituição do Fórum Estadual apresentado anteriormente, bem como todo o contexto que envolve a temática abordada, que constituem o cenário onde se localiza a fala dos entrevistados e onde elas fazem sentido.

Será apresentado e analisado apenas o conteúdo das entrevistas, desconsiderando-se as questões iniciais, que dizem respeito à identificação, formação profissional, pertencimento institucional, forma de inserção e tempo de atuação no Fórum Estadual.

Foram utilizadas partes que dizem respeito ao relato dos eventos, descritos conforme a percepção de cada entrevistado e que vão permitir ver o Fórum Estadual *por fora*, tendo em vista a importância do recorte na construção do objeto deste trabalho. As entrevistas foram sistematizadas da seguinte forma:

Desempenho na Implementação do PETI em Santa Catarina:

- Do Fórum Estadual
- Do Estado
- Dos representantes das entidades membros

Avaliação do refluxo participativo

5.1.3.1 *Desempenho na Implementação do PETI em Santa Catarina*

a) Do Fórum Estadual

Em relação à atuação do Fórum Estadual, destaca-se a forma pela qual essa organização buscou o contato com PETI, procurando mais do que uma simples inserção do estado catarinense no Programa. O Fórum Estadual desenvolveu um trabalho nas localidades escolhidas (no setor das olarias, onde havia concentração de mão-de-obra infantil e que fizeram parte da etapa inicial de implementação do PETI), deslocando-se para elas, articulando, mobilizando e sensibilizando a sociedade local acerca da realidade de exploração do trabalho precoce, bem como da possibilidade de enfrentamento da problemática oportunizada pela adesão do município ao PETI, conforme se percebe- na fala de um dos entrevistados:

...nós [Fórum Estadual] passamos a fazer um trabalho contínuo nas localidades onde se verificou a intensa exploração do trabalho infantil nas olarias, de mobilização local, tanto capacitando os agentes locais como também definindo junto com a comunidade ações para enfrentar da questão, tendo em vista tirar as crianças do trabalho. Em primeiro lugar foi um trabalho voltado para conscientizar o que era trabalho infantil, pois as famílias não percebiam isso como uma exploração. Por exemplo: eu perguntei para as pessoas presentes numa reunião pública lá no Morro da Fumaça: - Vocês sabem se há trabalho infantil por aqui? Eles responderam que não e depois alguém falou assim: "Ó, doutora, eu tô com o caso de um menino que se queimou no forno de uma olaria". Aí eu falei: - Ah, é? Então ele trabalha. Ela [a pessoa interpelada] me falou assim: - "Não, ele estava ajudando o avô". Então, veja só, a própria comunidade não encarava aquilo como trabalho infantil. Por isso a gente tinha que conscientizar essa comunidade. Nosso Fórum sempre teve a preocupação de ser criado de baixo para cima, nós não temos uma atuação em todo o estado, porque nunca ousamos impor o Fórum para as comunidades, nós partimos de uma mobilização pequena que exista nos municípios procurando crescer a partir daí, através de carta de adesão.

No intuito de ilustrar essas falas, resgata-se brevemente a experiência do município de Morro da Fumaça que parece demonstrar, no desempenho do Fórum Estadual, um comprometimento com a construção de uma mentalidade popular participativa, o que requer poder de opinião, decisão e direcionamento por parte de todos os envolvidos.

Vale retomar que, desde 1988, as políticas referentes à infância e à juventude devem ser baseadas na integração e parceria entre os diversos setores da sociedade e devem ser definidas em espaços públicos que congreguem as entidades governamentais e não-governamentais.

O município de Morro da Fumaça localiza-se na região sul de Santa Catarina, tem uma população aproximada de 14,5 mil habitantes, sendo que deste total cerca de 3,4 mil residem na zona rural. No ano de 1999 essa localidade foi inserida no PETI, conforme já apontado, devido à ocorrência de trabalho infantil na indústria de cerâmicas (olarias), uma de suas principais atividades econômicas.

Essa inserção foi resultado de um processo gradual que obedeceu a algumas etapas e que durou mais ou menos quatro meses: inicialmente o PETI foi trazido ao conhecimento da comunidade, nas reuniões públicas convocadas pelo Fórum Estadual, em parceria com o poder público municipal, possibilitando o envolvimento, a participação e o apoio dela; depois, o cadastramento das famílias, a adaptação e construção da infra-estrutura para as diversas atividades da jornada ampliada prevista no Programa. Por exemplo, pensaram-se estratégias de atendimento à população-alvo que não implicasse dificuldades no seu deslocamento para ter acesso aos

serviços (atendimento psico-pedagógico, diagnóstico médico-odontológico), além de jornada ampliada, que implicaria atividades de lazer, reforço escolar e esporte, entre outros.

Somaram-se aos recursos federais os do município para investimento no transporte coletivo gratuito, na contratação e manutenção de 23 profissionais envolvidos no PETI e em projetos para capacitação e qualificação das famílias voltadas para geração de emprego e renda. Foram contempladas inicialmente 370 crianças das áreas urbana e rural que estavam trabalhando e que passaram a receber a bolsa criança-cidadã.

b) Do Estado

Passado o primeiro momento, quando a remessa inicial do PETI já havia sido implementada em Santa Catarina, com a indicação dos municípios e assessoria do Fórum Estadual, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família/SDSF vinculada a SEAS, por decreto do governo do estado, formou oficialmente a Comissão do PETI, que passou, a partir desse momento, a determinar os rumos da implementação do programa nos demais municípios.

Desse modo ficou bastante restrita a participação do Fórum Estadual no Programa. A SDSF/SEAS, gestora do PETI no estado e membro do Fórum Estadual, promoveu a representação direta de entidades membros na Comissão Estadual do PETI³¹, centralizando decisões acerca dos rumos do programa no estado. Por exemplo, a escolha dos municípios a serem contemplados que não passaria pela avaliação da Comissão, contrariando as diretrizes políticas previstas pelo Programa. Tal foi a diretriz considerada, quando se deu a implantação da segunda etapa do PETI, que concedeu mais 2.500 bolsas.

O acima exposto é descrito a partir da fala de um dos entrevistados, que ressalta ainda o embate político e a correlação de forças existentes nesse processo:

Então, na primeira remessa do PETI, nós [Fórum Estadual] é que indicamos a Comissão e os municípios, todos das olarias; na segunda remessa foram incluídos os municípios sem o Fórum saber, a critério da SEAS. Aí a

³¹ O Fórum guarda certa peculiaridade, ele não tem personalidade jurídica, portanto não pode ser considerado como uma entidade nem participar de qualquer comissão que tenha caráter executivo. As entidades-membros do fórum e que transitam por comissões detêm esse poder. O fórum é um espaço de articulação e coordena as entidades-membros que expressam suas proposições.

Secretaria..., aí foi que nós [Fórum Estadual] resolvemos: ou tem caráter deliberativo ou saímos todos da Comissão. E ficou sacramentado no regulamento que a Comissão teria caráter deliberativo. A partir daí começamos a deliberar quais os outros municípios e tal... Qual não foi nossa [Fórum Estadual] surpresa quando nesse ano [de 2001] a Secretaria indicou qual era o município que ia passar a pertencer a um Programa, complementar e estritamente ligado ao PETI, de geração de renda da SEAS e que foi criado sem a participação da comunidade, sem ouvir e sem conhecer a realidade local. Tinha que ser um dos municípios já integrado ao PETI e à Secretaria, sem consultar a Comissão, foi lá e indicou. Então nós [Fórum Estadual], na última reunião, colocamos claramente que o nosso regulamento tinha que ser obedecido, a Comissão tem caráter deliberativo e tem que ser respeitada.

Cabe ressaltar que alguns fóruns estaduais de erradicação do trabalho infanto-juvenil, têm contestado o caráter dúbio da Comissão do PETI, seja estadual ou seja municipal, como é o caso do Estado da Bahia e, mais recentemente, o de Santa Catarina, que conseguiu, nesse processo, garantir formalmente o caráter deliberativo da Comissão.

O PETI prevê parceria e integração através da Comissão, no entanto, ao deixar dúvidas quanto ao papel desta última, abre lacunas, favorecendo o uso eleitoreiro do Programa por parte de alguns governos de estados e municípios, que o apresentam como um programa exclusivamente governamental.

Tais preocupações aparecem no depoimento abaixo:

O governo estadual se apropria do Programa e conseqüentemente dos recursos federais, da forma como são utilizados os recursos. Ele [o PETI] tem uma filosofia extremamente interessante, né? De articulação multisetorial, dos políticos e tal... Mas, no entanto, quando você transfere a gestão de um Programa para um órgão político [SDSF/SEAS], você está esvaziando todo conteúdo, porque é claro que outros interesses vão permear o Programa. Ele vira um instrumento político. E isso ficou muito claro para nós [Fórum Estadual], quando foi oficialmente implantado o Programa aqui em Florianópolis. O Fórum não foi convidado, na solenidade, a participar da mesa, e nos sentimos [o Fórum Estadual] na obrigação de interromper a cerimônia oficial, com todas as autoridades presentes, prefeita, representantes do governo federal, estadual, e tal [...], para colocar que o Fórum tinha seu papel. Foi difícil, porque não quiseram nos dar a palavra, tivemos que nos impor.

O exemplo da implementação do PETI em Florianópolis é ilustrativo da fala acima pois difere da maneira como foi implementado em Morro da Fumaça. De acordo com os dados do IBGE/2000, no município de Florianópolis habitam aproximadamente 341,8 mil habitantes. Sua economia está alicerçada no comércio, na prestação de serviços públicos, na indústria de transformação e no turismo, em

pequena escala, e em crescimento significativo estão a indústria do vestuário e informática.

Embora não se tenha no município uma estatística precisa, estima-se que um grande contingente de crianças esteja trabalhando em vários setores da economia informal e em situação de rua. A implantação do PETI em Florianópolis se deu em maio de 2000, com a bolsa criança-cidadã atendendo a uma demanda inicial de 210 crianças encaminhadas pelos Conselhos Tutelares e Programas da rede de atendimento à criança e ao adolescente do município.

Atualmente estão inseridos no PETI 710 crianças, o que corresponde a 425 famílias atendidas com a bolsa. O investimento é todo de âmbito federal e são distribuídos R\$ 40,00 por criança/bolsa e R\$10,00 para o município/jornada ampliada. Existe ainda uma demanda reprimida de aproximadamente 350 crianças.

A forma de inserção das crianças permanece a mesma do início; destaca-se, no entanto, que algumas crianças atendidas pelo programa não trabalham, elas se encontram em situação de risco social, mas essa situação não atende à especificidade determinada pelo PETI.

c) Dos representantes das entidades membros

Com relação ao papel desempenhado pelo membros das entidades que constituem o Fórum Estadual, todos os entrevistados enfatizam a importância fundamental, entre outros aspectos, da afinidade de interesses entre os membros, a instituição que ele representa e a causa, o que assegura seu envolvimento e efetiva participação, com compromisso e responsabilidade social.

A consciência da participação pessoal e institucional pode ser exemplificada na fala de alguns dos entrevistados, destacadas a seguir:

[...] a gente trabalha em cima de um ideal, as pessoas mais que as instituições, elas [as pessoas] acreditam numa mudança mesmo, a partir de interesses sociais reais, que no nosso caso é tirar a criança do trabalho mesmo. Uma vez eu ouvi de uma palestrante que "quem muda o mundo não são as instituições, mas as pessoas". Só que eu acho que as instituições devem ter o devido respeito, porque eu acredito que elas não andam sem vontade política e sem pessoas comprometidas também. Minha instituição me dá muito apoio, enquanto representante dela, nos conselhos, nos fóruns, nas comissões. Me dá toda a instrumentalização necessária para isso. Eu tenho apoio institucional mesmo. Eu acho que não poderia realizar o que faço sem o apoio da minha instituição. É meu objetivo e também da instituição lutar pela erradicação do trabalho infantil, por isso eu acho que tem que ter as duas coisas, compromisso das pessoas e apoio

institucional, é necessário que haja uma comunhão de esforços e interesses.

[...] é importante a crença no que se faz por parte da pessoa, mas também, a disponibilização e o respaldo da instituição, um apoio que ultrapassa os limites institucionais.

[...] minha instituição já tinha abraçado a causa de trabalhar para garantir os direitos das crianças, a erradicação do trabalho infantil é uma delas, e eu sou representante dela porque pessoalmente acredito na causa, nessa luta, ela [a instituição] me dá todo apoio.

Essa perspectiva uníssona parece refletir também, além dos elementos supra-apontados, que a afinidade de interesses garante uma relativa autonomia, considerada fundamental para aqueles que estão envolvidos e que podem interferir nos processos decisórios.

5.1.3.2 *Avaliação do refluxo participativo*

Nos dias atuais, caracterizados também pela ausência de certezas, as formas de ações coletivas encontram-se em aparente refluxo, o que pode ser atribuído a uma série de fatores, dentre os quais as mudanças paradigmáticas de transformação social envolvendo o papel do Estado e da sociedade, que implicam, conseqüentemente, mudanças no papel do movimento social, conforme já se referiu. Nesse sentido, Carvalho aponta que um dos limites da participação popular em espaços públicos como os Fóruns encontra-se na informalidade de sua estrutura organizativa que “[...] tem, como preço uma certa dispersão, visto que cada organização é geralmente muito absorvida pelas suas próprias prioridades e rotinas de trabalho. Eles dependem de alguém que o priorize como espaço de interação e provoque o envolvimento dos demais atores” (CARVALHO, 2002). Entretanto isso não significa uma paralisia na luta pela publicização da política e da participação social nas questões afetas ao destino comum da humanidade.

O Fórum Estadual, de um modo geral, percebido numa perspectiva mais ampla, não ficou alheio a esse contexto. O evidente processo de retração da participação é avaliado pelo entrevistados, que atribuem distintas causas a esse fenômeno.

A persistência do Fórum hoje tem como função desmascarar que a questão não foi resolvida, só porque temos o PETI, mas os próprios membros do

Fórum têm que primeiro entender e reconhecer o que é um Fórum, mas eles tem dificuldade para isso. As pessoas estão acostumadas a uma hierarquia, parecem que gostam que alguém que mande, que determine, que faça, que imponha, que organize... o Fórum estabelece um tipo de relação que não é verticalizada, as decisões são construídas no confronto, no embate, temos um motivo que nos une e para atingir nossos objetivos temos diferentes caminhos, para muitos o PETI é um caminho possível e para outros ele é tomado como solução, principalmente para quem estava coordenando e nem percebeu isso.

Acho que todos os movimentos sociais hoje estão mais enfraquecidos, não só na questão do trabalho infantil, todas as lutas emancipatórias estão num período de retração mesmo, me parece que a democracia participativa é um exercício contínuo e nós ainda não conseguimos assimilar isso, nós ainda não entendemos o nosso papel. O Fórum, os Fóruns foram um certo modismo também, foi muito atraente a idéia dos fóruns de articulação, mas como foi uma coisa assim que pegou num determinado momento ele não foi devidamente consolidado e eu vejo isso nos Fóruns de uma forma geral.

Desde o PETI o Fórum é governamental, burocratizou-se, assumiu um perfil de executivo, com o tempo ele foi se tornando as ações de determinadas entidades. Não se conseguiu direcionar o discurso para a sociedade, pouco se articulou com os Conselhos de Direitos e outras políticas de proteção.

As ações do Fórum se tornaram muito focalizadas, as mesmas pessoas faziam quase tudo, descentralizou-se muito pouco as atividades, é bem verdade que muito poucas pessoas se manifestavam na hora da divisão de tarefas, as comissões ficavam encarregadas de tudo.

As falas acima relacionadas apontam as dificuldades de garantir autonomia, nesse momento, para efetivar uma proposta de cunho democrático, embora elas não percam de vista as concepções que foram constituindo a identidade do movimento; o desafio é perceber o próprio processo participativo, que precisa ser redimensionado de tempos em tempos, por não ser algo pronto e acabado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho desenvolveu-se dentro de uma perspectiva teórica que compreende os sujeitos individuais e coletivos enquanto atores que vivenciam, através das lutas empreendidas, um complexo e dinâmico processo de construção social.

Assim buscou-se, de forma limitada e parcial, fazer uma avaliação da experiência histórica local de participação da sociedade civil organizada na erradicação do trabalho infantil em Santa Catarina, destacando-se a implantação e implementação do PETI, durante o desenrolar do Fórum Estadual.

Em um primeiro olhar, reconhecendo as possibilidades de cada instância de participação, percebe-se que os sujeitos podem desenvolver uma participação mais democrática, contestando as formas arcaicas e autoritárias de gestão dos espaços públicos se compreenderem: primeiro, que o processo participativo é criado e recriado por todos os envolvidos e segundo, que é também lento, complexo e descontínuo.

Esse esforço serviu para indicar algumas possibilidades e alguns limites nas questões que implicam, entre outras práticas, o fortalecimento dos princípios democráticos, que requer a participação popular nas diretrizes referentes às políticas públicas sociais, bem como ofereceu uma percepção dos vultosos recursos aplicados em determinados programas setoriais e os frágeis resultados correspondentes.

No que se refere à participação política da sociedade civil organizada, rever a prática através da pesquisa mostra, por exemplo, que a observação da relação entre a quantidade de entidades membros participantes e a sua frequência regular, não constitui critério suficiente para desqualificá-la se os resultados do protagonismo são significativos e transformadores da realidade, considerando que o trabalho infantil no Estado de Santa Catarina, até ser publicizado pelo Fórum Estadual, era um fenômeno socialmente despercebido.

Aponta-se como limite a ser considerado numa avaliação desses espaços participativos, em específico o Fórum Estadual: primeiro, a falta de capacidade técnica e política de seus membros para estarem avaliando, propondo e articulando em virtude do pouco conhecimento, acerca da realidade e do tema (falta conhecimento teórico e empírico). A maioria dos membros representa formalmente e

de maneira figurativa suas entidades, com pouco ou quase nenhum poder de deliberar em seus nomes; segundo, o aprendizado político adquirido na prática política “real” demanda uma quantidade de tempo e uma dedicação que os membros não dispõe, tendo em vista que eles têm outras prioridades e exigências; a burocratização de sua estrutura organizativa, que envolve definições de papéis e funções de seus membros; terceiro, a monopolização de assuntos periféricos e ligados a burocracia estatal em detrimento da discussão de temas fundamentais, são alguns dentre outros tantos limites, que desmobilizam e fragilizam a capacidade de pressão social, essencial aos movimentos sociais e que lhe garante a legitimidade de suas demandas.

Todavia, através da pesquisa percebe-se também que ainda é grande a capacidade dos governos, principalmente daqueles compromissados com as diretrizes neoliberais, de esvaziar os espaços e canais de participação popular, seja tomando decisões “por fora”, seja desmobilizando esses espaços, retirando-se deles ou indicando para esses, representantes rotativos e com pouca capacidade para tomar decisões.

Em que pese alguns limites apresentados pelo PETI, como seu viés político-compensatório-assistencialista, e o fato de vir como imperativo desde o governo central, que via de regra impõe as políticas sociais, de ser o resultado de processos autoritários, determinando e definindo compromissos a serem cumpridos pelos municípios, ele também pode significar uma possibilidade de a sociedade civil organizada vivenciar experiências de participação. Dessa forma, contribuir para a construção de uma noção de interesse público e também para romper com velhos padrões da política baseada no clientelismo, no elitismo e na corrupção, aprofundando a democracia e alargando a cidadania, na medida que ~~ela~~ a sociedade civil organizada, ao compor a Comissão do Programa, pode controlar e exigir maior comprometimento e transparência nas ações governamentais.

Nesse sentido, não se pode negar que as ações do Fórum Estadual no período estudado, enquanto um espaço de participação protagonizado por sujeitos da sociedade civil organizada no estado de Santa Catarina, contribuíram para provocar mudanças na Agenda Pública, seja no âmbito político dos municípios, seja no âmbito político do Estado federado (SC), incluindo nessa agenda novas questões pertinentes e relevantes como a luta pela erradicação do trabalho infantil.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. Pesquisa em Ciências Sociais. In: HIRANO, Sedi (Org.). **Pesquisa social: Projeto e Planejamento**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1997. p. 21-88.

AGUIAR, Neuma. Observação participante e "survey": uma experiência de conjunção. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores. 1978. p. 125-151.

BECKER, Howard S.. Sobre Metodologia. In: _____. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 17-46.

BELLAMY, Carol. **Situação mundial da infância 1997: a questão do trabalho infantil**. Brasília: UNICEF, 1997. 107p. (Relatório técnico-científico)

BRASIL. CONSTITUIÇÃO NACIONAL DE 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069/90, 13 de julho de 1990. Legislação Federal.

CAMPOS, Marta Silva, et al. **Trabalho Infantil, Desafio à Sociedade: avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no período 1996-97**. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília: SEAS/MPAS, 1999. 160 p.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. **Participação Social no Brasil Hoje**. (mimeo). Endereço eletrônico: [http://www.udesc.br. disciplina de Políticas Públicas/Curso de Pedagogia a Distância](http://www.udesc.br/disciplina%20de%20Políticas%20Públicas/Curso%20de%20Pedagogia%20a%20Distância) - 17/06/2002. 21h

CERVINI, Ruben; BURGER, Freda. O menino trabalhador no Brasil. In: FAUSTO, Airton; CERVINI, Ruben (Org.). **O Trabalho e a Rua: crianças e adolescents no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1996. p.17-46.

COLUCCI, Viviane. **A Doutrina da Proteção Integral e as Políticas Públicas referentes à infância e à adolescência no Brasil no combate ao Trabalho Infantil** In: CICLO DE DEBATES REGIONAIS SUL. 2001, Porto Alegre. 41p. (mimeo).

CONTAG - **Relatório do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil**. (Encontro de Meninos e Meninas Trabalhadores da Agricultura, realizado em Brasília, de 08 a 11 de 10/1997). Endereço eletrônico: <http://www.obore.com/contag>.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 150-173.

DAL-ROSSO, Sadi; RESENDE, Mara Lúcia S.. **As condições de emprego do menor trabalhador**: comerás o pão com o suor do teu rosto. Brasília: Thesaurus, 1986. 114p.

DOURADO, Ana DABAT, Christine ARAÚJO, Teresa Corrêa de. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 407-436.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. São Paulo: Atlas S/A, 1985. p. 13-51.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Suzana. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, Felícia Reicher (ORG.). **Quem mandou nascer mulher?** estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997. p. 343-402.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e Processo Político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. p. 47-98.

FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben (Org.). **O trabalho e a rua**: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. -2.ed.- São Paulo: Cortez, 1996. 244p.

GADELHA, Sílvio de Souza. **Subjetividade e Menor-idade**: acompanhando o devir dos profissionais do social. São Paulo, Annablume, 1998, 244 p.

GERSCHMAN, Sílvia. Sobre a formulação de Políticas Sociais. In: TEIXEIRA, S.F. (Org.). **Reforma Sanitária**: em busca de uma teoria. São Paulo: Vozes/ ABRASCO, 1985. p. 119-138.

GOLDENBERG, Mirian. Pesquisa Qualitativa: problemas teóricos-metodológicos. In: _____. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. Record, 1997. p. 53-60.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A fase da filantropia (até meados do século XX). In: _____. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 191-223.

MARTINS, José de Souza (Coord.). **O massacre dos inocentes**: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993. 218p.

MORAES, Célio Vanderlei. **A Participação Popular na Gestão das Políticas para a Infância e Adolescência em Santa Catarina**. 1998. 137f.. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MOURA, Esmeralda B. Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 259-288.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **A difícil constituição da exclusão social no Brasil**. Temas Codeplan 2: Políticas Públicas. Brasília. p. 33-57.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 51-79.

NEVES, Delma Pessanha. **A perversão do Trabalho Infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção**. Niterói: Intertexto, 1999. 241p.

OIT. IPEC - Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil. **Relatório de Atividades 1992/1996**. Endereço eletrônico: <http://www.oit.org>.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. 386p.

PINTO, Fábio Machado. **A Universidade e o Trabalho Infantil: a produção docente sobre o trabalho infantil na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Técnica de Lisboa**. 1997. 140f.. Dissertação (Mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais da Actividade Econômica) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

RABITTI, Giordana. **À procura da dimensão perdida: uma escola de infância de Reggio Emilia**. Porto Alegre: ARTEMED, 1999. 95p.

RAPHAEL, Alison. **Eliminando o Trabalho Infantil no Brasil: tirando as crianças do campo e conduzindo-as à escola**. Brasília: UNICEF, 1996. 20p. (Relatório Técnico Científico).

RICO, Elizabeth Melo (Org). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez/Instituto E e, 1998. 153p.

RIZZINI, Irma; VOGEL, Arno. O menor filho do Estado: pontos de partida para uma história da assistência pública à infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. p. 47-98.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 376-406.

SABÓIA, João. **Trabalho infanto-juvenil no Brasil dos anos 90**. Brasília: UNICEF, Cadernos de Políticas Sociais. nº 3, 1996, 19p.

SANTA CATARINA. FÓRUM ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO DO ADOLESCENTE NO TRABALHO/ SC. Delegacia Regional do Trabalho. Santa Catarina. **Diagnóstico do trabalho da criança e do**

adolescente no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1996. Relatório Mimeografado.

SANTA CATARINA. FÓRUM ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO DO ADOLESCENTE NO TRABALHO/ SC. Delegacia Regional do Trabalho. Santa Catarina. **Diagnóstico do trabalho da criança e do adolescente no Estado de Santa Catarina. Atividades Rurais.** Florianópolis, 1998. Relatório Mimeografado

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: _____. **As crianças contextos e identidades.** Portugal, Centro de Estudos da Criança: Editora Bezerra, 1997. p.7-30.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras:** ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999. 95p.

SILVA, Maurício Roberto. **O assalto a infância no mundo amargo da cana-de-açúcar:** onde está o lazer/ lúdico? O gato comeu? 2000. 352f.. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas a Educação Universidade de Campinas, São Paulo.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação.** In: Coleção Temas Básicos de pesquisa-ação. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1985. 107p.

VERONESE, Josiane R. Petry; CUSTÓDIO, André Viana. 1997. Exploração do Trabalho Infantil: Um estudo sobre a idade mínima para as atividades laborais no âmbito do Direito Internacional e Nacional. In: **Revista Grifos**, Chapecó/SC, nº 04, Ed. Univer. Grifos, UNOESC, p. 76-99, 1997.

VIGEVANI, Tullo. Movimentos Sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa. In: VIOLA, Eduardo J. SCHERER-WARREN, Ilse KRISCHKE, Paulo J. (Org.). **Crise política, movimentos sociais e cidadania.** Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1989. p. 127-142.

ANEXOS

Ata de instalação do Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho.

Aos 02 dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e noventa e sete, às 11:00 horas, realizou-se na sede da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, situada na Rodovia Ademar Gonzaga nº 2765, nesta Capital, solenidade presidida pelo Senhor Ministro do Trabalho, Paulo de Tarso Almeida Paiva, a qual compareceram os representantes dos entes públicos e privados, abaixo nominados, com a finalidade de instalar o Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho. O Fórum Estadual tem o objetivo genérico de subsidiar ações específicas e articuladas para a área do trabalho da criança e do adolescente (principalmente para a erradicação do trabalho infantil e garantia dos direitos do adolescente que trabalha) e os objetivos específicos de : a) discutir temas, fatos e ações relativas ao trabalho da criança e do adolescente; b) estabelecer parcerias entre as entidades participantes do Fórum, visando o atendimento integral da criança e do adolescente, promovendo, para tanto, a discussão de situações concretas, socializando informações, subsidiando a operacionalização de ações a serem desenvolvidas, de acordo com as atribuições específicas de cada entidade; c) divulgar, mobilizar, contribuir para a formação da opinião pública, a respeito do trabalho da criança e do adolescente. Após discussões, deliberou-se à unanimidade, pela instalação do Fórum, fato que deverá ser amplamente divulgado. Para cumprir suas atribuições, o Fórum deverá possuir banco de dados sobre o trabalho infantil no Estado de Santa Catarina, com a finalidade de prestar informações e subsidiar ações. Para fins de funcionamento, foi deliberado que a participação de novas entidades dependerá da aprovação do plenário baseada em critérios do regimento interno; que cada entidade terá um representante titular e outro suplente; que o Fórum será inicialmente sediado na Delegacia Regional do Trabalho em Florianópolis; que as deliberações serão formalizadas como recomendações; que os estudos produzidos serão documentados e divulgados. Para viabilizar a constituição formal do Fórum, ficou deliberado que a Delegacia Regional do Trabalho em Santa Catarina, a Universidade do Estado de Santa Catarina e o Comitê Catarinense Independente Contra o Trabalho Infantil, se constituirão na instância organizativa e operacional, encarregada de desenvolver ações preliminares de funcionamento. As entidades signatárias desta ata comprometem-se a viabilizar

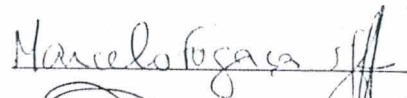
o pleno funcionamento do Fórum. A partir da presente data fica oficialmente instalado o Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho, com a participação das seguintes entidades, que assinam o documento: Ação Social Arquidiocesana; AFLOV; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Estadual do Trabalho; Conselho Tutelar de Florianópolis; Delegacia do MEC; Delegacia Regional do Trabalho; Fórum DCA/SC; Fundacentro; Ministério da Previdência e Assistência Social; Ministério Público Estadual; Ministério Público do Trabalho; OAB; PROMENOR; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e da Família; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde e Ação Comunitária; SENAI; Universidade do Estado de Santa Catarina; Universidade Federal de Santa Catarina.

Entidades

Representante

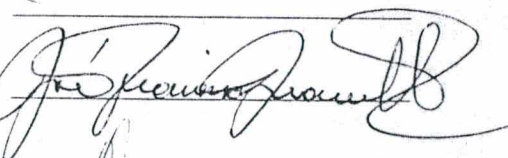
- AFLOV- Associação Florianopolitana de Voluntários
- ASA-Ação Social Arquidiocesana
- Conselho Estadual do Trabalho
- Conselho Tutelar de Florianópolis
- Delegacia do MEC em Santa Catarina
- DRT-Delegacia Regional do Trabalho
- Fórum DCA/SC
- FUNDACENTRO- Fundação Jorge Duprat de Figueiredo
- Ministério da Previdência e Assistência Social
- Ministério Público Estadual
- Ministério Público do Trabalho

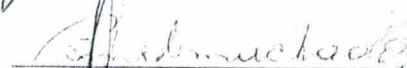


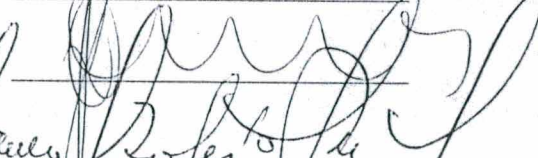


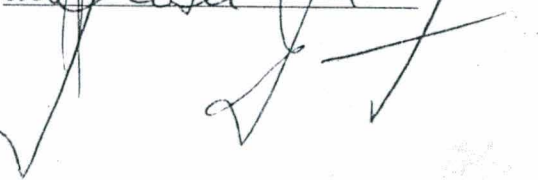












- OAB- Ordem dos Advogados do Brasil-
Seccional Santa Catarina

Legia Tava

PROMENOR- Sociedade Promocional
do Menor Trabalhador

Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Social e da Família

maim b.s. d

Secretaria Municipal de Educação

offleer

- Secretaria Municipal de Saúde e Ação
Comunitária

colaf

SENAI- Serviço Nacional da Indústria

- UDESC- Universidade do Estado
de Santa Catarina

José de Almeida Muniz

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

- CEDCA - Rosa Marinho

M. J. ...
Paulo ...
...

H. C. J. ...

- COMITÊ CATARINENSE INDEPENDENTE
CONTRA O TRABALHO INFANTIL

Edi ...

Associação de Estudos de Desenvolvimento
Rural e da Agricultura

...

FÓRUM ESTADUAL PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO DO ADOLESCENTE NO TRABALHO / SC

REGIMENTO INTERNO

Capítulo I

Da Natureza

O Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de SC, se constituirá num espaço permanente aberto às questões relacionadas a erradicação do trabalho da criança e da proteção ao adolescente no trabalho, envolvendo organizações governamentais, não-governamentais, entidades públicas e privadas, comprometidas com a temática.

Capítulo II

Das Finalidades

Art. 1º - Subsidiar ações específicas para a definição de políticas públicas, visando a erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente no trabalho.

Art. 2º - Discutir temas, problemas, fatos, promovendo ações objetivando a erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente no trabalho.

Art. 3º - Articular e mobilizar os diversos segmentos da sociedade visando a atenção integral da criança e do adolescente.

Art. 4º - Promover a discussão de situações concretas, socializando as informações, subsidiando a operacionalização das ações a serem desenvolvidas, de acordo com as atribuições específicas de cada entidade.

Art. 5º - Receber denúncias sobre o trabalho infantil e do adolescente, com o compromisso de encaminhar e acompanhá-las junto aos órgãos competentes.

Art. 6º - Divulgar, mobilizar, contribuir para a formação da opinião pública, a respeito da erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente no trabalho.

Capítulo III

Dos Participantes

Art. 7º - Poderão participar do Fórum as seguintes categorias :

I - Organizações fundadoras, que assinaram a ata compromisso de instalação do Fórum, no dia 02/06/97;

II - Organizações participantes; e

III - Outras organizações que oficializarem por escrito, a adesão à Ata Compromisso do Fórum, cujo ingresso foram aprovado pela plenária do Fórum;

Art. 8º - Cada organização indicará um titular e um suplente.

Art. 9º - O não comparecimento do representante em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, sem justificativa, implicará em comunicação à entidade, para substituição do representante.

Parágrafo Único – A não indicação do representante e seu não comparecimento nas duas reuniões seguintes, implicará no desligamento automático da entidade, que só poderá pleteiar seu retorno ao Fórum, no prazo de 6 (seis) meses.

Art. 10 - O não cumprimento dos compromissos assinados pelas entidades resultará numa avaliação da plenária, quanto a exclusão daquelas como integrantes do Fórum.

Capítulo IV

Das Normas de Funcionamento

Art. 11 - O Fórum terá duração indeterminada.

Art. 12 - O Fórum se reunirá mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente quando convocado pela Diretoria.

Art. 13 - O local de funcionamento será definido em assembléia pelos participantes.

Art. 14 - O Fórum elegerá uma Diretoria, por um período de dois anos, podendo ser reeleita.

Parágrafo único - A Diretoria será constituída por um Colegiado formado por cinco entidades integrantes do Fórum.

Art. 15 - Com o objetivo de implementar as ações previstas pelo Fórum, serão formadas as seguintes Comissões :

I - Comunicação e Divulgação;

II - Base de Dados;

III - Capacitação;

IV - Interna de Conhecimento da Realidade e

V - Comissões Regionais.

§ 1º Outras comissões poderão ser constituídas a partir de necessidades identificadas pelo Fórum.

§ 2º Cada comissão elegerá um coordenador, um vice-coordenador e um secretário.

§ 3º As comissões se reunirão, no mínimo mensalmente, ou de acordo com a necessidade.

Art. 16 - As decisões do Fórum serão deliberadas em Assembléia, em forma de recomendação.

Parágrafo único - As decisões serão tomadas por maioria simples.

Art. 17 - As reuniões do Fórum serão registrados através de atas.

Capítulo V

Das Atribuições

Art. 18 – Compete ao Órgão Colegiado:

- I – Presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II – Convocar às reuniões da plenária;
- III – Convocar reuniões das comissões
- IV – Elaborar a pauta das reuniões;
- V – Representar o fórum em solenidades, eventos ou contatos com a imprensa ou delegar tais competências.
- VI – Secretariar as reuniões;
- VII - Elaborar as atas e providenciar sua atribuição aos integrantes do Fórum;
- VIII – Fazer as comunicações das reuniões e eventos aos integrantes do Fórum, por escrito.

Capítulo VI

Das Eleições

Art. 19 – Qualquer entidade membro do Fórum poderá requerer, por escrito, à Comissão Eleitoral, o seu registro como candidata à composição do Órgão Colegiado, no prazo de 15 dias a contar da convocação para as eleições.

§ 1º - O pedido será formulado em 2 (duas) vias, devendo ser passado recibo na 2ª via, que ficará em poder dos requerentes.

§ 2º - É proibido o voto por procuração.

§ 3º - O voto será secreto.

Art. 20– O ato de convocação para eleição deverá atender, sob pena de nulidade, aos seguintes requisitos:

I – Convocação por escrito, de todos os representantes das entidades participantes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

II – Designação de dia, hora e local da reunião, indicando a matéria a ser objeto de deliberação.

Art. 21 – Cada entidade cadastrada e integrante do Fórum terá direito a um voto.

Art. 22 – O processo eleitoral será coordenado pela Diretoria a ser substituída.

Art. 23 – Serão consideradas eleitas as cinco entidades mais votadas, que serão automaticamente empossados tão logo sejam proclamados os resultados da respectiva eleição.

Capítulo VII

Das Disposições Finais

Art. 24 - O presente regimento será aprovado pela maioria simples dos membros do Fórum.

Art. 25 - Os casos omissos serão encaminhados pela Diretoria Colegiada do Fórum.

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIADO FÓRUM PELA
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO DO ADOLESCENTE NO
TRABALHO / SC**

PAUTA:

- **Discussão sobre o programa: “O Futuro é Agora” – Projeto Protetor da Criança e da Terra – Autoria do SINDIFUMO e AFUBRA**

Às quatorze horas e vinte minutos do dia vinte e sete de maio de 1999, reuniram-se nas dependências da Procuradoria Regional do Trabalho – MPU/MPT, membros do Fórum pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho (Fórum), conforme lista de presença anexa para a Assembléia Extraordinária. Iniciados os trabalhos, a Coordenadora Viviane esclareceu que o objetivo desta reunião é questionar o posicionamento do Fórum face ao programa “O futuro é agora”, da autoria da AFUBRA e Sindifumo, bem como ressaltou a situação das famílias que se utilizam da mão-de-obra de seus filhos ao trabalharem para uma empresa de tabagismo. Clóvis, representando o Comitê Catarinense Contra o Trabalho Infantil aduziu que não podem ter respaldo os projetos que não possuem um comprometimento maior com a comunidade. André fez estudo sobre o programa e colocou que a Federação não é contrária ao mesmo, no entanto, é necessário que se tenha seriedade e responsabilidade no respaldo das iniciativas e insiste nas diferenças entre tarefas domésticas, familiares e escolares e trabalho. Ressaltou que a admissão do programa, ao invés de proteger o adolescente, legitimaria o trabalho na faixa entre os 14 e 16 anos. Teceu mais algumas considerações sobre os riscos da produção integrada com relação à toxidade e insalubridade e destacou que em Alagoas têm sido registrados altos índices de suicídio entre adolescentes que trabalham nas lavouras em contato com agrotóxicos. Analisando mais detalhadamente o programa, conclui que o mesmo consiste em mera implementação das diretrizes nele traçadas, sem proceder à transformação econômica, que é o que se faz necessário. Ressaltou o aspecto cultural, concluindo não ser fácil a tarefa de transformar uma questão tão séria e arraigada aos costumes. Enalteceu a pressão internacional, de ordem econômica, que tem levado as empresas a não possuir mão-de-obra infantil em sua cadeia produtiva. Continuando a análise sobre o estudo do projeto, comentou a necessidade de melhorar a qualidade de vida no campo, e as formas de combate ao êxodo rural, uma vez que o campo não oferece interesse aos jovens. Ainda, ressaltou a necessidade da capacitação na área agrícola e o estímulo econômico no campo. O estudo levantou questionamentos quanto à abordagem do programa nos outros Estados do Sul. Ainda com a palavra, André frisou a importância das Instituições e a relevância de uma referência como o

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIADO FÓRUM PELA
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO DO ADOLESCENTE NO
TRABALHO / SC**

41 Fórum, que não pode ser perdido como referencial. A Coordenadora Viviane
42 agradece a valiosa contribuição de André na elaboração do trabalho e comentou que
43 incumbe à comunidade apresentar propostas, sendo que ao Fórum incumbe apenas
44 trabalhar a consciência das pessoas e articular ações. O Sr. Marcos Vandresen pede a
45 palavra e comenta sobre a da proteção do adolescente no trabalho e a importância
46 das normas da OIT, sobre o assunto, chamando a atenção de que a família rural é
47 uma das mais importantes células da sociedade, também aduziu que a grande
48 distância entre as escolas e as propriedades constitui uma dificuldade a ser
49 enfrentada, pois os adolescentes do campo não freqüentam escolas, apenas os que
50 saem do seu habitat natural e que alternativas poderiam ser propostas e trabalhadas
51 através dos Conselhos Municipais de Direitos para solucionar a questão. Lembrou
52 que a lei deve ser respeitada e as transgressões devem ser erradicadas, ressaltando
53 que antes de se condenarem iniciativas, deve-se buscar que se tenha conhecimento
54 do que o ECA/ Legislação pertinente estabelecem, da peculiaridade no que diz
55 respeito ao meio rural, procedendo-se à adaptação dos projetos à realidade do
56 campo como o estímulo para outro tipo de produção alimentícia, por exemplo.
57 Sugeriu a distribuição de manuais, propondo modificações às Prefeituras, Empresas,
58 Sindicatos, Associações, etc. Acentuou que o fumo é prejudicial em todos os
59 aspectos e sua produção não deve ser estimulada, mas sim dar maior apoio à
60 produção de gêneros sem agrotóxicos. O Professor Rubini fez menção à pressão
61 econômica que é exercida sobre os agricultores, lembrando que a questão é de
62 sobrevivência. Rosângela comentou sobre a fragilidade do projeto e sugeriu que se
63 observassem as estatísticas de frequência das crianças na escola em épocas de
64 colheita; atentou, ainda, para a necessidade de encontrar uma maneira de manter a
65 crianças estudando, de elas permanecerem na escola, já que o ensino fundamental
66 hoje é até a oitava série. Ione, com a palavra, aduziu que a problemática do trabalho
67 infantil vem sendo melhor enfocada, que o processo tem se desencadeado muito
68 bem, sendo estimulante a discussão e evolução pela qual o Fórum está passando,
69 razão pela qual não se pode permitir que as instituições sejam superficiais,
70 sucumbindo à pressão, pois a questão é profunda e histórica, sendo necessário
71 instrumentalizar as comunidades frágeis. Ressalta que o Fórum não pode se deixar
72 atropelar por uma avalanche provocada por projetos superficiais. Lembrou que além
73 do fumo há outras questões sérias também, que é preciso convencer a produtora de
74 fumo a acolher contribuições que o Fórum tem a dar, imprimindo ritmo próprio,
75 com coragem para, no mínimo, aprofundar o debate com a Souza Cruz. Com a
76 palavra, Viviane aduziu que o Fórum não possui personalidade jurídica, não é órgão
77 executor, mas as entidades nele integradas têm atribuições legais para desencadear
78 ações, adequando as iniciativas à lei e que o compromisso do Fórum não é com a
79 Souza Cruz, mas com as famílias que têm suas crianças trabalhando. Argumenta que,

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIADO FÓRUM PELA
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO DO ADOLESCENTE NO
TRABALHO / SC**

80 a exemplo dos processos desencadeados nos Municípios de Tijucas e São João
81 Batista, faz-se necessária maior definição dos papéis dos atores sociais, da criação de
82 comissão para intervir concretamente, coordenando-se as ações na área. A
83 Professora Areti pediu a palavra e avisa que no dia 09 de junho estará acontecendo o
84 Dia de Capacitação para Prefeitos e Lideranças da Área de Criciúma, sendo
85 importante a presença do Fórum, uma vez que será apresentado diagnóstico do
86 trabalho infantil e adolescente na Região. Ione avisou que em dois de junho do
87 corrente acontecerá a posse da nova diretoria do CEDCA. Dra. Dulce da DRT
88 mostrou preocupação com a impressão que os produtores rurais terão com relação
89 ao Fórum, sugere que eles sejam ouvidos. O Professor Rubini atentou para a
90 necessidade de se fazer algo concreto na área. Vera comentou a necessidade de
91 mobilizar toda a comunidade que estiver envolvida. Professora Areti, representando
92 a UNESCO colocou-se à disposição para ser a “ponte” para o projeto, e observou a
93 necessidade de a comunidade estar envolvida para legitimar o trabalho do Fórum.
94 Novamente com a palavra, André comentou a importância da reunião de hoje para
95 proposição objetiva das deliberações. Comentou ainda, em relação ao projeto, que o
96 Fórum está atento aos acontecimentos, que não se trata de uma discussão interna de
97 pessoas, tudo será passível de acompanhamento. Maria Antônia representante da
98 FIESC manifestou o interesse dessa entidade em efetivar participação. Professor
99 Rubini observou a necessidade de elevação da escolaridade com qualificação
100 profissional. André argumentou que uma alternativa seria o levantamento de o que
101 efetivamente está sendo feito. Ione questionou quais seriam as demandas desta
102 juventude, com as quais os programas não estão sintonizados. Professor Rubini, em
103 resposta, lembrou que Secretaria da Família possui banco de dados. André retomou
104 a palavra e pediu que o seu trabalho, entregue e distribuído aos presentes desde que
105 seja lido e questionado. Ione agradeceu a participação de André e convidou as
106 entidades a colocarem conclusões. André chamou atenção de que seria importante
107 resgatar participações de alunos, professores, núcleos de pesquisa, etc., por serem
108 grupos formadores de opinião, com conhecimento da realidade. Professor Rubini
109 ressaltou a responsabilidade e participação do Estado e da Escola na questão.
110 Deliberou-se no sentido de, no mês de junho, realizar-se novo evento em Araranguá,
111 para discutir a questão mais profundamente com a comunidade local. A
112 Coordenadora formulou o convite para que André seja expositor no evento. Viviane
113 afirmou que no evento deve ser formada comissão integrada pela comunidade e
114 integrantes do Fórum. Ione retomou a palavra, e observou que o Fórum não pode
115 chegar com conclusões fechadas, de modo que os integrantes devam ter
116 sensibilidade e conhecimento sobre os aspectos que envolvem a questão e que todos
117 devem estar imbuídos do espírito de construir posição coletiva na seqüência do
118 projeto: a iniciativa do setor fumageiro deve ser aproveitada, no entanto, o Fórum

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIADO FÓRUM PELA
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO DO ADOLESCENTE NO
TRABALHO / SC**

tem seus princípios, e estes não podem ser transgredidos, devendo-se então, ter-se o cuidado de não impor idéias e soluções, mas, acima de tudo, instrumentalizar a reflexão dos integrantes da comunidade (agricultores/ prefeitos/ conselho). Em seguida, Viviane fez um resumo, de quais ações em termos concretos podem ser desencadeadas : Evento com formato de oficina em Araranguá para identificação dos papéis dos atores sociais que enfrentam a problemática local e a criação de uma comissão que se aproxime mais das famílias agricultoras e ouça suas reivindicações. A data do evento em Araranguá deverá ser comunicada aos integrantes do Fórum, sendo que a sua realização deverá contar com o apoio dos Conselhos Municipais. Nada mais

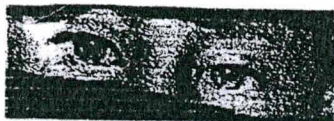


Ata da Assembléia Ordinária de 22.02.2001 do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e um, os membros do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina reuniram-se na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região para deliberarem sobre a seguinte pauta:

- proposta de alteração da data das Assembléias Ordinárias do Fórum;
- apresentação e exame do cronograma de deslocamento do Fórum;
- avaliação do V Seminário Estadual sobre Trabalho Infanto-Juvenil;
- notícias sobre o PETI;
- andamento da pesquisa sobre a realidade do Trabalho Infantil no Estado de Santa Catarina;
- momento das comissões e
- avisos gerais.

Iniciados os trabalhos, primeiramente foi aprovada a proposta de alteração da data das assembléias para a segunda Quinta-feira de cada mês, ficando de forma a que estas reuniões não coincidam com as Assembléias do Fórum Nacional. Foi apresentado o cronograma de deslocamento deste Fórum, ficando estabelecido que a primeira reunião itinerante acontecerá na cidade de Criciúma no dia 15 de março do corrente ano. Diante da ausência dos membros da Comissão de Seminário, foi adiada para a próxima assembléia a avaliação do V Seminário Estadual sobre Trabalho Infanto-Juvenil. Deverá ser solicitado aos integrantes daquela Comissão que encaminhem a análise dessa avaliação a este Fórum. Foi dado conhecimento aos presentes da planilha contendo a relação dos novos municípios para a expansão do PETI no primeiro semestre do ano de 2001. A proposta da Diretoria Colegiada deste Fórum para sediar a Assembléia Ordinária do Fórum Nacional em 26 de junho de 2001 foi aprovada. Foi também cogitada a necessidade deste Fórum Estadual manifestar-se perante o Fórum Nacional, quanto à ratificação da Convenção 138, da OIT e, ainda, para que sejam mantidos os atuais limites de idade mínima para admissão ao emprego. A representante da Fundação Maurício Sirotski Sobrinho, Sra. Ana Teresa, prontificou-se a manter contato



Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho/SC

com o consultor, Sr. Célio, para definir a data da apresentação do Projeto Político do Fórum. O representante da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino do Estado – FETEEE/SC-, Sr. André, informou aos presentes sobre sua participação no Fórum Social Mundial que esteve reunido na cidade de Porto Alegre/RS. Após, fez uma breve explanação do projeto de pesquisa qualitativa sobre o Trabalho Infanto-Juvenil em Santa Catarina que está sendo elaborado pela UFSC. Salientou da necessidade desta pesquisa em ter o apoio deste Fórum. Diante do exposto, o Fórum comprometeu-se a dar-lhe apoio institucional necessário. Foi, também, marcada reunião da Comissão de Capacitação, para o dia 12-03-2001, às 14 horas, na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região para análise do Projeto de Capacitação de Agentes Públicos Multiplicadores para Erradicação do Trabalho Infantil proposto pela UFSC. Foi comunicado aos presentes, através da representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, Sra. Araci, que a Secretaria de Educação e o Centro das Promotorias da Infância elaboraram o programa “APOIA” (aviso por infrêquência de aluno) que objetiva manter e controlar a criança dentro da escola e que seu lançamento está previsto para o dia 13-03-2001. Igualmente, foi trazido a conhecimento dos presentes, cartilha elaborada pela Delegacia Regional do Trabalho/SC sobre a proibição do trabalho infantil e que será encaminhado a todos os integrantes deste Fórum. Nada mais. Eu, Miriam Rejane Morem, subscrevo.

ERRADICAR

Jornal do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho Adolescente de Santa Catarina

Em Santa Catarina há 166 mil produtores de fumo, espalhados por 258 municípios. No cultivo, são empregadas 33 mil pessoas. Só no município de Araranguá estão 5.600 produtores, dentre os quais 900 famílias - estima-se - utilizam o trabalho de, aproximadamente, duas mil crianças e adolescentes, sob a justificativa de que este é um "trabalho familiar"

Crianças são vítimas das lavouras de fumo

A exploração do trabalho infantil nas lavouras de fumo é uma realidade cruel em Santa Catarina. Em Araranguá, Sul do Estado, e municípios vizinhos, quase seis mil famílias trabalham no plantio do fumo. Em propriedades com área inferior a dois hectares, são contratadas famílias, que recebem por produção. Segundo a DRT/SC, "o plantio do fumo ocorre em todo Estado, com exceção da região de Lages e pequena faixa do litoral".

Crianças e adolescentes preparam mudas para o solo, amarram e colhem folhas de fumo. O trabalho pesado prejudica o desenvolvimento físico das crianças, que têm a pele das mãos queimadas pelo veneno das folhas de fumo. Elas sofrem com doenças respiratórias, provocadas pelas constantes entradas e saídas das estufas de secagem. O grau de intoxicação diária equivale à contaminação de uma pessoa que fuma 50 cigarros por dia. Além disso, as crianças e os adolescentes do meio rural não recebem formação educacional completa. Quem estuda concilia a jornada escolar com a de trabalho. E, à medida que a idade avança, a evasão aumenta.

O pesquisador André Viana



Araranguá: família toda trabalha na plantação e colheita do fumo

Custódio, integrante do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho Adolescente em SC, diz que "a verificação destes fatos deve, necessariamente causar uma indignação que gere o sentimento de responsabilidade fundamentado na idéia de cidadania, ensejando a participação ativa da sociedade na busca de soluções e alternativas".

O Sindifumo - Sindicato da Indústria do Fumo e a Afubra - Associação dos Fumicultores do Brasil criaram o programa *O Futuro é Agora*, que preten-

de erradicar o trabalho de menores de 14 anos, da produção agrícola do fumo. O projeto *Protetor da Criança e da Terra*, que faz parte do programa, está sendo executado na região de Araranguá. Ele consiste em "... provocar mudanças culturais que possibilitem formar e incorporar o entendimento de que a criança deve estar, prioritariamente, na escola, e que os adolescentes devem ter condições seguras de trabalho".

Diante dessa realidade, o Fórum Estadual, que tem por objetivo estimular, mobilizar e articular soluções em favor da

criança e do adolescente, instalou em julho deste ano a Comissão Regional Sul, com a finalidade de diagnosticar e erradicar toda forma de exploração infanto-juvenil em Santa Catarina. Para cuidar do caso específico de Araranguá, no dia 17 de setembro, a Comissão Regional se dividiu-se e foi criada a Comissão do Extremo Sul, que acompanhará o desenvolvimento do programa *O Futuro é Agora* e "articulará ações para beneficiar e emancipar a condição humana", afirma Viviane Colucci, coordenadora do Fórum Estadual.

APOIO



FUNDAÇÃO
MAURÍCIO
SIROTSKY
SOBRINHO

No Brasil sete milhões de crianças e adolescentes são exploradas pelo trabalho

EDITORIAL

Um meio de interação

A luta contra a exploração do trabalho infanto-juvenil é da responsabilidade de toda sociedade. Erradicar toda forma de extirpação da cidadania deve ser o objetivo principal de uma nação que se quer soberana. O Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente, cumprindo com as suas metas, lança o *Erradicar*, jornal de publicação periódica. No *Erradicar* vão ser levantadas questões sobre o trabalho realizado por crianças e adolescentes em Santa Catarina, para motivar o aprofundamento de idéias.

Neste primeiro número trazemos ao nosso leitor, a realidade cruel das plantações de fumo, que existem em quase todos os municípios do Estado. Entrevistamos Soleny Alvares Hamú, que nos fala sobre a atuação e propostas do Fórum Nacional. Temos ainda um panorama das ações do Fórum Estadual de Santa Catarina, e uma matéria sobre o *IV Seminário Estadual sobre Trabalho Infanto-Juvenil*.

Esperamos que o *Erradicar* cumpra com seu papel e contribua na construção de um futuro melhor para todos nós.

EXPEDIENTE

O Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho/SC foi criado, oficialmente, em 1º de junho de 1997.

ERRADICAR - Jornal do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho/SC. Ano I - Nº 1 - outubro/1999.

Coordenadora
Dra. Viviane Colucci
Ministério Público do Trabalho
Sub-Cordenadora
Vera Inêz Gauer Nilsson
Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho
Secretário
Carlos Alberto C. Pereira
AMATRA 12ª Região
Sub-Secretário
André Viana Custódio
FETESC

Texto: Ana Montero
Fotos: Lúcio Giovannella
Edição: Nubia Silveira
Projeto: Cássio Mattos
Fotolito: Centhury
Impressão: Grafiserv

Jornalista Responsável
Ana Carine Montero
SC 00778 JP
Florianópolis/SC

ARTIGO

Ricardo Tadeu M. da Fonseca

Procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho de Campinas/SP

Ação Social Pela Infância

A emenda constitucional número 20, voltada para os aspectos atuários da Previdência Social, elevou a idade mínima para o trabalho para 16 anos, estabelecendo ainda, que a partir dos 14 anos, os adolescentes só poderão trabalhar na condição estrita de aprendizes.

A decisão do Poder Legislativo surpreendeu a sociedade brasileira, pois, até hoje, nosso país não ratificou a convenção 138 da OIT, que fixara a idade mínima para o trabalho em 15 anos.

Houve protestos e até mesmo decisões judiciais que, apressadamente, buscaram contestar os efeitos imediatos da emenda em questão.

Argumenta-se que há uma necessidade premente de se garantir trabalho e renda para adolescentes carentes que somam cerca de 2,7 milhões, com idade entre 14 e 16 anos.

Não há porém qualquer motivo para pânico, ou perplexidade.

A constituição brasileira contém um princípio, lá inserido por ação direta de 1,2 milhão de brasileiros que

subscreveram uma emenda popular em 1.988, emenda esta que contempla o seu artigo 227. Por este dispositivo, deve a sociedade brasileira enviar esforços conjuntos com o Estado para atender prioritariamente os interesses de crianças e adolescentes, propiciando-lhes dignidade, moradia, educação, alimentação, lazer, cultura, saúde e dentre outros direitos, a profissionalização.

Uma ação direta, portanto, entre povo e governo.

No estado de São Paulo, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho e a sociedade civil organizada por meio de entidades assistenciais estão criando 10 mil vagas de trabalho protegido com todos os direitos trabalhistas e com a oferta de formação profissional, ou seja, sob a forma de aprendizagem.

As entidades assistenciais gozam de isenções e, por isso mesmo, não há incidência de encargos trabalhistas. Os adolescentes são inseridos em empresas, devidamente acompanhados por educadores engajados nas entidades.

EM DESTAQUE

Fórum leva O Rappa ao Morro da Caixa



O Fórum Estadual aproximou a banda carioca, O Rappa, dos jovens pagodeiros do Projeto Esperança Musical do Morro da Caixa, em Florianópolis. Estas crianças e adolescentes estão aprendendo a tocar instrumentos e a cantar, e já formaram um grupo que ensaia na creche da comunidade. O Rappa assistiu a uma apresentação e incentivou-os a que continuem procurando na música um conforto aos problemas sociais, longe de drogas e violência. O Rappa destina parte das verbas das vendas dos CDs para projetos sociais do país que favoreçam crianças e adolescentes.

Mais da metade das crianças brasileiras que trabalham não freqüentam a escola

Soleny Alvares Hamú é secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Já existem 16 Fóruns

Erradicar: Qual papel cumpre o Fórum Nacional na erradicação do trabalho infantil? Qual é o seu objetivo?

Soleny Hamú: O Fórum Nacional teve papel fundamental, desde sua criação, na articulação e ampliação das discussões sobre o assunto. Busca, atualmente, dentro de uma extensa agenda de trabalho, redirecionar seus objetivos e estratégias, tendo em vista que a luta pela erradicação do trabalho infantil no Brasil, entrou numa nova fase. Hoje se tornou fundamental a ampliação do foco de análise e da atuação buscando sempre a convergência com os processos já desencadeados em nível local. O objetivo do Fórum Nacional é erradicar o trabalho infantil e combater a utilização de adolescentes em atividades a eles proibidas. E ainda contribuir para a implementação de políticas públicas que possibilitem impedir o ingresso no mercado de trabalho de qualquer adolescente que não tenha concluído o ensino fundamental.

Erradicar: Quais entidades participam do Fórum Nacional?

Soleny Hamú: O Fórum Nacional é integrado por 32 entidades com representantes do governo, de trabalhadores, de empresários, de ONGs, da Procuradoria Geral da República e do Ministério Público do Trabalho. Suas decisões e indicações são adotadas por consenso em todas as suas instâncias. A coordenação é exercida por um colegiado que conta com representantes de todos os segmentos envolvidos.

Erradicar: Qual é o critério usado pelo Fórum Nacional para dar apoio às ações



regionais?

Soleny Hamú: Desde sua criação, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil procurou agir em dois níveis, de forma integrada e complementar. No âmbito local, promovendo a articulação e mobilização em atividades e regiões previamente escolhidas, de acordo com critérios de maior incidência e das situações de risco a que são submetidas as crianças para, com isso, eliminar as formas mais intoleráveis de trabalho infantil. Já foram criados fóruns em 16 estados.

Erradicar: De que forma o Fórum Nacional colabora com o Fórum de Santa Catarina?

Soleny Hamú: O Fórum Nacional apóia o Fórum de SC institucionalmente e tecnicamente no que houver demanda. Na questão do fumo, por exemplo, as discussões com a Souza Cruz iniciaram no âmbito do Fórum Nacional através de uma sutil pressão que fizemos, no sentido de que eles deveriam se preocupar com o assunto, daí o início do Programa que hoje está sendo desenvolvido na região Sul.

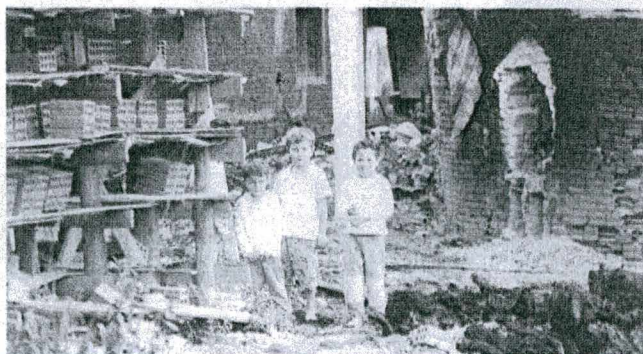


Comissão de Capacitação

O Fórum Estadual promoveu quatro momentos para capacitação, tratando os temas *Idade mínima para o trabalho*, *Trabalho educativo*, o *Programa das Casas Familiares Rurais* da Epagri, e um debate com o deputado estadual Renato Simões (PT/SP), sobre a Convenção nº 182 da Organização Internacional para o Trabalho (OIT).

Atendimento no Oeste

A região Oeste aprovou a instituição de um Fórum Regional e formou uma Comissão para mobilizar a sociedade. Fazem parte deste Fórum as Associações dos Municípios do Oeste (Amosc), Entre Rios (Amerios) e do Extremo Oeste (Umoesc), Universidade do Oeste (Unoesc), Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (Omepe) e a prefeitura de Chapecó.



Indústria Cerâmica

O trabalho infantil na indústria da cerâmica, nos municípios de Tijucas e Canelinha, foi objeto de atuação do Fórum Estadual. Através de seu trabalho de articulação social, constituiu comissões locais para tratar da problemática. Foi acordado que o primeiro passo para a erradicação do trabalho infantil deve ser a realização de um amplo diagnóstico acerca das crianças e adolescentes que trabalham na região.

O homem no campo

O Fórum Estadual conheceu em julho a Casa Rural Familiar de Orleans, que tem um projeto para fixar o homem adolescente no campo, transmitindo tecnologia para qualificar o futuro agricultor.

Calendário Escolar

Em breve deve acontecer uma medida inédita em Santa Catarina. O calendário das escolas da zona rural do município de Mafra está para ser adaptado à época da safra. Já foram realizadas reuniões com Conselhos Municipais e com o secretário de Educação local.



Quase oitenta por cento das crianças que trabalham cumprem período de oito horas diárias

Seminário discute idade mínima



Colucci: resgate da cidadania para a emancipação humana

Com a intenção de aprofundar a compreensão sobre a idade mínima para o trabalho, o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho/SC, promoverá o IV Seminário Estadual sobre o Trabalho Infante-Juvenil. O evento pretende reunir entre os dias 7 e 8 de outubro/99, no Auditório do Ministério Público do Estado, os Conselheiros Tutelares de Direito, de Assistência Social e quem de alguma forma atua nas questões relacionadas à criança e ao adolescente, para que troquem idéias e aprofundem teorias.

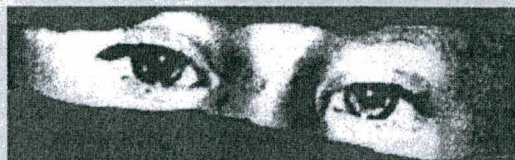
Além de serem levantadas questões sobre a idade mínima que a lei impõe para o ingresso no mercado de trabalho, será contextualizada a questão do trabalho infantil em âmbito internacional, nacional e local. A organização vai procurar debater formas de integração entre instituições envolvidas com a questão da criança e do adolescente, para dar continuidade às ações previstas e planejadas durante o Seminário.

Viviane Colucci, coordena-

dora do Fórum Estadual, abre o seminário às 15 horas e faz explanação sobre os compromissos assumidos e cumpridos na gestão. A apresentação é seguida pela Conferência de Ricardo T. M. Fonseca, procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho de Campinas/SP. Às 16 horas, a Conferência da secretária executiva do Fórum Nacional, Soleny Alvares Hamú encerra os trabalhos do primeiro dia. No seguinte, 8/10, Marta Campos da PUC/SP fala sobre as perspectivas para as crianças do Brasil. Ainda pela manhã, representantes do PAI, Unicef, Abrinq e Epagri apresentam-se no Painel sobre Experiências Alternativas para Erradicação do Trabalho Infantil e Profissionalização. À tarde, a socióloga Irene Rizzini, da Universidade Santa Úrsula/RJ, fala sobre *O papel do Fórum na Consolidação da Cidadania da Criança e Adolescente*. O painel *Os impactos do Trabalho Precoce no Desenvolvimento Biopsicossocial da Criança e do Adolescente*, de Dulce Camillo de Souza, encerra o seminário - espera-se - com ações planejadas.



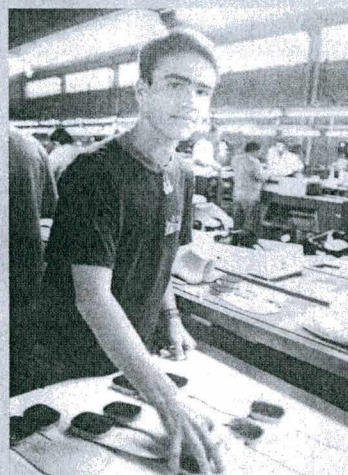
AGENDA DO FÓRUM



A reunião do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil aconteceu em Brasília, no dia 14 de setembro. O Fórum Estadual SC apresentou as iniciativas que tem desenvolvido. Além disso, falou sobre a carência de recursos federais para os projetos de erradicação do trabalho infantil em Santa Catarina.

A cartilha Trabalho Educativo, que constitui o 2º caderno do Fórum, foi lançada em sessão especial da Assembleia Legislativa no dia 21 de setembro.

O Fórum Estadual esteve em São João Batista para tratar, junto à comunidade local, sobre o problema do trabalho infantil na indústria dos calçados. Após reuniões preliminares, realizou-se uma oficina no dia 28 de setembro para especificar a atuação de cada entidade no enfrentamento do trabalho infantil, buscando o desenvolvimento de ações coordenadas.



Os treze prefeitos da AMFRI - região de Itajaí, reunidos em seu Fórum de Desenvolvimento Regional, receberam o Fórum Estadual para discutir a questão do trabalho infantil na região, visando promover ações para sua erradicação.

Cumprindo cronograma aprovado em Assembleia Geral, o Fórum Estadual esteve na região do Morro da Fumaça, que engloba sete municípios, para promover a articulação da sociedade local em torno da questão do trabalho infantil nas olarias. A próxima reunião está marcada para o dia 13 de outubro.



ERRADICAR

Jornal do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina

PETI atende apenas 4%

Santa Catarina começa o ano 2000 com prováveis 4171 Bolsas Criança Cidadã do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do governo federal, que contemplam menos de 4% das 120mil necessárias, de acordo à PNAD/98.

2000

ECA
Estatuto da Criança
e do Adolescente
10 anos

Em Santa Catarina, a mão de obra infanto-juvenil é usada nas indústrias do calçado, da cerâmica, de móveis e madeiras, no plantio do fumo, na agricultura familiar, para quebrar pedras, na pesca, na venda autônoma e nos serviços domésticos. São mais de 120 mil crianças, conforme levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/98), que acordam diariamente com a responsabilidade de ajudar no sustento familiar. Assim, cansados pelo trabalho que executam, não conseguem sequer acompanhar o conteúdo das aulas, e acabam abandonando a escola. Se consideramos os estudos que indicam serem necessários 12 anos de escolaridade para ultrapassar a linha da pobreza, estas crianças catarinenses não só têm o presente comprometido, como o futuro também. Diretora Colegiada do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina, Viviane Colucci, 39, levanta: "temos que pensar em como fazer para que a família consiga se emancipar. Só assim a erradicação do trabalho infantil será efetiva".

Em dezembro de 99, seis municípios catarinenses foram contemplados com 1050 Bolsas Criança Cidadã, do Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, do Ministério de Previdência e Assistência Social. Destinadas às crianças que estavam trabalhando em oficinas, as famílias selecionadas receberam R\$ 25 por cada criança

matriculada na escola e as prefeituras R\$ 20, para oferecer-lhes atividades culturais em jornada ampliada. Começava a implantação do PETI no Estado, sob a coordenação da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Infantil, integrada por 11 instituições e presidida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família de Santa Catarina, que administra os recursos. Mais 3.121 Bolsas Criança Cidadã chegaram em 2000, totalizando 4.171 – ou seja menos de 4% das 120 mil necessárias. Poucas Bolsas e a falta de um acompanhamento sobre as famílias, previsto no Programa, marcaram o início do PETI/SC. Explicita o Manual do PETI: "As BCC têm caráter emergencial e temporário. Por isso, é necessário que durante o período de execução do PETI, seja garantido à família o acesso a programas e projetos de qualificação, requalificação profissional, de geração de trabalho e renda..."

A coordenadora do PETI/SC Kátia Abraham, 41, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e da Família, diz que a Secretaria, atualmente, está tentando obter recursos estaduais para ampliar a cobertura do Programa. Santa Catarina tem 293 municípios, até julho outros 12 foram cadastrados, somente em junho as primeiras 1050 crianças receberam a Bolsa Criança Cidadã, de R\$ 25,00.

O Fórum Estadual, reforçando o seu papel articulador e mobilizador, vem visitando os municípios selecionados para comprometer os agentes sociais locais junto com o PETI. A Comissão do PETI de Canelinha acatou a sugestão do Fórum, de procurar outras formas de subsistência que não utilizassem o trabalho infantil. Em São João Batista, Sangão, Içara, Morro da

Fumaça, bases das indústrias do calçado e da cerâmica, muitas crianças ficaram de fora do primeiro levantamento feito para o PETI. Em reunião do Fórum, ficou deliberado que a Secretaria de Educação do Estado promoveria com os professores, a identificação da demanda reprimida na comunidade. A Diretoria Colegiada do Fórum já visitou os seis municípios onde o PETI efetivamente está sendo implantado e levantou que, além da lentidão, há um outro agravante na implantação do PETI de Santa Catarina. Se no papel é garantida a participação das instituições governamentais e não governamentais na Comissão Estadual do PETI, na prática, as decisões estavam sendo tomadas em gabinete. Recentemente o Fórum se insurgiu contra a escolha de outros municípios feita pela Secretaria, sem o crivo da Comissão Estadual, e condicionou seu apoio ao Programa desde que fosse garantido o caráter deliberativo de Comissão o que foi acolhido, conforme informação da coordenadora do programa. Explica Colucci: "A Comissão escolhe o próximo município a ser contemplado pelo PETI, levando em consideração indicadores sócio-econômicos, onde exista mais exploração. A função da Secretaria deve ser apenas burocrática".

As 120 mil crianças exploradas no estado talvez não saibam que a Constituição lhes garante o direito a uma infância digna, nem quantos recursos e discursos rendem suas mazelas. Mas, 4 milhões de catarinenses o sabem e podem agir.



Santa Catarina tem cerca de 120 mil crianças trabalhando

APOIO



FUNDAÇÃO
MAURÍCIO
SIROTSKY
SOBRINHO

O Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina foi criado oficialmente em 1º de junho de 1997.

Diretoria Colegiada gestão 2000/2002:

Viviane Colucci - Ministério Público do Trabalho - Daniele Eastwood Gruginski Neves - Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina - Ana Teresa Souza Lima - Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho - André Viana Custódio - Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de Santa Catarina/Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais da Criança e do Adolescente da UFSC - Marcelo Galvão Fogaça de Almeida - Associação dos Conselhos Tutelares de Florianópolis.

Secretário: Juliano Meneghel - Ministério Público do Trabalho.

Instituições Integrantes: Ação da Mulher Trabalhista/SC. Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região. Associação Florianopolitana de Voluntários. Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Criciúma. Confederação Geral dos Trabalhadores. Instituto de Pesquisas e Estudos dos Trabalhadores. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Tutelar de Florianópolis. Comitê Catarinense Independente Contra o Trabalho Infantil. Escola Sul. Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino em Santa Catarina. Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais da Criança e do Adolescente da Universidade Federal de Santa Catarina. Fundação Fé e Alegria do Brasil - Regional Santa Catarina. Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Centro Estadual de SC. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Estadual/Centro de Promotorias da Infância. Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho. Ministério do Trabalho/Delegacia Regional do Trabalho/SC. Núcleo do Estudo da Criança, Adolescente e da Família. Observatório Social. Ordem dos Advogados do Brasil. Prefeitura Municipal de Florianópolis/Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e da Família. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Sindicato dos Jornalistas de SC. Prefeitura Municipal de Itajaí/Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente. Prefeitura Municipal de Florianópolis/Secretaria Municipal de Educação. Serviço Nacional de Indústria. Sociedade Promocional do Menor Trabalhador. Subdelegacia Regional do Trabalho de Chapecó. Universidade de Estado de Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina/Departamento de Metodologia de Ensino. Universidade Extremo Sul Catarinense. Universidade Federal de Santa Catarina/Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina/Agência de Comunicação.

EXPEDIENTE

ERRADICAR - Jornal do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho/SC. Ano II - Nº 2 - Agosto/2000.

Textos e Edição: Ana Montero
Fotos: Lúcio F. Giovannella
Editoração: Grafiserv
Fotolito: Century
Impressão: Grafiserv

Jornalista Responsável
Ana Carine Montero
SC 00778 JP
Florianópolis/SC

André Viana Custódio
FETEEESC/NEJUSCA - UFSC

A implementação das Convenções 138 e 182 da OIT e a Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil

O Brasil passa por um momento significativo em torno da articulação das políticas relativas à proteção da criança e do adolescente. No tocante ao trabalho infantil, dois marcos referenciais devem ser contemplados: a ratificação das Convenções 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho e a formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.

A Convenção 138 estabelece diretrizes fundamentais para o combate ao trabalho infantil, tais como a elevação progressiva dos limites de idade mínima para o trabalho, o compromisso com a implementação de uma política nacional de combate ao trabalho infantil na efetivação do direito ao "não-trabalho". Destaca-se, ainda, o compromisso com o fortalecimento das políticas públicas básicas de educação, que envolve a formação ampla e com conteúdos diversificados, priorizando a elevação da escolaridade obrigatória até o nível básico e realizada em período integral.

Por sua vez, a Convenção nº 182 trouxe complementações significativas para a proteção de crianças e adolescentes ao exigir ações imediatas, inclusive criminais, para o combate a todas as formas de escravidão, exploração sexual, bem como, ao uso de crianças e adolescentes para ati-

vidades ilícitas. Reforçou ainda mais a necessidade da erradicação de todo trabalho prejudicial à saúde, a segurança e a moral da criança e do adolescente.

Resta, ainda, destacar a aprovação do documento "Diretrizes para uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil" em Seminário promovido pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, com a participação dos Fóruns Estaduais.

As diretrizes propostas para a política nacional de combate ao trabalho infantil estão voltadas para a integração e sistematização de dados, a análise do arcabouço jurídico, promoção da articulação institucional quadripartite, a garantia da escola pública de qualidade para todos, a implementação dos efetivos de controle e fiscalização e a melhoria da renda familiar e promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável.

Neste contexto, considera-se indispensável o direcionamento das ações para a implementação destas políticas públicas essenciais, bem como, a constituição da Comissão de Acompanhamento da aplicação das Convenções pelo Brasil, para que assim as políticas públicas sejam adequadamente implementadas, como tanto almeja a sociedade.

EM DESTAQUE

Planejamento Estratégico



No verão passado, mais de vinte entidades reuniram-se, em três oportunidades, para fazer o planejamento do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho, de Santa Catarina. Foram definidos resultados a serem alcançados e planejadas atividades para os próximos dois anos do Fórum...

Antes dos 16 anos o adolescente não pode trabalhar e deve estudar

Irene Rizzini é Diretora da Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, da Universidade Santa Úrsula (<http://www.usu.br/ipp/cespi>) e Vice-Presidente da Rede Internacional de Pesquisa sobre a Infância (Childwatch International, Oslo, Noruega). Autora de diversas publicações, entre elas os livros: "O século perdido" e "A criança e a lei no Brasil: revisitando a história (1822-2000)".

Erradicação global

Erradicar: A erradicação do trabalho infantil está presente na legislação, na agenda dos governos. No entanto, não parece existir mais no discurso do que na prática?

Irene Rizzini: De fato existe uma grande movimentação no mundo para erradicar o trabalho infantil. No caso do Brasil, eu diria que devemos pensar a questão considerando o fato de termos, segundo dados oficiais, cerca de 3 milhões de crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos trabalhando contra a lei e de existirem várias formas de maltrato às crianças. Questões que colocamos em práticas diferentes têm um fundo sócio econômico comum. Há omissão por parte do executivo, passividade, falta seriedade e

um comprometimento profundo. Eu diria, uma responsabilidade ética para com a população. Talvez, também, falte maior pressão da sociedade civil para que medidas importantes relativas à população jovem sejam levadas a sério e saiam do discurso para a prática.

Erradicar: Qual é a sua avaliação sobre a implantação do ECA, com relação ao trabalho infantil?

Irene Rizzini: O Estatuto é um reflexo do seu tempo e está ligado à mudanças globais de se pensar a questão dos direitos das crianças. Ele pressupõe mudanças e essas mudanças ocorrem de forma lenta. Há muito por fazer no Brasil. O momento atual pode ser descrito como de consolidação e de ambivalência em relação à lei. Consolidação porque, a despeito das controvérsias, a lei está claramente implantada em consonância com os parâmetros internacionais de garantia de direitos. E a ambivalência, expressa de forma explícita nas vozes de grupos que atacam a lei e em outros que a defendem, é, no nosso ver, parte integrante da mudança a ser enfrentada. Meus estudos sobre a his-

tória da assistência e da legislação destinada às crianças e adolescentes tem me ensinado que as idéias que levam à mudanças significativas, com frequência, nascem com os movimentos sociais internacionais e podem levar algumas décadas para se concretizarem.

Erradicar: Como a senhora conjectura a atuação dos três setores no enfrentamento ao trabalho infantil?

Irene Rizzini: Eu trato esta questão nos livros "A arte de governar Crianças" e "O Século perdido". Não há historicamente uma integração entre os vários setores da sociedade. Funcionam de forma não articulada, mesmo que tenham muitos interesses em comum. Eu defendo uma política integrada do país. Hoje nos

temos 38% população abaixo dos 18 anos. É estratégico pensar nesta população como futuro do país, no entanto o que se vê é uma ação isolada com resultados fragmentados. Na verdade, falta no país um planejamento que leve em conta o alcance de metas a médio e longo prazos, que se responsabilize efetivamente com os cuidados

para com essa população e que integre a ação dos vários setores. Estes setores têm tido participação ativa na assistência à infância. Foram muitos os investimentos na tentativa de solucionar o 'problema' da criança. É hora de se mudar a ótica e focalizar as capacidades e competências dessa população, pensando que isso repercutirá no bem da sociedade como um todo.

Erradicar: Como a senhora vê o trabalho dos fóruns de erradicação?

Irene Rizzini: São espaços muito importantes para o país, de luta e resistência. Estamos falando de uma questão estratégica. É importante evitar as formas radicais e universalistas de abordar a questão, ignorando as diferenças regionais, culturais. A questão do trabalho tem conotações diferentes em certas culturas.



Oeste em ação

A Comissão Regional do Oeste avaliou sua trajetória em 1999 e 2000 - até maio - e apesar dos redirecionamentos a serem feitos, o trabalho desenvolvido foi considerado positivo. Concluiu-se também o planejamento 2000/2001.

Em parceria com a UNOESC está sendo concluído o projeto de pesquisa, com vistas ao conhecimento da realidade do trabalho da criança e do adolescente, nas regiões da AMOSC, AMAI, AMNOROESTE E AMERIOS.

Com o objetivo de inserir alguns municípios no PETI, foram examinados cadastros familiares desses municípios, que somados aos levantamentos preliminares já efetuados pelas Associações de Municípios, para subsidiar o projeto de pesquisa, deram à Comissão uma visão mais ampla e concreta da realidade do trabalho da criança e do adolescente, especialmente no tocante às atividades que estão sendo desenvolvidas.

Preocupação constante da Comissão, tem sido a capacitação de seus membros. Para abrir uma série de palestras programadas, foi convidada a Diretoria Colegiada do Fórum, que receberá oficialmente, o projeto de pesquisa.

Carta aberta



Em maio deste ano, o Fórum Estadual e instituições nacionais, reunidas em Brasília durante o Seminário Nacional do Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, assinaram a Carta aberta à sociedade brasileira, onde denunciam: "O governo FHC reduz o valor da Bolsa Criança Cidadã, que se mantém o mesmo desde 1996, desconsiderando o aumento de custo de vida, como forma de aumentar o número de usuários do PETI. Ou seja, o governo federal quer atender a um número maior de pobres retirando dinheiro dos próprios pobres". Em resposta à carta, o Ministério da Previdência e Assistência Social diz: "...um número maior de crianças e adolescentes será atendido às custas do aumento do orçamento do Governo Federal e ao cofinanciamento dos Estados e Municípios, permitindo que todas as Unidades da Federação tenham acesso ao Programa, acabando com a falsa idéia de Programa de vitrine".

Implantação do ECA



A questão da erradicação do trabalho infantil está na Constituição e na agenda política social do país. No entanto, ainda está distante da realidade dos 2,9 milhões de crianças trabalhadoras brasileiras que têm entre 10 e 14 anos*.

Igualmente distante das outras tantas que realizam trabalho domiciliar ou familiar, e/ou são menores de 10 anos e não são consideradas nas pesquisas. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completa 10 anos, proíbe o trabalho aos menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

*PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Dos 14 aos 18 anos, o adolescente tem direito à profissionalização

Nova Diretoria Colegiada



Diretoria eleita em abril/2000:

(esq.) Viviane Colucci do Ministério Público do Trabalho, André Viana Custódio da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de SC e do Nejusca/UFSC, Wilma Coral e Daniele Eastwood da Delegacia Regional do Trabalho/SC, Ana Teresa da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho e Marcelo Fogaça da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares.

Eleita em abril de 2000, a nova Diretoria Colegiada do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina inaugura mudança no regimento interno. Nos quatro anos de existência, representantes das instituições que integram o Fórum escolhiam anualmente o coordenador, os sub-coordenadores e secretários. A partir deste ano, a diretoria terá um mandato de dois anos e será colegiada, constituída pelos representantes das cinco instituições mais votadas. Responsabilidades divididas por igual, a nova equipe vai coordenar as atividades previstas no Planejamento 2000/2002 e integrar as ações das comissões de Capacitação, de Conhecimento da Realidade, e de Comunicação Marketing.

Todas as futuras ações do Fórum Estadual foram discutidas e previstas nas três reuniões de Avaliação e Planejamento realizadas no final de 99 e início de 2000. No término do mandato, a atual Diretoria Colegiada deverá avaliar quais resultados almejados foram conseguidos.

Um dos objetivos pretendidos visa a construir um projeto político que subsidie as ações do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), governo e sociedade, na erradicação do trabalho infantil. O Fórum também quer realizar um diagnóstico sobre a realidade do trabalho infanto-juvenil no Estado e fortalecer-se como instância articuladora, fomentando novas participações e afirmando as comissões regionais. Embora possa parecer pouco, a Diretoria Colegiada ainda tem agendada uma série extensa de visitas aos municípios para verificar in loco a situação socio-econômica e motivar um comprometimento dos fatores sociais locais, com a causa da erradicação do trabalho precoce. Viviane Colucci, salienta: "Nosso comprometimento é com a luta pelo resgate dos direitos da infância e da adolescência, sob a ótica de que o direito de não trabalhar antes da idade mínima constitui premissa para que o direito à infância seja efetivamente assegurado, de acordo as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que garantem aos menores de 18 anos a proteção integral".



AGENDA DO FÓRUM



A Diretoria Colegiada vem participando de encontros em nível nacional. Neste primeiro trimestre de atuação, o Fórum Estadual já esteve representado no Seminário da OIT sobre implementação das Convenções 182 e 138, em Brasília. Também participou no Distrito Federal do Seminário "Políticas de Combate ao Trabalho Infantil".

Em julho, diretores do Fórum participaram da segunda parte do Planejamento Estratégico da OIT e da reunião ordinária do Fórum Nacional, onde foi aprovada a integração dos fóruns estaduais na composição do Fórum Nacional. Também apresentaram nesta oportunidade um painel e exposição oral sobre erradicação do trabalho infanto-juvenil nas lavouras de fumo.

O Fórum Estadual também participou do Seminário Discutindo Estratégias para a Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, os trabalhos que vem realizando

No final de julho, o Diretor do Fórum, André Viana Custódio apresentou a palestra **Integração das piores formas do trabalho infantil no ordenamento jurídico brasileiro**, para a Comissão Tripartite, instituída pelo Ministério do Trabalho, para realizar o estudo e análise da Convenção 182. André defendeu a posição do Fórum Estadual sobre a convenção 182: 'todas' são as piores formas de trabalho infantil. O conteúdo do parecer foi resultado das discussões promovidas pelo Fórum.

O Fórum está iniciando um processo de construção de um projeto de pesquisa para conhecer a realidade do trabalho infantil em SC. Esse processo está acontecendo dentro da Comissão de Conhecimento da Realidade e estão sendo convidadas entidades ligadas a pesquisa como o IBGE, DIEESE e Universidades. A Fundação Maurício Sirotsky será o facilitador do grupo que fará esta construção. Na Assembleia de agosto foi dado o início da etapa de definição de objetivos e princípios. Em setembro estão agendadas reuniões da comissão para continuar o processo iniciado na Assembleia.